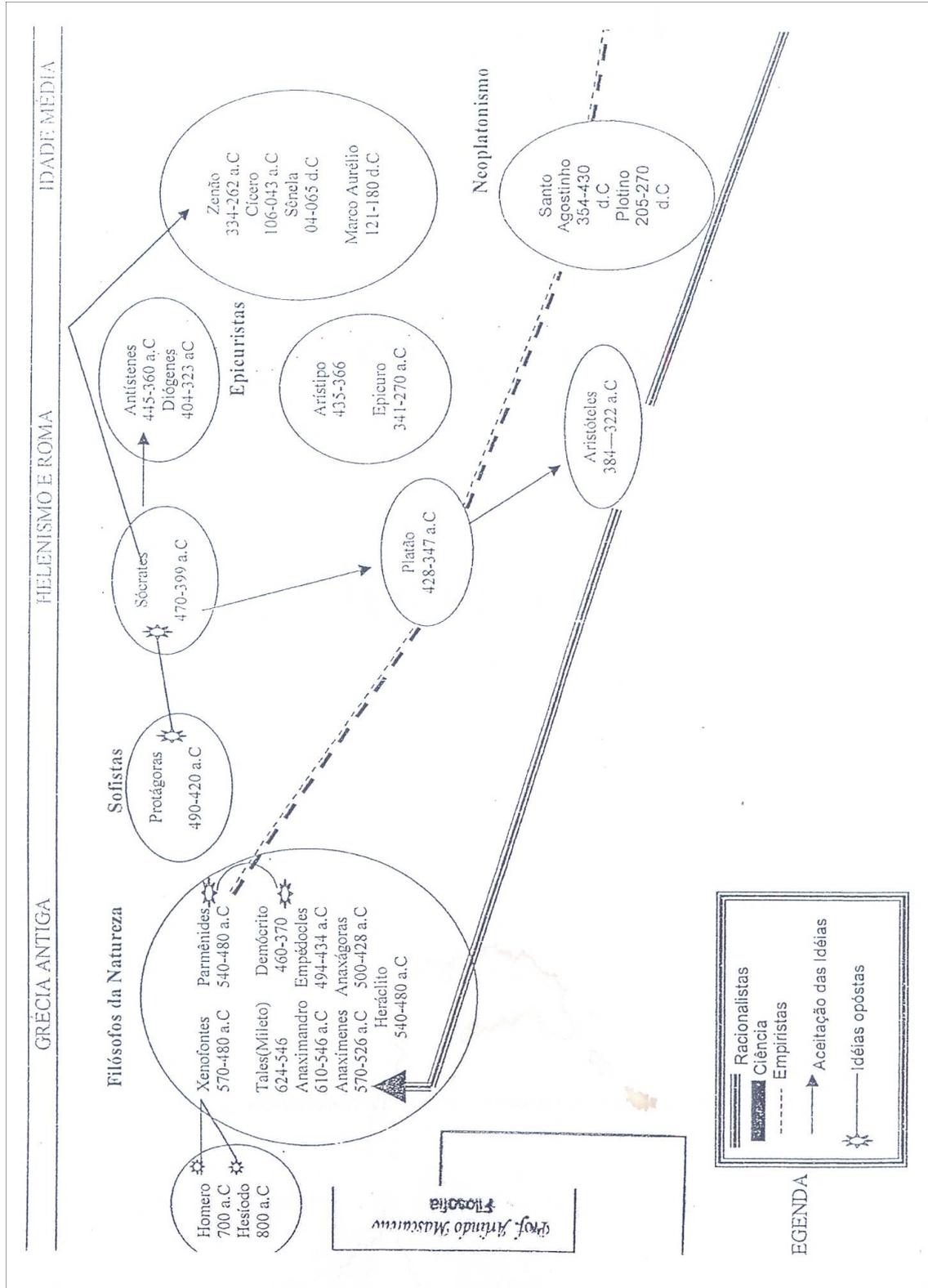
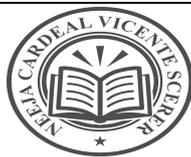




Ensino Médio Filosofia





SUMÁRIO

1 A ATITUDE FILOSÓFICA.....	3
2 O QUE É FILOSOFIA.....	10
3 A ORIGEM DA FILOSOFIA	17
4 PERÍODOS E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DA FILOSOFIA GREGA	25
5 OS PRINCIPAIS PERÍODOS DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA.....	32
6 ASPECTOS DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA.....	37
7 PRÉ-SOCRÁTICOS: FÍSICOS E SOFISTAS	43
8 MONTESQUIEU	59
9 VOLTAIRE	59
10 ARTHUR SCHOPENHAUER	60
11 NICCOLÒ MAQUIAVEL.....	60
12 SANTO AGOSTINHO	61
13 SANTO TOMÁS DE AQUINO	62
14 FRANCIS BACON.....	64
15 GRANDE RACIONALISMO	65
16 RENÉ DESCARTES.....	65
17 BARUCH ESPINOSA.....	67
18 BLAISE PASCAL.....	67
19 THOMAS HOBBS.....	68
20 JOHN LOCKE	68
21 DAVID HUME.....	69
22 JEAN-JACQUES ROUSSEAU.....	70
23 KARL MARX	70
24 JEAN-PAUL SARTRE.....	73
25 KARL POPPER.....	74
26 PARADIGMAS E REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS	74
27 THOMAS KUHN.....	74

Material organizado pelo grupo de professores do NEEJA Vicente Scherer.



1 A ATITUDE FILOSÓFICA

1.1 “Conhece-te a ti mesmo”

Quem viu o primeiro filme da série Matrix há de se lembrar da cena em que o herói, Neo, é levado pelo guia, Morfeu, para ouvir o oráculo. Que é um oráculo?

A palavra oráculo tem dois significados principais, que aparecem nas expressões “consultar um oráculo” e “receber um oráculo”. No primeiro caso, significa “uma mensagem misteriosa” enviada por um deus como resposta a uma indagação feita por algum humano; é uma revelação divina que precisa ser decifrada e interpretada. No segundo, significa “uma pessoa especial”, que recebe a mensagem divina e a transmite para quem enviou a pergunta à divindade, deixando que o interrogante decifre e interprete a resposta recebida. Entre os gregos antigos, essa pessoa especial costumava ser uma mulher e era chamada sibila.

No filme há uma sibila, a mulher que recebeu o oráculo (isto é, a mensagem) e que é, ela também, o oráculo (isto é, a transmissora da mensagem). Essa mulher pergunta a Neo se ele leu o que está escrito sobre a porta de entrada da casa em que acabou de entrar. Ele diz que não. Ela lê para ele as palavras, explicando-lhe que são de uma língua há muito desaparecida, o latim.

O que está escrito? *Nasce te ipsum*. O que significa? Conhece-te a ti mesmo. O oráculo diz a Neo que ele e somente ele poderá saber se é ou não aquele que vai livrar o mundo do poder da Matrix e, portanto, somente conhecendo-se a si mesmo ele terá a resposta.

Poucas pessoas que viram esse filme compreendem exatamente o significado dessa cena, pois ela é a representação, no futuro, de um acontecimento do passado, ocorrido há 23 séculos, na Grécia.

Havia, na cidade de Delfos, na Grécia antiga, um santuário dedicado ao deus Apolo, deus da luz, da razão e do conhecimento verdadeiro, o patrono da sabedoria. Sobre o portal de entrada desse santuário, estava escrita a grande mensagem do deus ou o principal oráculo de Apolo: *Conhece-te a ti mesmo*. Um ateniense, chamado Sócrates, foi ao santuário consultar o oráculo, pois em Atenas, onde morava, muitos diziam que ele era um sábio, e ele desejava saber o que era um sábio e se ele poderia ser chamado de sábio. O oráculo, que era uma mulher (a sibila), perguntou-lhe: “O que você sabe?”. Ele respondeu: “Só sei que nada sei”. Ao que o oráculo disse: “Sócrates é o mais sábio de todos os homens, pois é o único que sabe que não sabe”. Sócrates, como todos sabem, é o patrono da Filosofia.

1.2 Neo e a Matrix

Se voltarmos ao filme Matrix, podemos perguntar por que ali foi feito o paralelo entre Neo e Sócrates.

Começemos pelo nome das duas personagens masculinas principais: Neo e Morfeu. Esses nomes são gregos.

Neo significa “novo” ou “renovado” e, quando dito de alguém, significa “jovem na força e no ardor da juventude”.

Morfeu pertence à mitologia grega: era o nome de um espírito, filho do Sono e da Noite, que possuía asas e era capaz, num único instante, de voar em absoluto silêncio para as extremidades do mundo. Esvoaçando sobre um ser humano ou pousando levemente sobre sua cabeça, tocando-o com uma papoula vermelha, tinha o poder não só de fazê-lo adormecer e sonhar, mas também de aparecer-lhe no sonho, tomando a forma humana. É dessa maneira que, no filme, Morfeu se comunica pela primeira vez com Neo, que desperta assustado com o ruído de uma mensagem na tela de seu computador. E, no primeiro encontro de ambos, Morfeu surpreende Neo por sua extrema velocidade, por ser capaz de voar e por parecer saber tudo a respeito desse jovem que não o conhece.

Várias vezes Morfeu pergunta a Neo se este tem sempre a impressão de estar dormindo e sonhando, sem nunca ter certeza de estar realmente desperto. Essa pergunta deixa de ser feita a partir do momento em que, entre uma pílula azul e uma vermelha oferecidas por Morfeu, Neo escolhe ingerir a vermelha (como a papoula da mitologia), que o fará ver a realidade. É Morfeu quem lhe mostra a Matrix, fazendo-o compreender que passou a vida inteira sem saber se estava desperto ou se dormia e sonhava porque, realmente, esteve sempre dormindo e sonhando.

O que é a Matrix? Essa palavra é latina. Deriva de *mater*, que quer dizer “mãe”. Em latim, matrix é o órgão das fêmeas dos mamíferos onde o embrião e o feto se desenvolvem, o útero. Na linguagem técnica, a matriz é o molde para a fundição de uma peça, o circuito de codificadores e decodificadores das cores primárias e dos sons e, na informática, a rede de guias de entradas e saídas de elementos lógicos.

No filme, a Matrix tem todos esses sentidos: ela é, ao mesmo tempo, um útero universal onde estão todos os seres humanos cuja vida real é “uterina” e cuja vida imaginária é forjada pelos circuitos de



codificadores e decodificadores de cores e sons e pelas redes de guias de entrada e saída de sinais lógicos.

Qual é o poder da Matrix? Usar e controlar a inteligência humana para dominar o mundo, criando uma realidade virtual na qual todos acreditam. A Matrix é o feitiço que se virou contra o feiticeiro, a inteligência artificial que destrói a inteligência humana, porque só subsiste sugando o sistema nervoso central dos humanos.

Antes que a palavra computador fosse usada correntemente, quando só havia as enormes máquinas militares e de grandes empresas, falava-se em "cérebro eletrônico". Por quê? Porque se trata de um objeto técnico muito diferente de todos aqueles até então conhecidos pela humanidade.

De fato, os objetos técnicos tradicionais ampliavam a força física dos seres humanos (o microscópio e o telescópio aumentam a força dos olhos; o navio, o automóvel e o avião aumentam a força dos pés humanos; a alavanca, a polia, a chave de fenda, o martelo aumentam a força das mãos humanas; e assim por diante). Em contrapartida, o "cérebro eletrônico" ou computador amplia e mesmo substitui as capacidades mentais ou intelectuais dos seres humanos.

A Matrix é o computador gigantesco que escraviza os homens, usando a mente deles para controlar suas percepções, seus sentimentos e pensamentos, fazendo-os crer que é real o que é aparente.

Vencer o poder da Matrix é destruir a aparência, restaurar a realidade e assegurar que os seres humanos possam perceber e compreender o mundo verdadeiro e viver realmente nele. Todos os combates realizados por Neo e seus companheiros são combates mentais entre os centros de sensação, percepção e pensamento humanos e os centros artificiais da Matrix. As armas e tiroteios que aparecem na tela são pura ilusão, não existem, pois o combate real não é físico, e sim mental.

1.3 Neo e Sócrates

Por que as personagens do filme afirmam que Neo é "o escolhido"? Por que estão seguras de que ele será capaz de realizar o combate final e vencer a Matrix?

Porque ele era um pirata eletrônico, alguém capaz de invadir programas, decifrar códigos e mensagens, sobretudo, porque ele também era um criador de programas de realidade virtual, um perito capaz de rivalizar com a própria Matrix. Por ter um poder semelhante ao da Matrix, Neo sempre desconfiou de que a realidade não era exatamente tal como se apresentava. Sempre teve dúvidas sobre a realidade percebida e, secretamente, questionava o que era a Matrix. Essa interrogação o levou a vasculhar os circuitos internos da máquina (tanto assim que começou a ser perseguido por ela como alguém perigoso), e foram suas incursões secretas que o fizeram ser descoberto por Morfeu.

Por que Sócrates é considerado o "patrono da Filosofia"? Porque jamais se contentou com as opiniões estabelecidas, com os preconceitos de sua sociedade, com crenças inquestionadas de seus conterrâneos. Ele costumava dizer que era impelido por um espírito interior (como Morfeu instigando Neo) que o levava a desconfiar das aparências e procurar a realidade verdadeira das coisas.

Sócrates andava pelas ruas de Atenas fazendo perguntas aos atenienses: "O que é isso em que você acredita?", "O que é isso que você está dizendo?", "O que é isso que você está fazendo?" Os atenienses achavam, por exemplo, que sabiam o que era a justiça. Sócrates lhes fazia perguntas de tal maneira que, embaraçados e confusos, chegavam à conclusão de que não sabiam o que ela era. Os atenienses acreditavam que sabiam, por exemplo, o que era a coragem. Com suas perguntas incansáveis, Sócrates os fazia concluir que não sabiam o que ela era. Os atenienses acreditavam que sabiam o que eram a bondade, a beleza, a verdade, mas um prolongado diálogo com Sócrates os fazia perceber que não sabiam o que era aquilo em que acreditavam.

A pergunta "O que é?" era o questionamento sobre a realidade essencial e profunda de uma coisa para além das aparências e contra as aparências. Com essa pergunta, Sócrates levava os atenienses a descobrir a diferença entre parecer e ser, entre mera crença ou opinião e verdade.

Sócrates era filho de uma parteira. Ele dizia que sua mãe ajudava no nascimento dos corpos, e que ele também era um parteiro, mas não de corpos, e sim de almas. Assim como sua mãe lidava com a matrix corporal, ele lidava com a matrix mental, auxiliando as mentes a libertar-se das aparências e a buscar a verdade.

Como os de Neo, os combates socráticos eram também combates mentais ou de pensamento. E enfureceram de tal maneira os poderosos de Atenas, que Sócrates foi condenado à morte, acusado de espalhar dúvidas sobre as ideias e os valores atenienses e, com isso, corromper a juventude.



O paralelo entre Neo e Sócrates não está apenas no fato de que ambos são instigados por "espíritos" que os fazem desconfiar das aparências, nem apenas por ambos consultarem um oráculo e receberem como mensagem o "conhece-te a ti mesmo", e nem mesmo porque ambos lidam com matrizes.

Podemos encontrá-lo também ao comparar a trajetória de Neo até o combate final no interior da Matrix com um dos mais célebres escritos do filósofo Platão, discípulo de Sócrates. Essa passagem encontra-se na obra intitulada A república e chama-se "O Mito da Caverna".

1.4 O Mito da Caverna

Imaginemos, escreve Platão, uma caverna separada do mundo exterior por um alto muro. Entre esse muro e o chão da caverna há uma fresta por onde passa alguma luz externa, deixando a caverna na obscuridade quase completa. Desde seu nascimento, geração após geração, seres humanos ali estão acorrentados, sem poder mover a cabeça na direção da entrada nem se locomover até ela, forçados a olhar apenas a parede do fundo, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol. Estão quase no escuro e imobilizados.

Abaixo do muro, do lado de dentro da caverna, há um fogo que ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que se passam do lado de fora sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna (pensemos na caverna como se fosse uma sala de cinema e o fogo como a luz de um projetor de filmes).

Do lado de fora, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres, animais cujas sombras também são projetadas na parede da caverna. Nunca tendo visto o mundo exterior, os prisioneiros julgam que as sombras das coisas e das pessoas, os sons de suas falas e as imagens que transportam nos ombros são as próprias coisas externas, e que os artefatos (as figuras e imagens que alguns transportam) são seres vivos que se movem e falam.

Os prisioneiros se comunicam, dando nome às coisas que julgam ver (sem vê-las realmente, pois estão na obscuridade) e imaginam que o que escutam, e que não sabem que são sons vindos de fora, são as vozes das próprias sombras, e não dos seres humanos cujas imagens estão projetadas na parede, e também imaginam que os sons produzidos pelos artefatos que essas pessoas carregam nos ombros são vozes de seres reais.

Qual é, pois, a situação dessas pessoas aprisionadas? Tomam sombras por realidade, tanto as sombras das coisas e dos seres humanos exteriores como as sombras dos artefatos fabricados por eles. Essa confusão, porém, não tem como causa um defeito na natureza dos prisioneiros, e sim as condições adversas em que se encontram. Que aconteceria se eles fossem libertados dessa situação miserável?

Um dos prisioneiros, inconformado com a condição em que se encontra, decide abandoná-la. Fabrica um instrumento com o qual quebra os grilhões. De início, move a cabeça, depois o corpo todo; a seguir, avança na direção da saída da caverna e escala o muro. Enfrentando as durezas de um caminho íngreme e difícil, sai da caverna. No primeiro instante, fica totalmente cego pela luminosidade do Sol, com a qual seus olhos não estão acostumados. Enche-se de dor por causa dos movimentos que seu corpo realiza pela primeira vez e pelo ofuscamento de seus olhos sob a ação da luz externa, muito mais forte do que o fraco brilho do fogo que havia no interior da caverna. Sente-se dividido entre a incredulidade e o deslumbramento.

Incredulidade, porque será obrigado a decidir sobre onde se encontra a realidade: no que vê agora ou nas sombras em que sempre viveu? Deslumbramento (literalmente: ferido pela luz), porque seus olhos não conseguem ver com nitidez as coisas iluminadas.

Seu primeiro impulso é retornar à caverna para livrar-se da dor e do espanto, atraído pela escuridão, que lhe parece mais acolhedora. Além disso, precisa aprender a ver, e esse aprendizado é doloroso, fazendo-o desejar a caverna, onde tudo lhe é familiar e conhecido.

Sentindo-se sem disposição para regressar à caverna por causa da rudeza do caminho, o prisioneiro permanece no exterior. Aos poucos, habitua-se à luz e começa a ver o mundo. Encanta-se, tem a felicidade de finalmente ver as coisas, descobrindo que estivera prisioneiro a vida que em sua prisão vira apenas sombras. Doravante, ficar longe da caverna para sempre e lutar com suas forças para Jamais regressar a ela. Mas lamenta dos outros prisioneiros. Por fim, toma a difícil decisão de regressar ao subterrâneo sombrio para contar aos demais o que viu e convencê-los a se libertarem também.

Que lhe acontece nesse retorno? Os demais prisioneiros zombam dele, não acreditando em suas palavras. Se seguirem não conseguem silenciá-lo com suas caçadas, tentarão fazê-lo espancando-o. Se mesmo assim ele teimar em afirmar o que viu e os convidar a sair da caverna, certamente acabarão por



matá-lo. Mas, quem sabe, alguns poderão ouvi-lo e, contra a vontade dos demais, também decidir sair da caverna rumo à realidade?

O que é a caverna? O mundo de aparências em que vivemos. Que são as sombras projetadas no fundo? As coisas que percebemos. Que são os grilhões e as correntes! Nossos preconceitos e opiniões, nossa crença de que o que percebendo é a realidade. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz do z da verdade. O que é o mundo iluminado pelo sol da verdade? A realidade. Qual o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A Filosofia.

1.5 Nossa crenças costumeiras

Em nossa vida cotidiana, afirmamos, negamos, desejamos ou recusamos coisas, pessoas, situações. Fazemos perguntas, como "Que horas são?", ou "Que dia é hoje?" Dizemos frases, como "Ele está sonhando", ou "Ela ficou maluca". Fazemos afirmações, como "Onde há lá fogo", ou "Não saia na chuva para não se resfriar", Avaliamos coisas e pessoas, dizendo, por exemplo, "Esta casa é mais bonita do que a outra" e "Maria está mais jovem do que Glorinha".

Numa disputa, quando os ânimos estão exaltados, um dos contendores pode gritar ao outro: "Mentiroso! Eu estava lá e não foi isso que aconteceu", e alguém, querendo acalmar a briga, pode dizer: "Vamos pôr a cabeça no lugar, cada um seja bem objetivo e diga o que viu, porque assim todos poderão se entender".

Também é comum ouvirmos os pais e amigos dizerem que quando o assunto é o namorado ou a namorada não somos capazes de ver as coisas como elas são, que vemos o que ninguém vê e não vemos o que todo mundo está vendo. Dizem que somos "muito subjetivos". Ou, como diz o ditado, que "quem ama o feio, bonito lhe parece".

Frequentemente, quando aprovamos uma pessoa, o que ela diz, como ela age, dizemos que essa pessoa "é legal".

Vejamos um pouco mais de perto o que dizemos em nosso cotidiano.

Quando pergunto "Que horas são?" ou "Que dia é hoje?", minha expectativa é a de que alguém, tendo um relógio ou um calendário, me dê a resposta exata. Em que acredito quando faço a pergunta e aceito a resposta? Acredito que o tempo existe, que ele passa, pode ser medido em horas e dias, que o que já passou é diferente de agora e o que virá também há de ser diferente deste momento, que o passado pode ser lembrado ou esquecido, e o futuro, desejado ou temido Assim, uma simples pergunta contém, silenciosamente, várias **crenças**.

Por que crenças? Porque são coisas ou ideias em que acreditamos sem questionar, que aceitamos porque são óbvias, evidentes. Afinal, quem não sabe que ontem é diferente de amanhã, que o dia tem horas e que elas passam sem cessar?

Quando digo "ele está sonhando" para me referir a alguém que está acordado e diz ou pensa alguma coisa que julgo impossível ou improvável, tenho igualmente muitas crenças silenciosas: acredito que sonhar é diferente de estar acordado; que, no sonho, o impossível e o improvável se apresentam como possível e provável; e também que o sonho se relaciona com o irreal, enquanto a vigília se relaciona com o que existe realmente.

Acredito, portanto, que a realidade existe fora de mim, que posso percebê-la e conhecê-la tal como é, e por isso creio que sei diferenciar realidade de ilusão.

A frase "Ela ficou maluca" contém essas mesmas crenças e mais uma: a de que sabemos diferenciar a sanidade mental da loucura; que a sanidade mental se chama razão e que maluca é a pessoa que perde a razão e inventa uma realidade existente só para ela. Assim, ao acreditar que sei distinguir a razão da loucura, acredito também que a razão se refere a uma realidade que é a mesma para todos, ainda que não gostemos das mesmas coisas.

Quando alguém diz "onde há fumaça, há fogo" ou "não saia na chuva para não se resfriar", afirma silenciosamente muitas crenças: acredita que existem relações de causa e efeito entre as coisas; que onde houver uma coisa certamente houve uma causa para ela; ou que essa coisa é causa de alguma outra (o fogo é uma causa e a fumaça é seu efeito, a chuva é causa do resfriado ou o resfriado é efeito da chuva). Acreditamos, assim, que a realidade é feita de causalidades; que as coisas, os fatos, as situações se encadeiam em relações de causa e efeito que podem ser conhecidas por nós e, até mesmo, ser controladas por nós para o uso de nossa vida.



1.6 Exercendo nossa liberdade

Quando dizemos que uma casa é mais bonita do que a outra, ou que Maria está mais jovem do que Glorinha, acreditamos que as coisas, as pessoas, as situações, os fatos podem ser comparados e avaliados, julgados por sua qualidade (bonito, feio, bom, ruim, Jovem, velho, engraçado, triste, limpo, sujo) ou por sua quantidade (muito, pouco, mais, menos, maior, menor, grande, pequeno, largo, estreito, comprido, curto). Julgamos, assim, que as qualidades e as quantidades existem, que podemos conhecê-las e usá-las em nossa vida.

Se disséssemos, por exemplo, que "o Sol é maior do que o vemos", estamos acreditando que nossa percepção alcança as coisas de modos diferentes, às vezes tais como são em si mesmas (a folha deste livro, bem à nossa frente, é percebida como branca e, de fato, ela o é), outras vezes tais como nos parecem (o Sol, de fato, é maior do que o disco dourado que vemos ao longe), dependendo da distância, de nossas condições de visibilidade ou da localização e do movimento dos objetos. Por isso acreditamos que nossa visão pode ver as coisas diferentemente do que elas são, mas nem por isso diremos que estamos sonhando ou que ficamos malucos.

Acreditamos, assim, que vemos as coisas nos lugares em que elas estão ou do lugar em que estamos, e que a percepção visual varia de acordo com a distância: se estão próximas ou distantes de nós. Isso significa que acreditamos que elas e nós ocupamos lugares no espaço e, portanto, cremos que este existe, pode ser diferenciado (perto, longe, alto, baixo) e medido (comprimento, largura, altura).

Na briga, quando alguém chama o outro de mentiroso porque não estaria dizendo os fatos exatamente como eles aconteceram, está presente a nossa crença de que há diferença entre verdade e mentira. A primeira diz as coisas tais como são, a segunda faz exatamente o contrário, distorce a realidade.

No entanto, consideramos a mentira diferente do sonho, da loucura e do erro, porque o sonhador, o louco e o que erra a se iludem involuntariamente, enquanto o mentiroso decide voluntariamente deformar a realidade e os fatos.

Com isso, acreditamos que o erro e a mentira são falsidades, embora diferentes, porque somente na mentira há a decisão de falsear.

Ao diferenciarmos erro de mentira, considerando o primeiro uma ilusão ou um engano involuntários e a segunda uma decisão voluntária, manifestamos silenciosamente a crença de que somos seres dotados de vontade e que dela depende dizer a verdade ou a mentira.

Ao mesmo tempo, porém, nem sempre avaliamos a mentira como alguma coisa ruim: não gostamos tanto de ler romances, ver novelas, assistir a filmes? E não são mentira? É que também acreditamos que, quando alguém nos avisa que está mentindo, a mentira é aceitável, não seria uma mentira "pra valer".

Quando distinguimos verdade de mentira e distinguimos mentiras inaceitáveis de mentiras aceitáveis, não estamos apenas nos referindo ao conhecimento ou desconhecimento da realidade, mas também ao caráter da pessoa, à sua moral.

Acreditamos, portanto, que as pessoas, porque possuem vontade, podem ser morais ou imorais, pois cremos que a vontade é o poder de escolher entre o bem e o mal. E sobretudo acreditamos que exercer tal poder é exercer a liberdade, pois acreditamos que somos livres porque escolhemos voluntariamente nossas ações, nossas ideias, nossos sentimentos.

1.7 Conhecendo as coisas

Na briga, quando uma terceira pessoa pede às outras duas para "pôr a cabeça no lugar" e que sejam "objetivas", ou quando falamos dos namorados como incapazes de ver as coisas como são ou como sendo "muito subjetivos", também temos várias crenças silenciosas.

De fato, acreditamos que, quando alguém quer defender muito intensamente um ponto de vista, uma preferência, uma opinião e é até capaz de brigar por isso, pode "perder a objetividade" e se deixar guiar apenas pelos seus sentimentos, e não pela lealdade da mesma maneira, acreditamos que os apaixonados se tornam incapazes de ver as coisas como são, de ter uma "atitude objetiva" e que sua paixão os faz ficar "muito subjetivos".

Em que acreditamos, então? Acreditamos que ter objetividade é ter uma atitude imparcial, que percebe e compreende as coisas tais como são verdadeiramente, enquanto a subjetividade é uma atitude parcial, pessoal, ditada por sentimentos variados (amor, ódio, medo, desejo).

Assim, não só acreditamos que a objetividade e a subjetividade existem, como ainda acreditamos que são deferentes e que a primeira percebe perfeitamente a realidade e não a deforma, enquanto a segunda não percebe adequadamente a realidade e, voluntária ou involuntariamente, a deforma.



Ao dizermos que alguém "é legal" porque tem os mesmos gostos, as mesmas ideias, respeita ou despreza as mesmas coisas que nós e tem atitudes, hábitos e costumes muito parecidos com os nossos, estamos, silenciosamente, acreditando que a vida com as outras pessoas - família, amigos, escola, trabalho, sociedade, política - nos faz semelhantes ou diferentes em decorrência de normas e valores morais, políticos, religiosos e artísticos, regras de conduta, finalidades de vida.

Achamos óbvio que todos os seres humanos seguem regras e normas de conduta, possuem valores morais, religiosos, políticos, artísticos, vivem na companhia de seus semelhantes e procuram distanciar-se dos diferentes dos quais discordam e com os quais entram em conflito. Acreditamos que somos seres sociais, morais e racionais, pois regras, normas, valores, finalidades só podem ser estabelecidos por seres conscientes e dotados de raciocínio.

Como se pode notar, nossa vida cotidiana é toda feita de crenças silenciosas, da aceitação de coisas e ideias que nunca questionamos porque nos parecem naturais, óbvias. Cremos na existência do espaço e do tempo, na realidade exterior e na diferença entre realidade e sonho, assim como na diferença entre sanidade mental ou razão e loucura. Cremos na existência das qualidades e das quantidades. Cremos que somos seres racionais capazes de conhecer as coisas e por isso acreditamos na existência da verdade e na diferença entre verdade e mentira; cremos também na objetividade e na diferença entre ela e a subjetividade. Cremos na existência da vontade e da liberdade e por isso cremos na existência do bem e do mal, crença que nos faz aceitar como perfeitamente natural a existência da moral e da religião. Cremos também que somos seres que naturalmente precisam de seus semelhantes e por isso tomamos como um fato óbvio e inquestionável a existência da sociedade com suas regras, normas, permissões e proibições. Haver sociedade é, para nós, tão natural quanto haver Sol, Lua, dia, noite, chuva, rios, marés, céu e florestas.

1.8 E se não for assim?

Quando, em Matrix, Neo pergunta: "Onde estamos?", Morfeu lhe diz que a pergunta está equivocada, pois o correto seria perguntar: "Quando estamos?". Ou seja, Neo pergunta pelo lugar ou pela realidade espacial- onde? -, mas teria de perguntar pela realidade temporal- quando?

Ao mostrar-lhe que não estão vivendo no ano de 1999 e sim no século XXI, Morfeu pode mostrar a Neo onde eles realmente estão vivendo: num mundo destruído e arruinado, vazio de coisas e de pessoas, pois todos os seres humanos estão aprisionados no interior da Matrix. O que Neo julgava ser o mundo real é pura ilusão e aparência.

Para fazê-lo compreender o que se passa, Morfeu (como sua origem mitológica indica) faz com que incessantemente e velozmente tudo mude de forma, cor, tamanho, lugar e tempo, de maneira que Neo tenha de perguntar se o espaço e o tempo existem realmente.

Quando é levado ao oráculo, Neo presencia fatos surpreendentes: vê crianças realizando prodígios, como entortar e desentortar uma colher sem tocar nela, ou manter soltos no ar e em movimento cubos sem neles tocar. Diante de sua surpresa, a criança que entorta e desentorta a colher lhe diz simplesmente: "A colher não existe". Neo está diante de uma contradição entre visão e realidade: o que ele vê não existe e o que existe não é visto por ele.

Exatamente por isso e por estar perplexo, sem compreender o que se passa, é que o oráculo lhe mostra a inscrição sobre a porta - "Conhece-te a ti mesmo" -, indicando-lhe que, antes de tentar resolver os enigmas do mundo externo, será mais proveitoso que comece compreendendo-se a si mesmo.

Quantas vezes não passamos por situações desse tipo, que nos levam a desconfiar ora das coisas, ora de nós mesmos, ora dos outros?

Cremos que nossa vontade é livre para escolher entre o bem e o mal. Cremos também na necessidade de obedecer às normas e às regras de nossa sociedade. Que acontece, porém, quando, numa situação, nossa vontade nos indica que é bom fazer ou querer algo que nossa sociedade proíbe ou condena? Ou, ao contrário, quando nossa vontade nos indica que é bom fazer ou querer algo que nossa sociedade exige ou obriga? Ou ao contrário, quando nossa vontade julga que será um mal e uma injustiça querer fazer algo que nossa sociedade exige ou obriga: Há momentos em que vivemos um conflito entre o que nossa liberdade deseja e o que nossa sociedade determina e impõe.

Cremos na existência do tempo, isto é, num transcórre que não depende de nós, e cremos que podemos medi-lo com instrumentos, como o relógio e o cronômetro. No entanto, quando estamos à espera de alguma coisa muito desejada ou de alguém muito querido, o tempo parece não passar; olhamos para o relógio e nele o tempo está passando, sem corresponder ao nosso sentimento de que está quase parado.



Ao contrário, se estamos numa situação de muita satisfação (uma festa, um espetáculo de música e dança, um encontro amoroso, um passeio com amigos queridos), o tempo passa velozmente, ainda que o relógio mostre que se passaram várias horas.

Vemos que o Sol nasce a leste e se põe a oeste; que sua presença é o dia e sua ausência é à noite. Nossos olhos nos fazem acreditar que o Sol se move à volta da Terra e que esta permanece imóvel. Quando, durante muitas noites seguidas, acompanhamos a posição das estrelas no céu, vemos que elas mudam de lugar e acreditamos que se movem à nossa volta, enquanto a Terra permanece na imobilidade.

No entanto, a astronomia demonstra que não é isso que acontece. A Terra é um planeta num sistema cuja estrela central se chama Sol, ou seja, a Terra é um planeta do sistema solar, e ela, juntamente com outros planetas, é que se move à volta do Sol, num movimento de translação.

Além desse movimento, ela ainda realiza um outro, o de rotação em torno de seu eixo invisível. O movimento de translação explica a existência do ano, e o de rotação explica a existência do dia e da noite. Assim, há uma contradição entre nossa crença na imobilidade da Terra e a informação astronômica sobre os movimentos terrestres.

Esses exemplos assemelham-se às experiências e desconfianças de Neo: por um lado, tudo parece certo e como tem de ser; por outro, parece que tudo poderia estar errado ou ser ilusão. Temos a crença na liberdade, mas somos dominados pelas regras de nossa sociedade. Temos a experiência do tempo parado ou do tempo ligeiro, mas o relógio não comprova essa experiência. Temos a percepção do Sol e das estrelas em movimento à volta da Terra imóvel, mas a astronomia nos ensina o contrário.

1.9 Momentos de crise

Esses conflitos entre várias de nossas crenças e um saber estabelecido indicam a principal circunstância em que somos levados a mudar de atitude. Quando uma crença contradiz outra ou parece incompatível com outra, ou quando aquilo em que sempre acreditamos é contrariado por uma outra forma de conhecimento, entramos em crise.

Algumas pessoas se esforçam para fazer de conta que não há nenhum problema e vão levando a vida como se tudo estivesse "Muito bem, obrigado". Outras, porém, sentem-se impelidas a indagar qual é a origem, o sentido e a realidade de nossas crenças.

É assim que o conflito entre minha vontade e as regras de minha sociedade me levam à seguinte questão: sou livre quando quero ou faço algo que contraria minha sociedade, ou sou livre quando domino minha vontade e a obrigo a aceitar o que minha sociedade determina?

Ou seja, sou livre quando sigo minha vontade ou quando sou capaz de controlá-la? Ora, para responder a essa questão, precisamos fazer outras perguntas, mais profundas. Temos de perguntar: "O que é a liberdade?", "O que é a vontade?", "O que é a sociedade?", "O que são o bem e o mal, o justo e o injusto?"

É assim também que as experiências do tempo parado e do tempo veloz e a do tempo marcado pelo relógio nos levam a indagar: "Como é possível que haja duas realidades temporais diferentes, a marcada pelo relógio e a vivida por nós?", "Qual é o tempo real e verdadeiro?". Mas, para responder a essa pergunta, novamente é preciso fazer uma pergunta mais profunda: "O que é o tempo?"

Da mesma maneira, a diferença entre nossa percepção da imobilidade da Terra e mobilidade do Sol e o que ensina a astronomia leva-nos a perguntar: "Se não percebemos os movimentos da Terra e se nossos olhos se enganam tão profundamente, será que poderemos sempre confiar em nossa percepção visual ou deveremos sempre desconfiar dela?", "Será que percebemos as coisas como realmente são?"

Para responder a essas perguntas, precisamos fazer duas outras, mais profundas: "O que é perceber?" e "O que é realidade?"

O que está por trás de tais perguntas? O fato de que estamos mudando de atitude. Quando o que era objeto de crença aparece como algo contraditório ou problemático e por isso se transforma em indagação ou interrogação, estamos passando da atitude costumeira à atitude filosófica.

Essa mudança de atitude indica algo bastante preciso: quem não se contenta com as crenças ou opiniões preestabelecidas, quem percebe contradições e incompatibilidades entre elas, quem procura compreender o que elas são e por que são problemáticas está exprimindo um desejo, o desejo de saber. E é exatamente isso o que, na origem, a palavra filosofia significa, pois, em grego, *philosophia* quer dizer "amor à sabedoria".



1.10 Buscando a saída da caverna ou a atitude filosófica

Imaginemos, portanto, alguém que tomasse a decisão de não aceitar as opiniões estabelecidas e começasse a fazer perguntas que os outros julgam estranhas e inesperadas. Em vez de "Que horas são?" ou "Que dia é hoje?", perguntasse: "O que é o tempo?" Em vez de dizer "Está sonhando" ou "Ficou maluca", quisesse saber: "O que é o sonho, a loucura, a razão?".

Suponhamos que essa pessoa fosse substituindo suas afirmações por perguntas e em vez de dizer "Onde há fumaça, há fogo" ou "Não saia na chuva para não ficar resfriado", perguntasse "O que é causa?", "O que é efeito?"; ou se, em lugar de dizer "Seja objetivo" ou "Eles são muito subjetivos", perguntasse "O que é a objetividade?", "O que é a subjetividade?"; e, ainda, se em vez de afirmar "Esta casa é mais bonita do que a outra", perguntasse "O que é 'mais'?", "O que é 'menos'?", "O que é o belo?".

Em vez de gritar "Mentiroso!", questionasse: "O que é a verdade?", "O que é o falso?", "O que é o erro?", "O que é a mentira?", "Quando existe verdade e por quê?", "Quando existe ilusão e por quê?".

Se, em vez de falar na subjetividade dos namorados, inquirisse "O que é o amor? "O que é o desejo?", "O que são os sentimentos?"

Se, em lugar de discorrer tranquilamente sobre "maior" e "menor" ou "claro" e "escuro", resolvesse investigar: "O que é a quantidade?", "O que é a qualidade?"

E se, em vez de afirmar que gosta de alguém porque esse alguém possui as mesmas ideias que ela, os mesmos gostos, as mesmas preferências e os mesmos valores, preferisse analisar: "O que é um valor?", "O que é um valor moral?", "O que é um valor artístico?", "O que é a moral?", "O que é a vontade?", "O que é a liberdade?"

Alguém que tomasse essa decisão estaria se distanciando da vida cotidiana e de si mesmo, pois estaria indagando o que são as crenças e os sentimentos que alimentam, silenciosamente, nossa existência.

Ao tomar essa distância, estaria interrogando a si mesmo, desejando conhecer por que cremos no que cremos, por que sentimos o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos. Esse alguém estaria começando a cumprir o que dizia o oráculo de Delfos: "Conhece-te a ti mesmo". E estaria passando a adotar a atitude filosófica.

Assim, uma primeira resposta à pergunta "O que é Filosofia?" poderia ser: "A decisão de não aceitar como naturais, óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido"

Certa vez, perguntaram a um filósofo: "Para que Filosofia?". E ele respondeu: "Para não darmos nossa aceitação imediata às coisas, sem maiores considerações". Como Morfeu disse a Neo e Sócrates dissera aos atenienses.

Podemos dizer que a Filosofia surge quando os seres humanos começam a exigir provas e justificações racionais que validem ou invalidem as crenças cotidianas.

Por que racionais? Por três motivos principais em primeiro lugar, porque racional significa argumentado, debatido e compreendido; em segundo, porque racional significa que, ao argumentar e debater, queremos conhecer as condições e os pressupostos de nossos pensamentos e os dos outros; em terceiro, porque racional significa respeitar certas regras de coerência do pensamento para que um argumento ou um debate tenham sentido, chegando a conclusões que podem ser compreendidas, discutidas, aceitas e respeitadas por outros.

2 O QUE É FILOSOFIA

2.1 A atitude crítica

A primeira característica da atitude filosófica é negativa, isto é, um dizer não aos "pré-conceitos", aos "pré-juízos", aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que "todo mundo diz e pensa", ao estabelecido. Numa palavra, é colocar entre parênteses nossas crenças para poder interrogar quais são suas causas e qual é seu sentido.

A segunda característica da atitude filosófica é positiva, isto é, uma interrogação sobre o que são as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê e o como disso tudo e de nós próprios. "O que é?", "Por que é?", "Como é?". Essas são as indagações fundamentais da atitude filosófica.



A face negativa e a face positiva da atitude filosófica constituem o que chamamos de atitude crítica. Por que "crítica"?

Em geral, julgamos que a palavra crítica significa "ser do contra", dizer que tudo vai mal, que tudo está errado, que tudo é feio ou desagradável. Em geral, crítica é mau humor, coisa de gente chata ou pretenciosa que acha que sabe mais que os outros. Mas não é isso que essa palavra quer dizer.

A palavra crítica vem do grego e possui três sentidos principais: 1) capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente; 2) exame racional de todas as coisas sem preconceito e sem prejulgamento; 3) atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica. A atitude filosófica é uma atitude crítica porque preenche esses três significados da noção de crítica, a qual, como se observa, é inseparável da noção racional, que vimos anteriormente.

A Filosofia começa dizendo não às crenças e aos preconceitos do dia-a-dia para que possam ser avaliados racional e criticamente. Por isso começa dizendo que não sabemos o que imaginávamos saber ou, como dizia Sócrates, começamos a buscar o conhecimento quando somos capazes de dizer: "Só sei que nada sei".

Para Platão, o discípulo de Sócrates, a Filosofia começa com a admiração ou, como escreve seu discípulo Aristóteles, a Filosofia começa com o espanto: "[...] pois os homens começam e começaram sempre a filosofar movidos pelo espanto [...]. Aquele que se coloca uma dificuldade e se espanta reconhece sua própria ignorância. [...] De sorte que, se filosofaram, foi para fugir da ignorância".

Admiração e espanto significam que reconhecemos nossa ignorância e exatamente por isso podemos superá-la. Nós nos espantamos quando, por meio de nosso pensamento, tomamos distância do nosso mundo costumeiro, olhando-o como se nunca o tivéssemos visto antes, como se não tivéssemos tido família, amigos, professores, livros e outros meios de comunicação que nos tivessem dito o que o mundo é; como se estivéssemos acabando de nascer para o mundo e para nós mesmos e precisássemos perguntar o que é, por que é e como é o mundo, e precisássemos perguntar também o que somos, por que somos e como somos.

A Filosofia inicia sua investigação num momento muito preciso: naquele instante em que abandonamos nossas certezas cotidianas e não dispomos de nada para substituí-las ou para preencher a lacuna deixada por elas. Em outras palavras, a Filosofia se interessa por aquele instante em que a realidade natural (o mundo das coisas) e a realidade histórico-social (o mundo dos homens) tornam-se estranhas, espantosas, incompreensíveis e enigmáticas, quando as opiniões estabelecidas disponíveis já não nos podem satisfazer.

Ou seja, a Filosofia se volta preferencialmente para os momentos de crise no pensamento, na linguagem e na ação, pois é nesses momentos críticos que se manifesta mais claramente a exigência de fundamentação das ideias, dos discursos e das práticas.

Assim como cada um de nós, quando possui desejo de saber, vai em direção à atitude filosófica ao perceber contradições, incoerências, ambiguidades ou incompatibilidades entre nossas crenças cotidianas, também a Filosofia tem especial interesse pelos momentos de crise ou momentos críticos, quando sistemas religiosos, éticos, políticos, científicos e artísticos estabelecidos apresentam contradições internas ou contradizem-se uns aos outros e buscam transformações e mudanças cujo sentido ainda não está claro e precisa ser compreendido.

2.2 Para que Filosofia?

Ora, muitos fazem uma outra pergunta: "Afinal, para que Filosofia?"

É uma pergunta interessante. Não vemos nem ouvimos ninguém perguntar, por exemplo, "Para que matemática ou física?", "Para que geografia ou geologia?", "Para que história ou sociologia?", "Para que biologia ou psicologia?", "Para que astronomia ou química?", "Para que pintura, literatura, música ou dança?". Mas todo mundo acha muito natural perguntar: "Para que Filosofia?".

Em geral, essa pergunta costuma receber uma resposta irônica, conhecida dos estudantes de Filosofia: "A Filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual". Ou seja, a Filosofia não serve para nada. Por isso, costuma-se chamar de "filósofo" alguém sempre distraído, com a cabeça no mundo da lua, pensando e dizendo coisas que ninguém entende e que são completamente inúteis.

Essa pergunta, "Para que Filosofia?", tem a sua razão de ser.

Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática muito visível e de utilidade imediata, de modo que, quando se



pergunta" Para quê?", o que se pergunta é: "Qual a utilidade?", "Para que serve isso?", "Que uso proveitoso ou vantajoso posso fazer disso?".

Eis por que ninguém pergunta "Para que as ciências?", pois todo mundo imagina ver a utilidade das Ciências nos produtos da técnica. Todo mundo também imagina ver a utilidade das artes, tanto por causa da compra e venda das obras de arte quanto porque nossa cultura vê os artistas como gênios que merecem ser valorizados (ao mesmo tempo que, paradoxalmente, nossa sociedade é capaz de rejeitá-los se suas obras forem verdadeiramente revolucionárias e inovadoras, pois, nesses casos, eles não são "úteis" para o poder estabelecido).

Ninguém, todavia, consegue perceber para que serviria a Filosofia, donde dizer-se: "Não serve para coisa alguma".

Parece, porém, que o senso comum não enxerga algo que os cientistas sabem muito bem. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade por meio de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os.

Ora, todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas admitem a existência da verdade, a necessidade de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, o estabelecimento da tecnologia como aplicação prática de teorias, e, sobretudo, elas confiam na racionalidade dos conhecimentos.

2.3 A filosofia por trás da ciência

Verdade, pensamento racional, procedimentos especiais para conhecer fatos, aplicação prática de conhecimentos teóricos, correção e acúmulo de saberes: esses objetivos e propósitos das ciências não são científicos, são filosóficos e dependem de questões filosóficas. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas.

Assim, o trabalho das ciências pressupõe, como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. No entanto, como apenas os cientistas e os filósofos sabem disso, a maioria das pessoas continua afirmando que a Filosofia não serve para nada.

Para dar alguma utilidade à Filosofia, muitos consideram que é preciso determinar claramente o uso que se pode fazer dela. Dizem, então, que, de fato, a Filosofia não serve para nada, se "servir" for entendido como a possibilidade de fazer usos técnicos dos produtos filosóficos ou dar-lhes utilidade econômica, obtendo lucros com eles. Consideram também que a parte principal ou mais importante da Filosofia nada tem a ver com as ciências e as técnicas.

Para quem pensa dessa forma, o interesse da Filosofia não estaria nos conhecimentos (que ficam por conta da ciência) nem nas aplicações práticas das teorias (que ficam por conta da tecnologia), mas nos ensinamentos morais ou éticos.

A Filosofia seria a arte do bem viver ou da vida correta e virtuosa. Estudando as paixões e os vícios humanos, a liberdade e a vontade, analisando a capacidade de nossa razão para impor limites aos nossos desejos e paixões, ensinando-nos a viver de modo honesto e justo na companhia dos outros seres humanos, a Filosofia teria como finalidade ensinar-nos a virtude, que é o princípio do bem viver.

Essa definição da Filosofia, porém, não nos ajuda muito. De fato, mesmo para ser uma arte moral ou ética, ou uma arte do bem viver, a Filosofia continua fazendo suas perguntas desconcertantes e embaraçosas: "O que é o homem?", "O que é a vontade?", "O que é a paixão?", "O que é a razão?", "O que é o vício?", "O que é a virtude?", "O que é a liberdade?", "Como nos tornamos livres, racionais e virtuosos?", "Por que a liberdade e a virtude são valores para os seres humanos?", "O que é um valor?", "Por que avaliamos os sentimentos e as ações humanas?".

Assim, mesmo que disséssemos que o objeto da Filosofia não é o conhecimento da realidade nem o conhecimento da nossa capacidade para conhecer, mesmo que disséssemos que o objeto da Filosofia é apenas a vida moral ou ética, ainda assim o estilo filosófico e a atitude filosófica permaneceriam os mesmos, pois as perguntas filosóficas - o quê, por que e como - permanecem.

2.4 Atitude filosófica: indagar

Se, por enquanto, deixarmos de lado os objetos com os quais a Filosofia se ocupa, veremos que a atitude filosófica possui algumas características que são as mesmas, independentemente do conteúdo investigado. Essas características são:

- perguntar o que é (uma coisa, um valor, uma ideia, um comportamento) - a Filosofia pergunta qual é a realidade e qual é a significação de algo, não importa qual;



- perguntar como é (uma coisa, uma ideia, um valor, um comportamento) - a Filosofia indaga como é a estrutura ou o sistema de relações que constitui a realidade de algo;
- perguntar por que é (uma coisa, uma ideia, um valor, um comportamento) - por que algo existe, qual é a origem ou a causa de uma coisa, de uma ideia, de um valor, de um comportamento.

A atitude filosófica inicia-se dirigindo essas indagações ao mundo que nos rodeia e às relações que mantemos com ele. Pouco a pouco, descobre que essas questões pressupõem a figura daquele que interroga e que elas exigem que seja explicada a tendência do ser humano de interrogar o mundo e a si mesmo com o desejo de conhecê-lo conhecer-se. Em outras palavras, a Filosofia compreende que precisa conhecer nossa capacidade de conhecer, que precisa pensar sobre nossa capacidade de pensar.

Por isso, pouco a pouco, as perguntas da Filosofia se dirigem ao próprio pensamento: "O que é pensar?", "Como é pensar?", "Por que há o pensar?". A Filosofia torna-se, então, o pensamento interrogando-se a si mesmo. Por ser uma volta que o pensamento realiza sobre si mesmo, a Filosofia se realiza como reflexão ou, seguindo o oráculo de Delfos, busca realizar o "Conhece-te a ti mesmo".

2.5 A reflexão filosófica

A palavra *reflexão* é empregada na física para descrever o movimento de propagação de uma onda luminosa ou sonora quando, ao passar de um meio para outro, encontra um obstáculo e retorna ao meio de onde partiu. É esse retorno ao ponto de partida que é conservado quando a palavra é usada na Filosofia para significar o movimento de volta sobre si mesmo ou movimento de retorno a si mesmo.

A reflexão filosófica é o movimento pelo qual o pensamento, examinando o que é pensado por ele, voltar-se para si mesmo como fonte desse pensado. É o pensamento interrogando-se a si mesmo ou pensando-se a si mesmo. É a concentração mental em que o pensamento volta-se para si próprio para examinar, compreender e avaliar suas ideias, suas vontades, desejos e sentimentos.

A reflexão filosófica é radical, pois vai à raiz do pensamento. Não somos, porém, somente seres pensantes. Somos também seres que agem no mundo, que se relacionam com os outros seres humanos, com os animais, as plantas, as coisas, os fatos e acontecimentos, e exprimimos essas relações tanto por meio da linguagem e dos gestos como por meio de ações, comportamentos e condutas.

A reflexão filosófica também se volta para compreender o que se passa em nós nessas relações que mantemos com a realidade circundante, para o que dizemos e para as ações que realizamos. Organiza-se em torno de três grandes conjuntos de questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os motivos, as razões e as causas para pensarmos o que pensamos, dizermos o que dizemos, fazermos o que fazemos?
2. O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos) Isto é, qual é o conteúdo ou o sentido do que pensamos, dizemos e fazemos?
3. Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a intenção ou a finalidade do que pensamos, dizemos e fazemos?

Essas três questões têm como objetos de indagação o pensamento, a linguagem e a ação e podem ser resumidas em "O que é pensar?", "O que é falar?" e "O que é agir?". E pressupõem a seguinte pergunta: "O que pensamos, dizemos e fazemos em nossas crenças cotidianas constitui ou não um pensamento verdadeiro, uma linguagem coerente e uma ação dotada de sentido?".

Como vimos, a atitude filosófica dirige-se ao mundo que nos rodeia e aos seres humanos que nele vivem e com ele se relacionam. É um saber sobre a realidade exterior ao pensamento.

Já a reflexão filosófica se dirige ao pensamento, à linguagem e à ação. São perguntas sobre a capacidade e a finalidade de conhecer, falar e agir próprias dos seres humanos. É um saber sobre o homem como ser pensante, falante e agente, ou seja, sobre a realidade interior aos seres humanos.

2.6 Filosofia: um pensamento sistemático

As indagações fundamentais da atitude filosófica e da reflexão filosófica não se realizam ao acaso, segundo as preferências e opiniões de cada um de nós. A Filosofia não é feita de "achismos" nem é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. As indagações filosóficas se realizam de modo sistemático.

Que significa isso?

A palavra sistema vem do grego e significa "um todo cujas partes estão ligadas por relações de concordância interna". No caso do pensamento, significa um conjunto de ideias internamente articuladas e



relacionadas, graças a princípios comuns ou a certas regras e normas de argumentação e demonstração que as ordenam e as relacionam num todo coerente.

Dizer que as indagações filosóficas são sistemáticas significa dizer que a Filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é Enunciado e pensado. Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de dizer "eu acho que", mas de poder afirmar "eu penso que".

O conhecimento filosófico é um trabalho intelectual.

É sistemático porque não se contenta em obter respostas para as questões que se apresentam, mas exige que as próprias questões sejam válidas e que as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de ideias e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente.

Quando alguém diz "Esta é a minha filosofia" ou "Isso é a filosofia de fulana ou de fulano", ou ainda, "Esta é a filosofia da empresa", engana-se e não se engana ao mesmo tempo.

Engana-se porque imagina que, para "ter uma filosofia", basta alguém possuir um conjunto de ideias e princípios mais ou menos coerentes sobre todas as coisas e pessoas. E não se engana ao usar essas expressões porque percebe, ainda que confusamente, que há uma característica nas ideias e nos princípios que o leva a dizer que são "uma filosofia": a ligação entre certas ideias e certos comportamentos, as relações entre essas ideias e esses comportamentos como se tivessem alguns princípios que os unissem ou relacionassem.

Ou seja, pressente-se que a Filosofia opera sistematicamente, com coerência e lógica; que tem uma vocação para compreender como as coisas e os fatos que aparecem de modo fragmentado e desconexo em nossa experiência cotidiana se relacionam, se conectam e se encadeiam num todo racionalmente compreensível.

2.7 Em busca de uma definição da Filosofia

Quando começamos a estudar Filosofia, somos logo levados a buscar o que ela é. Nossa primeira surpresa surge ao descobrirmos que não há apenas uma definição da Filosofia, mas várias. A segunda surpresa ocorre quando percebemos que, além de várias, as definições não parecem poder ser reunidas numa só e mais ampla. Eis por que muitos, cheios de perplexidade, indagam: "Afinal, o que é a Filosofia que nem sequer consegue dizer o que ela é?"

Uma primeira aproximação nos mostra pelo menos quatro definições gerais do que seria a Filosofia:

1. **Visão de mundo** de um povo, de uma civilização ou de uma cultura. Nessa definição, a Filosofia corresponderia, de modo vago e geral, ao conjunto de ideias, valores e práticas pelos quais uma sociedade apreende e compreende o mundo e a si mesma, definindo para si o tempo e o espaço, o sagrado e o profano, o bom e o mau, o justo e o injusto, o belo e o feio, o verdadeiro e o falso, o possível e o impossível, o contingente e o necessário.

Qual o problema dessa definição? Por um lado, ela se parece com a noção de "minha filosofia" ou "a filosofia da empresa"; por outro, ela é tão genérica e ampla que não permite, por exemplo, distinguir entre filosofia e religião, filosofia e arte, filosofia e ciência. Na verdade, essa definição identifica filosofia e cultura, pois esta é uma visão de mundo coletiva que se exprime em ideias, valores e práticas de uma sociedade determinada.

A definição, portanto, não consegue se acerrar da especificidade do trabalho filosófico e por isso não podemos aceitá-la como definição da Filosofia, mas apenas como uma expressão que contém ou indica alguns aspectos que poderão entrar na sua definição.

2. **Sabedoria de vida.** Nessa definição, a Filosofia é identificada com a atividade de algumas pessoas que pensam sobre a vida moral, dedicando-se à contemplação do mundo e dos outros seres humanos para aprender e ensinar os outros a controlar seus desejos, sentimentos e impulsos e a dirigir sua vida de modo ético e sábio.

A Filosofia seria uma escola de vida ou uma arte do bem viver; seria uma contemplação do mundo e dos homens para nos conduzir a uma vida justa, sábia e feliz, ensinando-nos o domínio sobre nós mesmos, sobre nossos impulsos, desejos e paixões. Essa definição, porém, nos diz, de modo vago, o que se espera da Filosofia (a sabedoria interior), mas não o que é e o que faz a Filosofia e, por isso, também não podemos aceitá-la, mas apenas reconhecer que nela está presente um dos aspectos do trabalho filosófico.



3. Esforço racional para conceber o Universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido.

Nessa definição, atribui-se à Filosofia a tarefa de conhecer a realidade inteira, provando que o Universo é uma totalidade, algo estruturado ou ordenado por relações de causa e efeito, e que essa totalidade é racional, ou seja, possui sentido e finalidade compreensíveis ao pensamento humano

Os que adotam essa definição precisam começar distinguindo entre filosofia e religião e até mesmo opondo uma à outra, pois ambas possuem o mesmo objeto (compreender o Universo). Mas a primeira o faz por meio do esforço racional, enquanto a segunda, por meio da confiança (fé) numa revelação divina.

Ou seja, a Filosofia procura discutir até o fim o sentido e o fundamento da realidade, enquanto a consciência religiosa se baseia num dado primeiro e inquestionável, que é a revelação divina, objeto de fé e indemonstrável pela e para a razão humana.

Pela fé, a religião aceita princípios indemonstráveis e até aqueles considerados irracionais pelo pensamento, enquanto a Filosofia não admite a indemonstrabilidade e a irracionalidade de coisa alguma. Pelo contrário, o pensamento filosófico procura explicar e compreender mesmo o que parece irracional e inquestionável.

No entanto, essa definição também é problemática, porque dá à Filosofia a tarefa de oferecer uma explicação e uma compreensão totais do Universo, elaborando um sistema universal; mas sabemos, hoje, que essa tarefa é impossível.

É verdade que, nos seus primórdios, a Filosofia se apresentava como uma explicação total sobre a realidade, isto é, sobre a natureza física e sobre os seres humanos, pois ela não só viera substituir a explicação religiosa, como também constituía o conjunto de todas as ciências teóricas e práticas (não havia distinção e separação entre filosofia e ciência).

No entanto, há, nos dias de hoje, pelo menos duas limitações principais a essa pretensão totalizadora: em primeiro lugar, a Filosofia e as ciências foram se separando no correr da história, e o saber científico se dividiu em vários saberes particulares, cada qual com seu campo próprio de investigação e de explicação de um aspecto da realidade.

Em outras palavras, a Filosofia compartilha a explicação da realidade com as ciências e as artes, pois cada uma delas define um aspecto e um campo da realidade para estudo (no caso das ciências) e para a expressão (no caso das artes), não sendo admissível que haja uma única disciplina teórica que possa abranger sozinha a totalidade dos conhecimentos ou o conhecimento total do Universo.

Em segundo lugar, porque a própria Filosofia já não admite que seja possível um único sistema de pensamento que ofereça uma única explicação para o todo da realidade, pois esta permanece aberta e convida a múltiplas perspectivas de conhecimentos e interpretações. Por isso, essa definição também não pode ser aceita, embora contenha aspectos importantes da atividade filosófica.

4. Fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas.

Fundamento é uma palavra que vem do latim e significa "uma base sólida" ou "o alicerce sobre o qual se pode construir com segurança". Do ponto de vista do conhecimento, significa "a base ou o princípio racional que sustenta uma demonstração verdadeira".

Sob esta perspectiva, fundamentar significa "encontrar, definir e estabelecer racionalmente os princípios, as causas e condições que determinam a existência, a forma e os comportamentos de alguma coisa, bem como as leis ou regras de suas mudanças".

Teoria vem do grego, no qual significava "contemplar uma verdade com os olhos do espírito", isto é, uma atividade puramente intelectual de conhecimento. Desse ponto de vista, uma fundamentação teórica significa "determinar pelo pensamento, de maneira lógica, metódica, organizada e sistemática o conjunto de princípios, causas e condições de alguma coisa (de sua existência, de seu comportamento, de seu sentido e de suas mudanças).

Como vimos anteriormente, crítica também é uma palavra grega, que significa "a capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente; o exame racional de todas as coisas sem preconceito e sem prejulgamento" e "a atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica".

A fundamentação crítica significa "examinar, avaliar e julgar racionalmente os princípios, as causas e condições de alguma coisa (de sua existência, de seu comportamento, de seu sentido e de suas mudanças)".

Como fundamentação teórica e crítica, a Filosofia ocupa-se com os princípios, as causas e condições do conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro; com a origem, a forma e o conteúdo dos valores éticos, políticos, religiosos, artísticos e culturais; com a compreensão das causas e das formas da ilusão e



do preconceito no plano individual e coletivo; com os princípios, as causas e condições das transformações históricas dos conceitos, das ideias, dos valores e das práticas humanas.

2.8 A Filosofia como fundamentação teórica e crítica

Nessa condição, a Filosofia se volta para o estudo das várias formas de conhecimento (percepção, imaginação, memória, linguagem, inteligência, experiência, reflexão) e dos vários tipos de atividades interiores e comportamentos externos dos seres humanos como expressões da vontade, do desejo e das paixões, procurando descrever as formas e os conteúdos desses modos de conhecimento e desses tipos de atividade e comportamento como relação do se' humano com o mundo, consigo mesmo e com os outros

Para realizar seu trabalho, a Filosofia investiga e interpreta o significado de ideias gerais, como realidade, mundo, natureza, cultura, história, verdade, falsidade, humanidade, temporal idade, espacial idade, qualidade, quantidade, subjetividade, objetividade, diferença, repetição, semelhança, conflito, contradição, mudança, necessidade, possibilidade, probabilidade, etc.

A atividade filosófica é, portanto, uma análise, uma reflexão e uma crítica. Essas três atividades são orientadas pela elaboração filosófica de ideias gerais sobre a realidade e os seres humanos. Portanto, para que essas três atividades se realizem, é preciso que a Filosofia se defina como busca do fundamento (princípios, causas e condições) e do sentido (significação e finalidade) da realidade em suas múltiplas formas, indagando o que essas formas de realidade são, como são e por que são, e procurando as causas que as fazem existir, permanecer, mudar e desaparecer.

A Filosofia não é ciência: é uma reflexão sobre os fundamentos da ciência, isto é, sobre procedimentos e conceitos científicos. Não é religião: é uma reflexão sobre os fundamentos da religião, isto é, sobre as causas, origens e formas das crenças religiosas. Não é arte: é uma reflexão sobre os fundamentos da arte, isto é, sobre os conteúdos, as formas, as significações das obras de arte e do trabalho artístico. Não é sociologia nem psicologia, mas a interpretação e avaliação crítica dos conceitos e métodos da sociologia e da psicologia. Não é política, mas interpretação, compreensão e reflexão sobre a origem, a natureza e as formas do poder e suas mudanças. Não é história, mas reflexão sobre o sentido dos acontecimentos enquanto inseridos no tempo e compreensão do que seja o próprio tempo.

O filósofo alemão Immanuel Kant considerou que as indagações fundamentais da Filosofia são:

- Que podemos saber? É a pergunta sobre o conhecimento, isto é, sobre os fundamentos do pensamento em geral e do pensamento científico em particular.
- Que podemos fazer? É a pergunta sobre a ação e a expressão humana, isto é, sobre os fundamentos da ética, da política, das artes, das técnicas e da história.
- Que podemos esperar? É a pergunta sobre a esperança de uma outra vida após a morte, isto é, sobre os fundamentos da religião.

2.9 Útil? Inútil?

O primeiro ensinamento filosófico é perguntar: "O que é o útil?", "Para que e para quem algo é útil?", "O que é o inútil?", "Por que e para quem algo é inútil?"

O senso comum de nossa sociedade considera útil o que dá prestígio, poder, fama e riqueza. Julga o útil pelos resultados visíveis das coisas e das ações, identificando sua possível utilidade, como na famosa expressão "levar vantagem em tudo". Não poderíamos, porém, definir o útil de uma outra maneira?

Platão definia a Filosofia como um saber verdadeiro que deve ser usado em benefício dos seres humanos para que vivam numa sociedade justa e feliz.

Descartes dizia que a Filosofia é o estudo da sabedoria, conhecimento perfeito de todas as coisas que os humanos podem alcançar para o uso da vida, a conservação da saúde e a invenção das técnicas e das artes com as quais ficam menos submetidos às forças naturais, às intempéries e aos cataclismos.

Kant afirmou que a Filosofia é o conhecimento que a razão adquire de si mesma para saber o que pode conhecer, o que pode fazer e o que pode esperar, tendo como finalidade a felicidade humana.

Marx declarou que a Filosofia havia passado muito tempo apenas contemplando o mundo e que se tratava, agora, de conhecê-lo para transformá-lo, transformação que traria justiça, abundância e felicidade para todos.

Merleau-Ponty escreveu que a Filosofia é um despertar para ver e mudar nosso mundo.

Espinosa afirmou que a Filosofia é um caminho árduo e difícil, mas que pode ser percorrido por todos, se desejarem a liberdade e a felicidade.



Qual seria, então, a utilidade da Filosofia?

Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para ser conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes.

3 A ORIGEM DA FILOSOFIA

3.1 A palavra *filosofia*

A palavra *filosofia* é grega. É composta de duas outras: *philo* e *sophia*. *Philo* quer dizer "aquele ou aquela que tem um sentimento amigável", pois deriva de *philia*, que significa "amizade e amor fraterno". *Sophia* quer dizer "sabedoria" e dela vem a palavra *sophós*, "sábio".

Filosofia significa, portanto, "amizade pela sabedoria" ou "amor e respeito pelo saber", e filósofo, "o que ama ser sábio" ou "tem amizade pelo saber".

Atribui-se ao filósofo grego Pitágoras de Samos a invenção da palavra filosofia. Pitágoras teria afirmado que a sabedoria plena e completa pertence aos deuses, mas que os homens podem desejá-la ou amá-la, tornando-se filósofos.

Dizia Pitágoras que três tipos de pessoas compareciam aos Jogos Olímpicos (a festa pública mais importante da Grécia, na qual havia competições esportivas, concursos artísticos e teatrais): as que iam para comerciar durante os jogos, ali estando apenas para satisfazer sua própria cobiça, sem se interessar pelos torneios; as que iam para competir e fazer brilhar suas próprias pessoas, isto é, os atletas e artistas (pois, durante os jogos também havia competições de dança, poesia, música, teatro); e as que iam para assistir aos jogos e torneios, para avaliar o desempenho e julgar o valor dos que ali se apresentavam. Esse terceiro tipo de pessoa, dizia Pitágoras, é como o filósofo.

Com isso, Pitágoras queria dizer que o filósofo não é movido por interesses comerciais ou financeiros - não coloca o saber como propriedade sua, como uma coisa para ser comprada e vendida no mercado; também não é movido pelo desejo de competir - não é um "atleta intelectual", não faz das ideias e dos conhecimentos uma habilidade para vencer competidores; mas é movido pelo desejo de observar, contemplar, julgar e avaliar as coisas, as ações, as pessoas, os acontecimentos, a vida; em resumo, pelo desejo de saber.

A verdade não pertence a ninguém (para ser comerciada) nem é um prêmio conquistado por competição. Ela está diante de todos nós como algo a ser procurado e é encontrada por todos aqueles que a desejarem, que tiverem olhos para vê-la e coragem para buscá-la.

A Filosofia surgiu quando alguns gregos, admirados e espantados com a realidade, insatisfeitos com as explicações que a tradição lhes dera, começaram a fazer perguntas e buscar respostas para elas, demonstrando que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos naturais e as coisas da natureza podem ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão é capaz de conhecer-se a si mesma.

Em suma, a Filosofia surgiu quando alguns pensadores gregos se deram conta de que a verdade do mundo e dos humanos não era algo secreto e misterioso, que precisasse ser revelado por divindades a alguns escolhidos, mas que, ao contrário, podia ser conhecida por todos através das operações mentais de raciocínio; e quando esses pensadores compreenderam que o conhecimento depende apenas do uso correto do pensamento, que permite que a verdade possa ser conhecida por todos.

Esses pensadores descobriram também que a linguagem respeita as exigências do pensamento e que, por esse mesmo motivo, os conhecimentos verdadeiros podem ser transmitidos e ensinados a todos.

3.2 O que perguntavam os primeiros filósofos

Por que os seres nascem e morrem? Por que os semelhantes dão origem aos semelhantes, de uma árvore nasce outra árvore, de um cão nasce outro cão, de uma mulher nasce uma criança? Por que os diferentes também fazem surgir os diferentes: o dia faz nascer a noite, o inverno faz surgir a primavera, um objeto escuro clareia com o passar do tempo, enquanto um objeto claro escurece)

Por que tudo muda? A criança se torna adulta, amadurece, envelhece e desaparece. A paisagem, cheia de flores na primavera, vai perdendo o verde e as cores no outono, até ressecar-se e retorcer-se no



inverno. Por que um dia luminoso e ensolarado, de céu azul e brisa suave, repentinamente se torna sombrio, coberto de nuvens, varrido por ventos furiosos, tomado pela tempestade, pelos raios e trovões?

Por que a doença invade os corpos, rouba-lhes a cor, a força? Por que o alimento que antes me agradava, agora, que estou doente, me causa repugnância? Por que o som da música que antes me embalava, agora, que estou doente, parece um ruído insuportável?

Por que o que parecia uno se multiplica em tantos outros? De uma só árvore, quantas flores e quantos frutos nascem! De uma só gata, quantos gatinhos nascem!

Por que as coisas se tornam opostas ao que eram? A água do copo, tão transparente e de boa temperatura, tornasse uma barra dura e gelada, deixa de ser líquida e transparente para tornar-se sólida e acinzentada. O dia, que começa frio e gelado, pouco a pouco se torna quente e cheio de calor.

Por que nada permanece idêntico a si mesmo? De onde vêm os seres? Para onde vão, quando desaparecem? Por que se transformam? Por que se diferenciam uns dos outros?

Mas, também, por que tudo parece repetir-se? Depois do dia, a noite; depois da noite, o dia. Depois do inverno, a primavera, depois da primavera, o verão, depois deste, o outono, e depois deste, novamente o inverno. De dia, o sol; à noite, a lua e as estrelas. Na primavera, o mar é tranquilo e propício à navegação; no inverno, tempestuoso e inimigo dos homens. O calor leva as águas para o céu e as traz de volta pelas chuvas. Ninguém nasce adulto ou velho, mas sempre criança, que se torna adulto e velho.

Foram perguntas como essas que os primeiros filósofos fizeram e para elas buscaram respostas.

Sem dúvida, a religião, as tradições e os mitos explicavam todas essas coisas, mas suas explicações já não satisfaziam aos que interrogavam sobre as causas da mudança, da permanência, da repetição, da desaparecimento e do ressurgimento dos seres. Suas respostas haviam perdido a força explicativa, não convenciam nem satisfaziam a quem desejava conhecer a verdade sobre o mundo.

3.3 O nascimento da Filosofia

Os historiadores da Filosofia dizem que ela possui data e local de nascimento: fim do século VII a.C. e início do século VI a.C., nas colônias gregas da Ásia Menor, na cidade de Mileto. E o primeiro filósofo foi Tales de Mileto.

Além de possuir data e local de nascimento e de possuir seu primeiro autor, a Filosofia possui um conteúdo Preciso ao nascer: é uma cosmologia. A palavra cosmologia é composta de duas outras: cosmo (kósmos), que significa "a ordem e organização do mundo" ou "o mundo ordenado e organizado", e logia, que vem da palavra logos, que significa "pensamento racional, discurso racional, conhecimento". Assim, a Filosofia nasce como conhecimento racional da ordem do mundo ou da natureza, donde cosmologia.

Ao nascer, a Filosofia tem dívidas com a sabedoria dos orientais, não só porque as viagens colocaram os gregos em contato com os conhecimentos produzidos por outros povos (egípcios, persas, babilônios, assírios e caldeus), mas também porque os dois maiores formadores da cultura grega antiga, os poetas Homero e Hesíodo, encontraram nos mitos e nas religiões dos povos orientais e nas culturas que precederam a grega os elementos para elaborar a mitologia grega, que, depois, seria transformada racionalmente pelos filósofos.

Os gregos, porém, imprimiram mudanças profundas ao que receberam do Oriente e das culturas precedentes. Dessas mudanças, podemos mencionar quatro, que nos dão uma ideia da originalidade grega:

1. Com relação aos mitos: quando comparamos os mitos orientais, cretenses, micênicos, minóicos e os que aparecem nos poetas Homero e Hesíodo, vemos que eles reiteraram os aspectos apavorantes e monstruosos dos deuses e do início do mundo; humanizaram os deuses, divinizaram os homens; deram racionalidade a narrativas sobre as origens das coisas, dos homens, das instituições humanas (como o trabalho, as leis, a moral).

2. Com relação aos conhecimentos: os gregos transformaram em ciência (isto é, num conhecimento racional, abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática para o uso direto da vida. Assim, transformaram em matemática o que os egípcios praticavam como agrimensura para medir, contar e calcular; transformaram em astronomia a astrologia praticada por caldeus e babilônios como adivinhação e previsão do futuro; transformaram em medicina aquilo que, nas culturas precedentes, eram práticas de grupos religiosos secretos para a cura misteriosa das doenças.

3. Com relação à organização social e política: os gregos não inventaram apenas a ciência ou a filosofia, mas inventaram também a política. Todas as sociedades anteriores a eles conheciam e praticavam a autoridade e o governo, mas não inventaram a política propriamente dita, porque não separavam o poder



político de duas outras formas tradicionais de autoridade: o poder privado do chefe de família e o poder religioso do sacerdote ou mago.

De fato, nas sociedades orientais e não-gregas, o poder e o governo eram exercidos como autoridade absoluta da vontade pessoal e arbitrária de um só homem ou de um pequeno grupo de homens que possuíam o poder militar, religioso e econômico e decidiam sobre tudo, sem consultar ninguém e sem justificar suas decisões para ninguém.

Os gregos inventaram a política (do grego pólis, "cidade organizada por leis e instituições") porque instituíram práticas pelas quais as decisões eram tomadas com base em discussões e debates públicos e eram adotadas ou revogadas por voto em assembleias públicas; porque estabeleceram instituições públicas (tribunais, assembleias, separação entre autoridade do chefe de família e autoridade pública, entre autoridade polítolitar e autoridade religiosa); e, sobretudo, porque criaram a ideia da lei e da justiça como expressões da vontade coletiva pública, e não como imposição da vontade de um só ou de um grupo, em nome de divindades.

4. Com relação ao pensamento: diante da herança recebida, os gregos inventaram a ideia ocidental da razão como um pensamento sistemático que segue necessariamente regras, normas e leis universais.

Os historiadores da Filosofia indagam se ela nasceu realizando uma transformação gradual sobre os mitos gregos ou produzindo uma ruptura radical com os mitos.

3.4 Mito e Filosofia

Os historiadores da Filosofia indagam se ela nasceu realizando uma transformação gradual sobre os mitos gregos ou produzindo uma ruptura radical com os mitos.

3.5 O que é um mito?

Mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (origem dos astros, da Terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos, do bem e do mal, da morte, etc.).

Quem narra o mito? O poeta-rapsodo. Quem é ele? Por que tem autoridade? Acredita-se que o poeta é um escolhido dos deuses, que lhe mostram os acontecimentos passados e permitem que ele veja a origem de todos os seres e de todas as coisas para que possa transmiti-la aos ouvintes. Sua palavra - o mito - é sagrada porque vem de uma revelação divina. O mito é, pois, incontestável e inquestionável.

Como o mito narra a origem do mundo e de tudo o que nele existe?

De três maneiras principais:

1. Encontrando o pai e a mãe das coisas e dos seres, isto é, tudo o que existe decorre de relações sexuais entre forças divinas pessoais. Essas relações geram os demais deuses: os titãs (seres semi-humanos e semidivinos), os heróis (filhos de um deus com uma humana ou de uma deusa com um humano), os humanos, os metais, as plantas, os animais, as qualidades (como quente e frio, seco e úmido, claro e escuro, bom e mal, justo e injusto, belo e feio, certo e errado, etc.).

A narração da origem é, assim, uma genealogia, isto é, uma narrativa da geração dos seres, das coisas, das qualidades por outros seres, que são seus pais ou antepassados.

2. Encontrando uma rivalidade ou uma aliança entre os deuses que faz surgir alguma coisa no mundo. Nesse caso, o mito narra ou uma guerra entre as forças divinas, ou uma aliança entre elas para provocar alguma coisa no mundo dos homens.

É assim, por exemplo, que o poeta Homero, na *iliada*, que narra a guerra de Tróia, explica por que, em certas batalhas, os troianos eram vitoriosos e, em outras, a vitória cabia aos gregos. Os deuses estavam divididos. A cada vez, o rei dos deuses, Zeus, ficava com um dos partidos, aliava-se com um grupo e fazia um dos lados vencer uma batalha.

A causa da guerra, aliás, foi uma rivalidade entre as deusas. Elas apareceram em sonho para o príncipe troiano Páris, oferecendo a ele seus dons, e ele escolheu a deusa do amor, Afrodite. As outras deusas, enciumadas, o fizeram raptar a grega Helena, mulher do general grego Menelau. Isso deu início à guerra entre os humanos.

3. Encontrando as recompensas ou castigos que os deuses dão a quem os desobedece ou a quem os obedece. Como o mito narra, por exemplo, o uso do fogo pelos homens? Para os homens, o fogo é essencial, pois com ele se diferenciam dos animais, porque tanto passam a cozinhar os alimentos, a iluminar caminhos na noite, a se aquecer no inverno quanto podem fabricar instrumentos de metal para o trabalho e para a guerra. O mito conta que um titã, Prometeu, mais amigo dos homens do que dos deuses,



roubou uma centelha de fogo e a trouxe de presente para os humanos. Prometeu foi castigado (amarrado num rochedo para que as aves de rapina, eternamente, devorassem seu fígado) e os homens também.

Qual foi o castigo dos homens? Os deuses criaram uma mulher encantadora, Pandora, a quem foi entregue uma caixa que conteria coisas maravilhosas, mas que nunca deveria ser aberta. Pandora foi enviada aos humanos e, cheia de curiosidade e querendo dar a eles as maravilhas, abriu a caixa. Dela saíram todas as desgraças, doenças, pestes, guerras e, sobretudo, a morte. Explica-se, assim, a origem dos males no mundo.

3.6 Cosmogonia e teogonia

Vemos, portanto, que o mito narra a origem das coisas por meio de lutas, alianças e relações sexuais entre forças sobrenaturais que governam o mundo e o destino dos homens. Como os mitos sobre a origem do mundo são genealogias, diz-se que são **cosmogonias e teogonias**.

A palavra *gonia* vem de duas palavras gregas: do verbo *gennao* (engendrar, gerar, fazer nascer e crescer) e do substantivo *genos* (nascimento, gênese, descendência, gênero, espécie). *Gonia*, portanto, quer dizer "geração, nascimento a partir da concepção sexual e do parto". *Cosmos*, como já vimos, quer dizer "mundo ordenado e organizado". Assim, a cosmogonia é a narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo a partir de forças geradoras (pai e mãe) divinas.

Teogonia é uma palavra composta de *gonia* e *theos*, que, em grego, significa "as coisas divinas, os seres divinos, os deuses". A teogonia é, portanto, a narrativa da origem dos deuses a partir de seus pais e antepassados.

Qual é a pergunta dos estudiosos? É a seguinte: Ao surgir, a Filosofia não é uma cosmogonia, e sim uma cosmologia, uma explicação racional sobre a origem do mundo e sobre as causas das transformações e repetições das coisas; mas a cosmologia nasce de uma transformação gradual dos mitos ou de uma ruptura radical com os mitos? A Filosofia continua ou rompe com a cosmogonia e a teogonia?

Os estudiosos chegaram à conclusão de que as contradições e limitações dos mitos para explicar a realidade natural e humana levaram a Filosofia a retomá-los, porém reformulando e racionalizando as narrativas míticas, transformando-as numa explicação inteiramente nova e diferente

Quais são as diferenças entre Filosofia e mito? Podemos apontar três como as mais importantes:

1 O mito pretendia narrar como as coisas eram ou tinham sido no passado imemorial, longínquo e fabuloso, voltando-se para o que era antes que tudo existisse tal como existe no presente; a Filosofia, ao contrário, se preocupa em explicar como e por que, no passado, no presente e no futuro, as coisas são como são.

2. O mito narrava a origem por meio de genealogias e rivalidades ou alianças entre forças divinas sobrenaturais e personalizadas; a Filosofia, ao contrário, explica a produção natural das coisas por elementos naturais precordiais (água ou úmido, fogo ou quente, ar ou frio, terra ou seco), por meio de causas naturais e impessoais (ações e movimentos de combinação, composição e separação entre os quatro elementos primordiais).

Assim, por exemplo, o mito falava nos deuses Urano, Ponto e Gaia; a Filosofia fala em céu, mar e terra. O mito narrava a origem dos seres celestes, terrestres e marinhos pelos casamentos de Gaia (a terra) com Urano (o céu) e Ponto (o mar).

A Filosofia explica o surgimento do céu, do mar e da terra e dos seres que neles vivem pelos movimentos e ações de composição, combinação e separação dos quatro elementos - úmido, seco, quente e frio.

3. O mito não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível, não só porque esses eram traços próprios da narrativa mítica, como também porque a confiança e a crença no mito vinham da autoridade religiosa do narrador.

A Filosofia, ao contrário, não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional; além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.

3.7 Condições históricas para o surgimento da Filosofia

Podemos apontar como principais condições históricas para o surgimento da Filosofia na Grécia:

- **as viagens marítimas**, que permitiram aos gregos descobrir que os locais que os mitos diziam habitados por deuses, titãs e heróis eram, na verdade, habitados por outros seres humanos, e que as



regiões dos mares que os mitos diziam habitados por monstros e seres fabulosos não possuíam nem monstros nem seres fabulosos.

As viagens produziram o desencantamento ou a desmistificação do mundo, que passou, assim, a exigir uma explicação sobre sua origem - explicação que o mito já não podia oferecer;

- **a invenção do calendário**, que é uma forma de calcular o tempo segundo as estações do ano, as horas do dia, os fatos importantes que se repetem, revelando, com isso, uma capacidade de abstração nova, ou uma percepção do tempo como algo natural, e não como uma força divina incompreensível;

- **a invenção da moeda**, que permitiu uma forma de troca que não se realiza como escambo ou em espécie (isto é, coisas trocadas por outras coisas), e sim uma troca abstrata, uma troca feita pelo cálculo do valor semelhante das coisas diferentes, revelando, portanto, uma nova capacidade de abstração e de generalização;

- **o surgimento da vida urbana**, com predomínio do comércio e do artesanato, desenvolvendo técnicas de fabricação e de troca e diminuindo o prestígio das famílias da aristocracia proprietária de terras, por quem e para quem os mitos foram criados; além disso, o surgimento de uma classe de comerciantes ricos, que precisava encontrar pontos de poder e de prestígio para suplantar o velho poderio da aristocracia de terras e de sangue, fez com que se procurasse o prestígio pelo patrocínio e estímulo às artes, às técnicas e aos conhecimentos, favorecendo um ambiente onde a Filosofia poderia surgir;

- **a invenção da escrita alfabética**, que, como a do calendário e a da moeda, revela o crescimento da capacidade de abstração e de generalização, uma vez que a escrita alfabética ou fonética, diferentemente de outras escritas - como, por exemplo, os hieróglifos dos egípcios ou os ideogramas dos chineses -, supõe que não se represente uma imagem da coisa que está sendo dita, mas que se ofereça um sinal ou signo abstrato (uma palavra) dela.

Além disso, enquanto nas outras escritas, a cada sinal corresponde uma coisa ou ideia, na escrita alfabética ou fonética as letras são independentes e podem ser combinadas de formas variadas em palavras, e estas podem ser distribuídas de formas variadas para exprimir ideias. Ou seja, nas outras escritas, o signo representa a coisa assinalada; na escrita alfabética, a palavra designa uma coisa e exprime uma ideia.

Nas outras escritas, há a tendência de sacralizar os sinais ou os signos ou de lhes dar um caráter mágico (acredita-se que eles são as coisas assinaladas e que neles forças divinas e demoníacas encarnam, de maneira que quem sabe escrever ou usar os sinais tem poder sobre as coisas e sobre os outros), enquanto a escrita alfabética é inteiramente leiga, abstrata, racional e usada por todos;

- **a invenção da política**, que introduz três aspectos novos e decisivos para o nascimento da Filosofia:

1. A ideia da lei como expressão da vontade de uma coletividade humana que decide por si mesma o que é melhor para si e como ela definirá suas relações internas. O aspecto legislado e regulado da cidade - da *pólis* - servirá de modelo para a Filosofia propor o aspecto legislado, regulado e ordenado do mundo como um mundo racional.

2. O surgimento de um espaço público, que faz aparecer um novo tipo de palavra ou de discurso, diferente daquele que era proferido pelo mito.

Neste, um poeta-vidente, que recebia das deusas ligadas à memória (a deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que guiavam o poeta) uma iluminação misteriosa ou uma revelação sobrenatural, dizia aos homens quais eram as decisões dos deuses que eles deveriam obedecer.

Agora, com a *pólis*, isto é, a cidade política, surge a palavra como direito de cada cidadão de emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele, de tal modo que surge o discurso político como palavra humana compartilhada, como diálogo, discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou das razões para fazer ou não fazer alguma coisa.

A política, valorizando o humano, o pensamento, a discussão, a persuasão e a decisão racional, valorizou o pensamento racional e criou condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica.

3. A ideia de discussão pública das opiniões e ideias, pois a política estimula um pensamento e um discurso que não procuram ser formulados por seitas secretas dos iniciados em mistérios sagrados, mas que procuram, ao contrário, ser públicos, ensinados, transmitidos, comunicados e discutidos.

A ideia de um pensamento que todos podem compreender e discutir, que todos podem comunicar e transmitir, é fundamental para a Filosofia.



3.8 O legado da Filosofia grega para o Ocidente europeu

Entendida como aspiração ao conhecimento racional, lógico, demonstrativo e sistemático da realidade natural e humana, da origem e das causas da ordem do mundo e de suas transformações, da origem e das causas das ações humanas e do próprio pensamento, a Filosofia é uma instituição cultural tipicamente grega que, por razões históricas e políticas, veio a tornar-se, no correr dos séculos, o modo de pensar e de se exprimir predominante da chamada cultura europeia Ocidental, da qual, em decorrência da colonização europeia das Américas, nós também fazemos parte, ainda que de modo inferiorizado e colonizado.

Dizer que a Filosofia é tipicamente grega não significa, evidentemente, que outros povos, tão antigos quanto os gregos ou mais antigos do que eles, como os chineses, os hindus, os japoneses, os árabes, os persas, os hebreus, os africanos ou os índios da América não possuam sabedoria, pois possuíam e possuem. Também não quer dizer que todos esses povos não tivessem desenvolvido o pensamento e formas de conhecimento da natureza e dos seres humanos, pois desenvolveram e desenvolvem.

Quando se diz que a Filosofia é grega, o que se quer dizer é que ela possui certas características, apresenta certas formas de pensar e de exprimir os pensamentos, estabelece certas concepções sobre o que sejam a realidade, a razão, a linguagem, a ação, as técnicas, completamente deferentes das de outros povos e outras culturas.

Quando nos acercamos da Filosofia nascente, podemos perceber os principais traços que definem a atividade filosófica na época de seu nascimento:

- **tendência à racionalidade**, pois os gregos foram os primeiros a definir o ser humano como animal racional, a considerar que o pensamento e a linguagem definem a razão, que o homem é um ser dotado de razão e que a racionalidade é seu traço distintivo em relação a todos os outros seres. Mesmo que a razão humana não possa conhecer tudo, tudo o que ela pode conhecer, conhece plena e verdadeiramente.

A tendência à racionalidade significa que a razão humana ou o pensamento é a condição de todo conhecimento verdadeiro e, por isso mesmo, a própria razão ou o próprio pensamento deve conhecer as leis, regras, princípios e normas de suas operações e de seu exercício correto;

- recusa de explicações preestabelecidas e, por isso mesmo, exigência de que para cada fato seja encontrada uma explicação racional e que para cada problema ou dificuldade sejam investigadas e encontradas as soluções próprias exigidas por eles;

- tendência à argumentação e ao debate para oferecer respostas conclusivas às questões, dificuldades e problemas, de modo que nenhuma solução seja aceita se não houver sido demonstrada, isto é, provada racionalmente em conformidade com os princípios e as regras do pensamento verdadeiro;

- capacidade de generalização, isto é, de mostrar que uma explicação tem validade para muitas coisas diferentes ou para muitos fatos diversos, porque, sob a aparência da diversidade e da variação percebidas pelos órgãos dos sentidos, o pensamento descobre semelhanças e Identidades. Essa capacidade racional é a **síntese** (palavra grega que significa "reunião ou fusão de várias coisas numa união íntima para formar um todo").

Por exemplo, para meus olhos, meu tato e meu olfato, o gelo é diferente da neblina, que é diferente do vapor de uma chaleira, que é diferente da chuva, que é deferente da correnteza de um rio. No entanto, o pensamento mostra que se trata sempre de um mesmo elemento (a água), que passa por diferentes estados e formas (líquido, sólido, gasoso) em decorrência de causas naturais deferentes (condensação, liquefação, evaporação).

Reunindo semelhanças, o pensamento conclui que se trata de uma mesma coisa que aparece para nossos sentidos de maneiras diferentes e como se fossem coisas diferentes. O pensamento generaliza, isto é, encontra sob as diferenças a identidade ou a semelhança e reúne os traços semelhantes, realizando uma síntese;

- capacidade de diferenciação, isto é, mostrar que fatos ou coisas que aparecem como iguais ou semelhantes são, na verdade, diferentes, quando examinados pelo pensamento ou pela razão. Essa capacidade racional para compreender diferenças onde parece haver identidade ou semelhança é a **análise** (palavra grega que significa "ação de desligar e separar, resolução de um todo em suas partes").

Um exemplo nos ajudará a compreender como procede a análise.

No ano de 1992, no Brasil, os jovens estudantes pintaram a cara com as cores da bandeira nacional e saíram às ruas para exigir o impedimento do presidente da República.

Logo depois, os candidatos a prefeituras municipais contrataram jovens para aparecer na televisão com a cara pintada, defendendo tais candidaturas. A seguir, as Forças Armadas brasileiras, para persuadir jovens a servi-las, contrataram jovens caras-pintadas para aparecer como soldados, marinheiros e aviadores. Ao



mesmo tempo, várias empresas, pretendendo vender seus produtos aos jovens, contrataram artistas jovens para, de cara pintada, fazer a propaganda de seus produtos.

Aparentemente, teríamos sempre a mesma coisa os jovens rebeldes e conscientes, de cara pintada, símbolo da esperança do país. No entanto, o pensamento pode mostrar que, sob a aparência da semelhança percebida, estão diferenças, pois os primeiros caras-pintadas fizeram um movimento político espontâneo; os segundos fizeram propaganda política para um candidato (e receberam dinheiro para isso); os terceiros tentaram ajudar as Forças Armadas a aparecer como divertidas e juvenis, e os últimos, mediante remuneração, estavam transferindo para produtos industriais (roupas, calçados, vídeos, margarinas, discos, iogurtes) um símbolo político inteiramente despolizado e sem nenhuma relação com sua origem. Separando as aparentes semelhanças, distinguindo-as, o pensamento descobriu diferenças e realizou uma análise.

Argumentar e demonstrar por meio de princípios e regras necessários e universais, apreender pelo pensamento a unidade real sob a multiplicidade percebida ou, ao contrário, apreender pelo pensamento a multiplicidade e diversidade reais de algo percebido como uma unidade ou uma identidade, eis aí algumas das características do que os gregos chamaram de Filosofia.

Com a Filosofia, os gregos instituíram para o Ocidente europeu as bases e os princípios fundamentais do que chamamos razão, racionalidade, ciência, ética, política, técnica, arte. Aliás, basta observar que são gregas palavras como lógica, técnica, ética, política, monarquia, anarquia, democracia, física, diálogo, biologia, semântica, sintaxe, símbolo, alegoria, mito, tragédia, cronologia, gênese, genealogia, cirurgia, ortopedia, pedagogia, farmácia, psicologia, ortodoxia, análise, síntese, entre muitas outras, para perceber a influência decisiva e predominante da Filosofia grega na formação do pensamento e das instituições das sociedades europeias ocidentais.

Do legado filosófico grego, podemos destacar como principais contribuições as seguintes:

- A ideia de que o conhecimento verdadeiro deve encontrar as leis e os princípios universais e necessários do objeto conhecido e deve demonstrar sua verdade por meio de provas ou argumentos racionais. Ou seja, em primeiro lugar, a ideia de que um conhecimento não é algo que alguém impõe a outros, e sim algo que deve ser compreendido por todos, graças a argumentos, debates e provas racionais, pois a razão ou a capacidade de pensar e conhecer é a mesma em todos os seres humanos; e, em segundo lugar, a ideia de que um conhecimento só é verdadeiro quando explica racionalmente o que é a coisa conhecida, como ela é e por que ela é.

É assim, por exemplo, que a matemática deve ser considerada um conhecimento racional verdadeiro, pois define racionalmente seus objetos: ninguém impõe aos outros que o círculo é uma figura geométrica em que todos os pontos são equidistantes do centro, pois essa definição simplesmente ensina que, onde quer que haja uma figura desse tipo, ela será necessariamente um círculo; da mesma maneira, ninguém impõe aos outros que o triângulo é uma figura geométrica em que a soma dos ângulos internos é igual à soma de dois ângulos retos, pois essa definição simplesmente mostra que, onde houver uma figura com tal propriedade, ela será necessariamente um triângulo.

Além de definir seus objetos, a matemática não os impõe, e sim os demonstra por meio de provas (os teoremas) fundadas em princípios racionais verdadeiros (os axiomas e os postulados).

- A ideia de que a natureza segue uma ordem necessária, e não casual ou acidental. Ou seja, a ideia de que ela opera obedecendo a leis e princípios necessários - não poderiam ser outros ou diferentes do que são - e universais são os mesmos em toda parte e em todos os tempos.

Ou, em outras palavras, uma lei natural é necessária porque nenhum ser natural, no universo inteiro, escapa dela nem pode operar de outra maneira que não desta; e uma lei da natureza é universal porque é válida para todos os seres naturais em todos os tempos e lugares.

A ideia de ordem natural necessária e universal é o fundamento da origem da Filosofia, dando nascimento à primeira expressão filosófica conhecida, a cosmologia (conhecimento racional da ordem universal, pois a palavra cosmo vem do vocábulo grego kósmos, que significa "ordem e organização do mundo". Essa ideia é, pois, responsável pelo surgimento do que será chamado de "filosofia da natureza" ou "ciência da natureza" ou o que os gregos chamaram de "física" (palavra que deriva do vocábulo grego *physis*, natureza).

Assim, por exemplo, a ideia de que a natureza é uma ordem que segue leis universais e necessárias levou, no século XVII, Galileu Galilei a demonstrar as leis do movimento e as leis da queda dos corpos. Ou, ainda naquele mesmo século, levou Isaac Newton a estabelecer uma lei física válida para todos os corpos naturais ou a lei da gravitação universal. E, no século XX, levou Albert Einstein a estabelecer uma



lei válida para toda a matéria e energia do universo, lei que se exprime na fórmula $E = mc^2$ (em que E é a energia, m é a massa e c é a velocidade da luz), segundo a qual a energia é a transformação que acontece à massa de um corpo quando sua velocidade é o quadrado da velocidade da luz.

- A ideia de que as leis necessárias e universais da natureza podem ser plenamente conhecidas pelo nosso pensamento, isto é, não são conhecimentos misteriosos e secretos, que precisariam ser revelados por divindades, mas sim conhecimentos que o pensamento humano, por sua própria força e capacidade, pode alcançar.

- A ideia de que a razão também opera obedecendo a princípios, leis, regras e normas universais e necessários, com os quais podemos distinguir o verdadeiro do falso. Em outras palavras, a ideia de que, por sermos racionais, nosso pensamento é coerente e capaz de conhecer a realidade porque segue leis lógicas de funcionamento.

Nosso pensamento diferencia uma afirmação de uma negação porque, na afirmação, atribuímos alguma coisa a outra coisa (quando afirmamos que "Sócrates é um ser humano", atribuímos humanidade a Sócrates) e, na negação, retiramos alguma coisa de outra (quando dizemos "Este caderno não é verde", estamos retirando do caderno a cor verde). Por isso mesmo, nosso pensamento percebe o que é a identidade, isto é, que devemos sempre e necessariamente afirmar que uma coisa é idêntica a si mesma ("Sócrates é Sócrates"), pois, se negarmos sua identidade, estaremos retirando dela ela própria. Graças à afirmação da identidade, o pensamento pode distinguir e diferenciar os seres ("Sócrates é diferente de Platão e ambos são diferentes de uma pedra").

Nosso pensamento também percebe o que é uma contradição, ou seja, que é impossível afirmar e negar ao mesmo tempo a mesma coisa de uma outra coisa ("O infinito é ilimitado e não é ilimitado"), e, por isso, também percebe a diferença entre uma contradição e uma alternativa, pois, nesta, ou a afirmação será verdadeira e real e a negação será falsa, ou vice-versa ("Ou haverá guerra ou não haverá guerra").

Que importância pode ter a descoberta de que a razão ou o pensamento obedece à lei da identidade, da diferença, da contradição e da alternativa? Basta que nos lembremos como nos contos de fadas, nos mitos religiosos e nas lendas populares as narrativas são maravilhosas justamente porque nelas não funcionam essas distinções para que compreendamos que, ao afirmá-las como leis do pensamento racional, os filósofos gregos estabeleceram a diferença entre ilusão e verdade.

Nosso pensamento distingue quando uma afirmação é verdadeira ou falsa porque distingue o não ditório do contraditório e porque reconhece o verdadeiro como algo que se conclui de uma demonstração, de uma prova ou de um argumento racional.

Se alguém apresentar o seguinte raciocínio: "Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal", diremos que a afirmação "Sócrates é mortal" é verdadeira porque foi concluída de outras afirmações cujas demonstrações também já foram realizadas e sabemos serem verdadeiras ("Todos os seres que nascem e perecem existem no tempo. Todos os seres que existem no tempo são mortais"; "Todos os homens existem no tempo. Todos os homens são mortais").

- A ideia de que as práticas humanas dependem da vontade livre, da deliberação e da discussão, de uma escolha emocional ou racional, de nossas preferências e opiniões, que se realizam segundo certos valores e padrões, que foram estabelecidos pela natureza ou pelos próprios seres humanos, e não por imposições misteriosas e incompreensíveis. Em outras palavras, o agir humano exprime a conduta de um ser racional dotado de vontade e de liberdade.

- A ideia de que os acontecimentos naturais e humanos são necessários porque obedecem a leis (da natureza humana) não exclui a compreensão de que esses acontecimentos, em certas circunstâncias e sob certas condições, também podem ser acidentais, seja porque um concurso de circunstâncias os faz ocorrer por acaso na natureza, seja porque as ações humanas dependem das escolhas e deliberações dos homens, em condições determinadas.

Uma pedra lançada ao ar cai necessariamente porque pela lei natural da gravitação ela necessariamente deve cair e não pode deixar de cair; um ser humano é capaz de locomoção e anda porque as leis anatômicas e fisiológicas que regem o seu corpo fazem com que ele tenha os meios necessários para isso. No entanto, se uma pedra, ao cair, atingir a cabeça de um passante, esse acontecimento é acidental. Por quê? Porque se o passante não estivesse andando por ali naquela hora a pedra não o atingiria. Assim, a queda da pedra é necessária e o andar de um ser humano é necessário, mas, se uma pedra cai sobre minha cabeça quando ando, isto é inteiramente acidental. É o acaso.

No entanto, o próprio acaso não é desprovido de uma lei natural. Como explica o filósofo Aristóteles, o acaso é o encontro acidental de duas séries de acontecimentos que são, cada uma delas, necessárias (é



por necessidade natural que a pedra cai e é por necessidade natural que o homem anda). A lei natural do acaso é, portanto, o encontro acidental de coisas que em si mesmas são necessárias.

Todavia, a situação das ações humanas é bastante diversa dessa. É verdade que é por uma necessidade natural ou por uma lei da natureza que ando. Mas é por deliberação voluntária que ando para ir à escola em vez de andar para ir ao cinema, por exemplo.

É verdade que é por uma lei necessária da natureza que os corpos pesados caem, mas é por uma deliberação humana e por uma escolha voluntária que fabrico uma bomba, a coloco num avião e a faço despencar sobre Hiroxima. Essa escolha faz com que a ação humana introduza o possível no mundo, pois o possível é o que pode acontecer ou deixar de acontecer, dependendo de uma escolha voluntária e livre.

Um dos legados mais importantes da Filosofia grega é, portanto, a diferença entre **o necessário** (o que não pode ser senão como é) e o contingente (o que pode ser ou não ser), bem como a diferença, no interior do contingente, entre o **acaso** e o **possível**. O contingente é o que pode ou não acontecer na natureza ou entre os homens; o acaso é a contingência nos acontecimentos da natureza; o possível é a contingência nos acontecimentos humanos.

Dessa maneira, os filósofos gregos nos deixaram a ideia de que podemos diferenciar entre o necessário, o acaso e o possível em nossas ações: o necessário é o que não está em nosso poder escolher, pois acontece e acontecerá sempre, independentemente de nossa vontade (não depende de nós que o Sol brilhe, que haja dia e noite); o acaso é o que também não está em nosso poder escolher (não escolho que aconteça uma tempestade justamente quando estou fazendo uma viagem de navio ou de avião, nem escolho estar num veículo que será atingido por um outro, dirigido por um motorista embriagado); o possível, ao contrário do necessário e do acaso, é exatamente o que temos poder de escolher e fazer, é o que está em nosso poder.

Essas diferenciações legadas pela filosofia grega nos permitem evitar tanto o fatalismo - "tudo é necessário, temos de nos conformar com o destino e nos resignar com nosso fado" - como a ilusão de que podemos tudo quanto quisermos, pois a natureza segue leis necessárias que podemos conhecer e nem tudo é possível por mais que o queiramos.

• A ideia de que os seres humanos naturalmente aspiram ao conhecimento verdadeiro (porque são seres racionais), à justiça (porque são seres dotados de vontade livre) e à felicidade (porque são seres dotados de emoções e desejos), isto é, que os seres humanos não vivem nem agem cegamente, nem são comandados por forças extranaturais secretas e misteriosas, mas instituem por si mesmos valores pelos quais dão sentido à sua vida e às suas ações.

4 PERÍODOS E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DA FILOSOFIA GREGA

4.1 Os períodos da Filosofia grega

A Filosofia terá, no correr dos séculos, um conjunto de preocupações, indagações e interesses que lhe vieram de seu nascimento na Grécia.

Os quatro grandes períodos da Filosofia grega, nos quais seu conteúdo muda e se enriquece, são:

1. **Período pré-socrático** ou **cosmológico**, do fim do século VII ao fim do século V a.C., quando a Filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.

2. **Período socrático** ou **antropológico**, do fim do século V a.C a todo o século IV a.C, quando a Filosofia investiga as questões humanas (em grego, anátropos quer dizer "homem", por isso o período recebeu o nome de antropológico), isto é, a ética, a política e as técnicas, e busca compreender qual é o lugar do homem no mundo.

3. **Período sistemático**, do fim do século IV a.C ao fim do século III a.C., quando a Filosofia busca reunir e sistematizar tudo quanto foi pensado pela cosmologia e pelas investigações sobre a ação humana na ética, na política e nas técnicas. A Filosofia se interessa em mostrar que tudo pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência.

Nesse período desenvolvem-se a teoria do conhecimento, a psicologia e a lógica. Além disso, os filósofos procuram encontrar o fundamento último de todas as coisas ou da realidade inteira, e essa investigação, séculos mais tarde, será designada com o nome de metafísica.

4. **Período helenístico** ou **greco-romano**, do fim do século III a.C. ao século VI d.C. Nesse longo período, que abrange a época do domínio mundial de Roma e do surgimento do cristianismo, a Filosofia se



ocupa sobretudo com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza, e de ambos com Deus.

Pode-se perceber que os dois primeiros períodos da Filosofia grega têm como referência o filósofo Sócrates de Atenas, donde a divisão em Filosofia pré-socrática e socrática.

4.2 Período pré-socrático ou cosmológico

A filosofia pré-socrática se desenvolve em cidades da Jônia (Na Ásia Menor): Mileto, Efeso, Samos e Clazômena; em cidades da Magna Grécia (sul da Itália e Sicília): Crotona, Tarento, Eléia e Agrigento; e na cidade de Abdera, na Trácia.

- filósofos da Escola Jônica: Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Efeso.

Os principais filósofos pré-socráticos foram:

- filósofos da Escola Itálica: Pitágoras de Samos, Filolau de Crotona e Árcitas de Tarento;
- filósofos da Escola Eleata Parmênides de Eléia e Zenão de Eléia;
- filósofos da Escola da Pluralidade: Empédocles de Agrigento, Anaxágoras de Clazômena, Leucipo de Abdera e Demócrito de Abdera.

As principais características da cosmologia são:

- É uma explicação racional e sistemática sobre a origem, ordem e transformação da natureza, da qual os seres humanos fazem parte, de modo que, ao explicá-la, a Filosofia também explica a origem e as mudanças dos seres humanos.

- Busca o princípio natural, eterno, imperecível e imortal, gerador de todos os seres. A cosmologia não admite a criação do mundo a partir do nada, ela afirma a geração de todas as coisas por um princípio natural de onde tudo vem e para onde tudo retoma. Esse princípio é uma natureza primordial e chama-se *physis* (palavra que vem de um verbo que significa "fazer surgir, fazer brotar, fazer nascer, produzir"), sendo ele a causa natural contínua e imperecível da existência de todos os seres e de suas transformações. A *physis* não pode ser conhecida pela percepção sensorial (esta só nos oferece as coisas já existentes), mas apenas pelo pensamento. Em outras palavras, ela é aquilo que o pensamento descobre quando indaga qual é a causa da existência e da transformação de todos os seres percebidos.

A *physis* é a natureza tomada em sua totalidade, isto é, a natureza entendida como princípio e causa primordial da existência e das transformações das coisas naturais (os seres humanos aí incluídos) e entendida como o conjunto ordenado e organizado de todos os seres naturais ou físicos.

- Afirma que, embora a *physis* (o princípio ou o elemento primordial eterno) seja imperecível, ela dá origem a todos os seres infinitamente variados e diferentes do mundo, que, ao contrário do princípio gerador, são seres perecíveis ou mortais. A *physis* é imortal e as coisas físicas são mortais.

- Afirma que, embora a *physis* seja imutável, os seres físicos ou naturais gerados por ela, além de serem mortais, são mutáveis ou seres em contínua transformação, mudam de qualidade (o branco amarelece, acinzentado, enegrece; o negro acinzentado, embranquece; o novo envelhece; o quente esfria; o úmido seca; o dia se torna noite; a noite se torna dia; a primavera cede lugar ao verão, que cede lugar ao outono, que cede lugar ao inverno: o saudável adocece; o doente se cura; a criança cresce; a árvore vem da semente e produz sementes, etc.) e mudam de quantidade (o pequeno cresce e fica grande; o grande diminui e fica pequeno; o longe fica perto se eu for até ele, um rio aumenta de volume na cheia e diminui na seca, etc.). Portanto, o mundo está numa mudança contínua, sem por isso perder sua forma, sua ordem e sua estabilidade.

A mudança - nascer, mudar de qualidade ou de quantidade, perecer - se diz em grego *kinesis* e significa "movimento". Por movimento, os gregos não entendem apenas a mudança de lugar ou a locomoção, mas toda e qualquer alteração ou mudança qualitativa e/ou quantitativa de um ser, bem como seu nascimento e seu perecimento.

As coisas naturais se movem ou são movidas por outros e o mundo está em movimento ou transformação permanente. O movimento das coisas e do mundo chama-se *devir*, e o *devir* segue leis rigorosas que o pensamento conhece. Essas leis são as que mostram que toda mudança é a passagem de um estado ao seu contrário: dia-noite, claro-escuro, quente-frio, seco-úmido, novo-velho, pequeno-grande, bom-mau, cheio-vazio, um-muitos, vivo-morto, etc., e também no sentido inverso, noite-dia, escuro-claro, frio-quente, muitos-um, etc.

O *devir* é, portanto, a passagem contínua de uma coisa ao seu estado contrário, e essa passagem não é caótica, pois obedece a leis determinadas pela *physis* ou pelo princípio fundamental do mundo.



Embora todos os pré-socráticos afirmassem as ideias que acabamos de expor, nem por isso concordaram ao determinar o que era a *physis*. Cada filósofo encontrou motivos e razões para determinar qual era o princípio eterno e imutável que está na origem da natureza e de suas transformações. Assim, Tales dizia que a *physis* era a água ou o úmido; Anaximandro considerava que era o ilimitado, sem qualidades definidas; Anaxímenes, que era o ar ou o frio; Pitágoras julgava que era o número (entendido como estrutura e relação proporcional entre os elementos que compõem as coisas); Heráclito afirmou que era o fogo; Empédocles, que eram quatro raízes (úmido, seco, quente e frio); Anaxágoras, que eram sementes que contêm os elementos de todas as coisas; Leucipo e Demócrito disseram que eram os átomos.

4.3 Período socrático ou antropológico

Com o desenvolvimento das cidades, do comércio, do artesanato e das artes militares, Atenas tornou-se o centro da vida social, política e cultural da Grécia, e viveu seu período de esplendor, conhecido como o Século de Péricles.

É a época de maior florescimento da democracia. A democracia grega possuía, entre outras, duas características de grande importância para o futuro da Filosofia.

Em primeiro lugar, afirmava a igualdade de todos os homens adultos perante as leis e o direito de todos de participar diretamente do governo da cidade, da pólis.

Em segundo, e como consequência, a democracia, sendo direta e não por eleição de representantes, garantia a todos a participação no governo, e os que dele participavam tinham o direito de exprimir, discutir e definir em público suas opiniões sobre as decisões que a cidade deveria tomar. Surgia, assim, a figura política do cidadão

Ora, para conseguir que sua opinião fosse aceita nas assembleias, o cidadão precisava saber falar e ser capaz de persuadir os demais. Com isso, uma mudança profunda vai ocorrer na educação grega.

Antes da instituição da democracia, as cidades eram dominadas pelas famílias aristocráticas, senhoras das terras e do poder militar. Essas famílias, valendo-se dos grandes poetas gregos, Homero, Píndaro e Hesíodo, criaram um padrão de educação próprio dos aristocratas. Esse padrão afirmava que o homem ideal ou perfeito era o guerreiro belo e bom. Belo: seu corpo era formado pela ginástica, pela dança e pelos jogos de guerra, imitando os heróis da guerra de Tróia (Aquiles, Heitor, Ajax, Ulisses). Bom: seu espírito era formado escutando Homero, Píndaro e Hesíodo, aprendendo com eles as virtudes admiradas pelos deuses e praticadas pelos heróis; a principal delas era a coragem diante da morte, na guerra. A virtude era a aretê (palavra grega que significa "excelência e superioridade"), própria dos melhores, ou, em grego, dos aristoi.

4.4 O bom cidadão

Quando a economia agrária foi sendo suplantada pelo artesanato e pelo comércio, surgiu nas cidades (particularmente em Atenas) uma classe social urbana rica que desejava exercer o poder político, até então privilégio da classe aristocrática. É para responder aos anseios dessa nova classe social que a democracia será instituída. Com ela, o poder vai sendo retirado dos aristocratas e passado para os cidadãos. Dessa maneira, o antigo ideal educativo ou pedagógico também foi sendo substituído por outro. O ideal da educação do Século de Péricles já não é a formação do jovem guerreiro, belo e bom, e sim a formação do bom cidadão.

Ora, qual é o momento em que o cidadão mais aparece e mais exerce sua cidadania? Quando opina, discute, delibera e vota nas assembleias. Assim, a nova educação estabelece como padrão ideal a formação do bom orador, isto é, aquele que sabe falar em público e persuadir os outros na política.

Para dar aos jovens essa educação, substituindo a educação antiga dos poetas, surgiram, na Grécia, os **sofistas**, que são os primeiros filósofos do período socrático. Os sofistas mais importantes são: Protágoras de Abdera, Geórgias de Leontini e Isócrates de Atenas.

Que diziam e faziam os sofistas? Diziam que os ensinamentos dos filósofos cosmologistas estavam repletos de erros e contradições e que não tinham utilidade para a vida da *pólis*. Apresentavam-se como mestres de oratória ou de retórica, afirmando ser possível ensinar aos jovens tal arte para que fossem bons cidadãos.

Que arte era essa? A arte da persuasão. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão aos jovens, que aprendam a defender a posição ou opinião A, depois a posição ou opinião contrária, não-A, de modo que,



numa assembleia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou (ou de uma opinião e ganhassem a discussão.

4.5 Sócrates contra os sofistas

O filósofo Sócrates rebelou-se contra os sofistas, (dizendo que eles não eram filósofos, pois não tinham amor pela sabedoria nem respeito pela verdade, defendendo qualquer ideia, se isso fosse vantajoso. Corrompiam o espírito dos jovens, pois faziam o erro e a mentira valerem tanto quanto a verdade.

Como homem de seu tempo, Sócrates concordava com os sofistas em um ponto: por um lado, a educação antiga do guerreiro belo e bom já não atendia às exigências da sociedade grega e, por outro, os filósofos cosmologistas defendiam ideias tão contrárias entre si que também não eram uma fonte segura para o conhecimento verdadeiro"

Discordando dos antigos poetas, dos antigos filósofos e dos sofistas, o que propunha Sócrates?

Propunha que, antes de querer conhecer a natureza e antes de querer persuadir os outros, cada um deveria, primeiro e antes de tudo, conhecer-se a si mesmo. A expressão "Conhece-te a ti mesmo", ou o oráculo que estava gravado no pórtico do templo de Apoio Delfo, deus da luz e da sabedoria, foi o centro das preocupações e investigações de Sócrates.

Por fazer do autoconhecimento a condição de todos os outros conhecimentos verdadeiros é que se diz que o período socrático é antropológico, isto é, voltado para o conhecimento do homem, particularmente de seu espírito e de sua capacidade para conhecer a verdade.

O retrato que a história da Filosofia possui de Sócrates foi traçado por seu mais importante aluno e discípulo, o filósofo ateniense Platão.

Que retrato Platão nos deixa de seu mestre Sócrates?

O de um homem que andava pelas ruas e praças de Atenas, pelo mercado e pela assembleia indagando a cada um: "Você sabe o que é isso que você está dizendo?", "Você sabe o que é isso em que você acredita?", "Você acha que está conhecendo realmente aquilo em que acredita, aquilo em que está pensando, aquilo que está dizendo?" "Você diz", falava Sócrates, "que a coragem é importante, mas o que é a coragem?". "Você acredita que a justiça é importante, mas o que é a justiça?" "Você diz que ama as coisas e as pessoas belas, mas o que é a beleza?" "Você crê que seus amigos são a melhor coisa que você tem, mas o que é a amizade?".

Sócrates fazia perguntas sobre as ideias, sobre os valores nos quais os gregos acreditavam e que julgavam conhecer Suas perguntas deixavam os interlocutores embaraçados, irritados, curiosos, pois, quando tentavam responder ao célebre "o que é?", descobriam, surpresos, que não sabiam responder e que nunca tinham pensado em suas crenças, seus valores e suas ideias.

4.6 "Só sei que nada sei"

Mas o pior não era isso. O pior é que as pessoas esperavam que Sócrates respondesse por elas ou para elas. Que soubesse as respostas às perguntas, como os sofistas pareciam saber. Mas Sócrates, para desconcerto geral, dizia: "Eu também não sei, por isso estou perguntando". Donde a famosa expressão atribuída a ele quando respondeu à pergunta da sibila no templo de Apoio: "Só sei que nada sei".

A consciência da própria ignorância é o começo da Filosofia. O que procurava Sócrates? Procurava a definição daquilo que uma coisa, uma ideia, um valor é verdadeiramente. Aquilo que uma coisa, uma ideia, um valor é realmente em si mesmo chama-se **essência**.

Sócrates procurava a essência real e verdadeira da coisa, da ideia, do valor como a essência não é dada pela percepção sensorial, e sim pelo trabalho do pensamento, procurá-la é procurar o que o pensamento conhece da realidade e verdade de uma coisa, de uma ideia, de um valor. Isso que o pensamento conhece da essência chama-se conceito

Sócrates procurava o conceito, e não a mera opinião que temos de nós mesmos, das coisas, das ideias e dos valores

Qual a diferença entre uma opinião e um conceito? A opinião varia de pessoa para pessoa, de lugar para lugar, de época para época. É instável, mutável, depende de cada um, de seus gostos e preferências. O conceito, ao contrário, é uma verdade intemporal, universal e necessária que o pensamento descobre, mostrando que é a essência universal, intemporal e necessária de alguma coisa.

Por isso, Sócrates não perguntava se uma coisa era bela - pois nossa opinião sobre ela pode variar -, e sim "O que é a beleza?", "Qual é a essência ou o conceito do belo, do justo, do amor, da amizade?".



Sócrates perguntava: "Que razões rigorosas você possui para dizer o que diz e para pensar o que pensa?", "Qual é o fundamento racional daquilo que você fala e pensa?"

Ora, as perguntas de Sócrates referiam-se a ideias, valores, práticas e comportamentos que os atenienses julgavam certos e verdadeiros em si mesmos e por si mesmos. Ao fazer suas perguntas e suscitar dúvidas, Sócrates os fazia pensar não só sobre si mesmos, mas também sobre a pólis. Aquilo que parecia evidente acabava sendo percebido como duvidoso e incerto.

4.7 As ideias de Sócrates

Sabemos que os poderosos têm medo do pensamento, pois o poder é mais forte se ninguém pensar, se todos aceitarem as coisas como elas são, ou melhor, como nos dizem e nos fazem acreditar que são. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, eles o acusaram de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis. Levado à assembleia, Sócrates não se defendeu e foi condenado a tomar um veneno - a cicuta - e obrigado a suicidar-se.

Por que Sócrates não se defendeu? "Porque", dizia ele, "se eu me defender, estarei aceitando as acusações, e eu não as aceito. Se eu me defender, o que os juizes vão exigir de mim? Que eu pare de filosofar. Mas eu prefiro a morte a ter de renunciar à Filosofia".

O julgamento e a morte de Sócrates são narrados por Platão numa obra intitulada Apologia de Sócrates, isto é, a defesa de Sócrates, feita por seus discípulos, contra Atenas.

Sócrates nunca escreveu. O que sabemos de seu pensamento encontra-se nas obras de seus vários discípulos, e Platão foi o mais importante deles. Se reunirmos o que esse filósofo escreveu sobre os sofistas e sobre Sócrates, além da exposição de suas próprias ideias, poderemos apresentar como características gerais do período socrático:

- A Filosofia se volta para as questões humanas no plano da ação, dos comportamentos, das ideias, das crenças, dos valores e, portanto, se preocupa com as questões morais e políticas.
- O ponto de partida da Filosofia é a confiança no pensamento ou no homem como um ser racional, capaz de conhecer-se a si mesmo e, portanto, capaz de reflexão. Reflexão é a volta que o pensamento faz sobre si mesmo para conhecer-se; é a consciência conhecendo-se a si mesma como capacidade de conhecer as coisas, alcançando o conceito ou a essência delas.
- Como se trata de conhecer a capacidade de conhecimento do homem, a preocupação se volta para estabelecer procedimentos que nos garantam que encontramos a verdade, isto é, o pensamento deve oferecer a si mesmo caminhos próprios, critérios próprios e meios próprios para saber o que é o verdadeiro e como alcançá-lo em tudo o que investigamos.
- A Filosofia está voltada para a definição das virtudes morais (do indivíduo) e das virtudes políticas (do cidadão), tendo como objeto central de suas investigações a moral e a política, isto é, as ideias e práticas que norteiam os comportamentos dos seres humanos tanto como indivíduos quanto como cidadãos.
- Cabe à Filosofia, portanto, encontrar a definição, o conceito ou a essência dessas virtudes, para além da variedade das opiniões, para além da multiplicidade das opiniões contrárias e diferentes. As perguntas filosóficas se referem, assim, a valores, como a justiça, a coragem, a amizade, a piedade, o amor, a beleza, a temperança, a prudência, etc., que constituem os ideais do sábio e do verdadeiro cidadão.
- É feita, pela primeira vez, uma separação radical entre, de um lado, a opinião e as imagens das coisas, trazidas pelos nossos órgãos dos sentidos, nossos hábitos, pelas tradições, pelos interesses, e, de outro lado, os conceitos ou as ideias. As ideias se referem à essência invisível e verdadeira das coisas e só podem ser alcançadas pelo pensamento puro, que afasta os dados sensoriais, os hábitos recebidos, os preconceitos, as opiniões.
- A reflexão e o trabalho do pensamento são tomados como uma purificação intelectual, que permite ao espírito humano conhecer a verdade invisível, imutável, universal e necessária.
- A opinião, as percepções e imagens sensoriais são consideradas falsas, mentirosas, mutáveis, inconsistentes, contraditórias e devem ser abandonadas para que o pensamento siga seu caminho próprio no conhecimento verdadeiro.
- A diferença entre os sofistas, de um lado, e Sócrates e Platão, de outro, é dada pelo fato de que os sofistas aceitam a validade das opiniões e das percepções sensoriais e trabalham com elas para produzir argumentos de persuasão, enquanto Sócrates e Platão consideram as opiniões e as percepções



sensoriais, ou as imagens das coisas, como fonte de erro, mentira e falsidade, formas imperfeitas do conhecimento que nunca alcançam a verdade plena da realidade.

São essas ideias que, de maneira alegórica ou simbólica, encontramos na exposição platônica do Mito da Caverna.

Nesse mito ou alegoria, Platão estabelece uma distinção decisiva para toda a história da filosofia e das ciências, qual seja, a diferença entre o sensível e o inteligível. O sensível são as coisas materiais ou corpóreas cujo conhecimento nos é dado por meio de nosso corpo na experiência sensorial ou dos órgãos dos sentidos e pela linguagem baseada nesses dados. O sensível nos dá imagens das coisas tais como nos aparecem e nos parecem, sem alcançar a realidade ou a essência verdadeira delas. As imagens sensíveis formam a mera opinião - a dóxa -, variável de pessoa para pessoa e variável numa mesma pessoa, dependendo das circunstâncias.

O inteligível é o conhecimento verdadeiro que alcançamos exclusivamente pelo pensamento. São as ideias imateriais e incorpóreas de todos os seres ou as essências reais e verdadeiras das coisas. Para Platão, a Filosofia é o esforço do pensamento para abandonar o sensível e passar ao inteligível.

4.8 Período sistemático

Este período tem como principal nome o filósofo Aristóteles de Estagira, discípulo de Platão.

Passados quase quatro séculos de Filosofia, Aristóteles apresenta, nesse período, uma verdadeira enciclopédia de todo o saber que foi produzido e acumulado pelos gregos em todos os ramos do pensamento e da prática, considerando essa totalidade de saberes como sendo a Filosofia.

Esta, portanto, não é um saber específico sobre algum assunto, mas uma forma de conhecer todas as coisas, com procedimentos diferentes para cada campo de coisas que conhece.

Além de a Filosofia ser o conhecimento da totalidade dos conhecimentos e práticas humanas, ela também estabelece uma diferença entre esses conhecimentos, distribuindo-os numa escala que vai dos mais simples e inferiores aos mais complexos e superiores. Essa classificação e distribuição dos conhecimentos fixou, para o pensamento ocidental, os campos de investigação da Filosofia como totalidade do saber humano.

Cada saber, no campo que lhe é próprio, possui seu objeto específico, procedimentos específicos para sua aquisição e exposição, formas próprias de demonstração e prova. Cada campo do conhecimento é uma ciência (ciência, em grego, se diz epistémé).

Aristóteles afirma que, antes de um conhecimento constituir seu objeto e seu campo próprios, seus procedimentos próprios de aquisição e exposição, de demonstração e de prova, deve, primeiro, conhecer os princípios e as leis gerais que governam o pensamento, independentemente do conteúdo que possa vir a ser pensado.

O estudo dos princípios e das formas do pensamento, sem preocupação com seu conteúdo, foi chamado por Aristóteles de analítica, mas, desde a Idade Média, passou a se chamar lógica. Aristóteles foi o criador da lógica como instrumento do conhecimento em qualquer campo do saber.

A lógica não é uma ciência, mas o instrumento para a ciência e, por isso, na classificação das ciências feita por Aristóteles, a lógica não aparece, embora ela seja indispensável para a Filosofia e, mais tarde, tenha-se tornado um dos ramos específicos dela.

4.9 Período helenístico

Trata-se do último período da Filosofia antiga, quando a *pólis* grega desapareceu como centro político e deixou de ser a referência principal dos filósofos, uma vez que a Grécia encontra-se sob o poderio do Império Romano. Os filósofos dizem, agora, que o mundo é sua cidade e que eles são cidadãos do mundo. Em grego, mundo se diz cosmos, e esse período é chamado o da Filosofia *cosmopolita*.

Essa época da Filosofia é constituída por grandes sistemas ou doutrinas, isto é, explicações que buscam entender a realidade como um todo articulado e entrelaçado formado pelas coisas da natureza, os seres humanos, pelas relações entre estes e de todos com a divindade (esta, em geral, pensada como Providência divina que instaura e conserva a ordem universal). Predominam preocupações com a física, a ética - pois os filósofos já não podem se ocupar diretamente com a política, uma vez que esta é privilégio dos imperadores romanos - e a teologia.



Datam desse período quatro grandes sistemas cuja influência será sentida pelo pensamento cristão, que começa a formar-se nessa época: **estoicismo, epicurismo, ceticismo e neoplatonismo**.

A amplidão do Império Romano, a presença crescente de religiões orientais no Império, os contatos comerciais e culturais entre Ocidente e Oriente fizeram aumentar os contatos dos filósofos helenistas com a sabedoria oriental. Podemos falar numa orientalização da Filosofia, sobretudo com a aparição de aspectos místicos e religiosos no pensamento e na ação.

4.10 Os campos do conhecimento filosófico

Devemos a Aristóteles a primeira grande classificação dos campos da atividade filosófica ao distinguir e classificar todos os saberes humanos (cuja totalidade é a Filosofia). O critério aristotélico para a distinção dos campos do saber é a distinção entre ação e contemplação, isto é, ele diferencia os saberes ou ciências que constituem a Filosofia conforme seus objetos e finalidades sejam atividades produtivas, éticas e políticas ou puramente intelectuais, interessadas exclusivamente no conhecimento e sem preocupação com qualquer prática.

Vejamos, pois, a classificação aristotélica dos campos do saber:

• **Ciências produtivas:** ciências que estudam as práticas produtivas ou as técnicas, isto é, as ações humanas cuja finalidade está para além da própria ação, pois a finalidade é a produção de um objeto, de uma obra.

São elas: arquitetura (cujo fim é a edificação de alguma coisa), economia (cujo fim é a produção agrícola, o artesanato e o comércio, isto é, produtos para a sobrevivência e para o acúmulo de riquezas), medicina (cujo fim é produzir a saúde ou a cura), pintura, escultura, poesia, teatro, oratória, arte da guerra, da caça, da navegação, etc.

Em suma, são objeto das ciências produtivas todas as atividades humanas técnicas e artísticas que resultam num produto ou numa obra distintos do produtor.

• **Ciências práticas:** ciências que estudam as práticas humanas como ações que têm nelas mesmas seu próprio fim, isto é, a finalidade da ação não é chegar a um produto diferente do agente, mas é a realização do próprio agente. Em outras palavras, a finalidade da ação é ela mesma, e não há distinção entre o agente e o ato que ele realiza.

São elas: ética, em que a ação é realizada pela vontade guiada pela razão, tendo como finalidade o bem do indivíduo, sendo este bem alcançado pela prática voluntária e deliberada das virtudes morais (coragem, generosidade, fidelidade, lealdade, clemência, prudência, amizade, justiça, modéstia, honradez, temperança, etc.); e política, em que a ação racional voluntária é realizada tendo como fim o bem da comunidade ou o bem comum.

Para Aristóteles, como para todo grego da época clássica, a política é superior à ética, pois a verdadeira liberdade, sem a qual não pode haver vida virtuosa ou ética, só é conseguida na *pólis*. Por isso, a finalidade da política é a vida justa, a vida boa e bela, a vida livre, da qual depende a atividade ética ou moral dos indivíduos.

• **Ciências teóricas ou contemplativas:** são aquelas que estudam coisas que existem independentemente dos homens e de suas ações e que, não tendo sido feitas pelos homens, só podem ser contempladas por eles. *Theoria*, em grego, significa "contemplação da verdade". O que são as coisas que existem por si mesmas e em si mesmas, independentes de nossa ação fabricadora (técnica) e de nossa ação moral e política? São as coisas da natureza e as coisas divinas. Aristóteles, aqui, classifica as ciências teóricas por graus de superioridade, indo da mais inferior à superior:

1. ciência das coisas naturais submetidas à mudança ou ao devir: física, biologia, meteorologia, psicologia (a alma, que em grego se diz *psyché*, é um ser natural que existe de formas variadas em todos os seres vivos, plantas, animais e homens);

2. ciência das coisas naturais que não estão submetidas à mudança ou ao devir: as matemáticas e a astronomia (os gregos julgavam que os astros eram eternos e imutáveis),

3. ciência da realidade pura, que não é nem natural mutável, nem resultado da ação humana, nem resultado da fabricação humana. Trata-se daquilo que deve haver em toda e qualquer realidade, seja ela natural, matemática, ética, política, seja técnica, parta ser realidade. É o que Aristóteles chama de ser ou substância de tudo o que existe. A ciência teórica que estuda o puro ser foi chamada por Aristóteles de *Filosofia Primeira* mas alguns séculos depois, como os livros que a expunham estavam localizados nas bibliotecas depois dos livros que expunham a física, ela passou a ser chamada de **metafísica** (em grego,



meta significa "o que vem depois, o que está além"; ou seja, no caso, os livros que vinham depois da física e que tratavam da realidade para além da física);

4. ciência das coisas divinas que são a causa e a finalidade de tudo o que existe na natureza e no homem. Deus, em grego, se diz *théos* e as coisas divinas são chamadas de *theion*; por isso, esta última ciência se chama **teologia**.

A Filosofia, para Aristóteles, encontra seu ponto mais alto na metafísica e na teologia, de onde derivam todos os outros conhecimentos.

4.11 A herança aristotélica

A partir da classificação aristotélica, definiu-se, no correr dos séculos, o grande campo da investigação filosófica, que só seria desfeito no século XIX de nossa era, quando as ciências particulares se foram separando do tronco geral da Filosofia. Considerando-se a herança deixada pela classificação aristotélica, podemos dizer que, até hoje, os campos de investigação da Filosofia são três:

1. O do **conhecimento do ser**, isto é, da realidade fundamental e primordial de todas as coisas, ou da essência de toda realidade. Como, em grego, ser se diz *on* e as coisas se diz *ta onta*, esse campo é chamado de ontologia (na concepção de Aristóteles, a ontologia era formada pelo conjunto da Filosofia Primeira e da teologia).

2. O do **conhecimento das ações humanas ou dos valores e das finalidades da ação humana**: das ações que têm em si mesmas sua finalidade, a ética e a política, ou a vida moral (valores morais) e a vida política (valores políticos); e das ações que têm sua finalidade num produto ou numa obra: as técnicas e as artes e seus valores (utilidade, beleza, etc.).

3. O do **conhecimento da capacidade humana de conhecer**, isto é, o conhecimento do próprio pensamento em exercício. Nesse campo estão: a *lógica*, que oferece as leis gerais do pensamento; a *teoria do conhecimento*, que oferece os procedimentos pelos quais conhecemos; as *ciências* propriamente ditas; e o conhecimento do conhecimento científico, isto é, a *teoria das ciências ou epistemologia*, que estuda e avalia os procedimentos empregados pelas diferentes ciências para definir e conhecer seus objetos.

5 OS PRINCIPAIS PERÍODOS DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

5.1 A Filosofia na história

Como todas as criações e instituições humanas, a Filosofia está na história e tem uma história.

Está na história: a Filosofia manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época de uma sociedade, os homens colocam para si mesmos diante do que é novo e ainda não foi compreendido. A Filosofia procura enfrentar essa novidade oferecendo caminhos, respostas e, sobretudo, propondo novas perguntas, num diálogo permanente com a sociedade e a cultura de seu tempo, do qual ela faz parte.

Tem uma história: as respostas, as soluções e as novas perguntas que os filósofos de uma época oferecem tornam-se saberes adquiridos que outros filósofos prosseguem ou, frequentemente, tornam-se novos problemas que outros filósofos tentam resolver, seja aproveitando o passado filosófico, seja criticando-o e refutando-o.

Além disso, as transformações nos modos de conhecer podem ampliar os campos de investigação da Filosofia, fazendo surgir novas disciplinas filosóficas, como também podem diminuir esses campos, porque alguns de seus conhecimentos podem desligar-se dela e formar disciplinas separadas.

Assim, por exemplo, a Filosofia teve seu campo de atividade aumentado quando, no século XVIII, surge a filosofia da arte ou estética; no século XIX, a filosofia da história; no século XX, a filosofia da linguagem. Por outro lado, o campo da Filosofia diminuiu quando as ciências particulares que dela faziam parte foram-se desligando para constituir suas próprias esferas de investigação.

É o que ocorre, por exemplo, no século XVIII, quando se desligam da Filosofia a biologia, a física e a química; e, no século XX, as chamadas ciências humanas (psicologia, antropologia, história).

Pelo fato de estar na história e ter uma história, a Filosofia costuma ser apresentada em grandes períodos que acompanham, às vezes de maneira mais próxima, às vezes de maneira mais distante, os períodos em que os historiadores dividem a história da sociedade ocidental.



5.2 Os principais períodos da Filosofia

5.2.1 Filosofia antiga (do século VI a.C. ao século VI d.C.)

Compreende os quatro grandes períodos da Filosofia greco-romana, indo dos pré-socráticos aos grandes sistemas do período helenístico.

Filosofia patrística (do século I ao século VII)

Inicia-se com as Epístolas de São Paulo e o Evangelho de São João e termina no século VIII, quando teve início a Filosofia medieval.

A filosofia desse período é conhecida com o nome de patrística porque foi obra não só de dois apóstolos (Paulo e João), mas também dos chamados Padres da Igreja, isto é, dos primeiros dirigentes espirituais e políticos do cristianismo, após a morte dos apóstolos.

A patrística resultou do esforço feito pelos dois apóstolos intelectuais (Paulo e João) e pelos primeiros Padres da Igreja para conciliar a nova religião - o cristianismo - com o pensamento filosófico dos gregos e romanos, pois somente com tal conciliação seria possível convencer os pagãos da nova verdade e convertê-los a ela. A filosofia patrística liga-se, portanto, à tarefa religiosa da evangelização e à defesa da religião cristã contra os ataques teóricos e morais que recebia dos antigos. Seus nomes mais importantes foram Justino, Tertuliano, Orígenes, Clemente, Eusébio, Santo Ambrósio, São Gregório Nazianzo, São João Crisóstomo, Santo Agostinho e Boécio.

A patrística foi obrigada a introduzir ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a ideia de criação do mundo a partir do nada, de pecado original do homem, de Deus como trindade una, de encarnação e morte de Deus, de juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos, etc. Precisou também explicar como o mal pode existir no mundo, uma vez que tudo foi criado por Deus, que é pura perfeição e bondade.

Introduziu, sobretudo com Santo Agostinho e Boécio, a ideia de "homem interior", isto é, da consciência moral e do livre-arbítrio da vontade (ou o poder da vontade para escolher entre alternativas opostas igualmente possíveis), pelo qual o homem, por ser dotado de liberdade para escolher entre o bem e o mal, é o responsável pela existência do mal no mundo.

Para impor as ideias cristãs, os Padres da Igreja as transformaram em verdades reveladas por Deus (por meio da Bíblia e dos santos) que, por serem decretos divinos, seriam **dogmas**, isto é, verdades irrefutáveis e inquestionáveis. Com isso, surge uma distinção, desconhecida pelos antigos, entre verdades reveladas ou da fé e verdades da razão ou humanas, ou seja, entre verdades sobrenaturais e verdades naturais, as primeiras introduzindo a noção de conhecimento recebido por uma graça divina, superior ao simples conhecimento racional. Dessa forma, o grande tema de toda a Filosofia patrística é o da possibilidade ou impossibilidade de conciliar a razão com a fé. A esse respeito, havia três posições principais:

1. Os que julgavam fé e razão irreconciliáveis e a fé superior à razão (diziam eles: "Creio porque absurdo").
2. Os que julgavam fé e razão conciliáveis, mas subordinavam a razão à fé (diziam eles: "Creio para compreender").
3. Os que julgavam razão e fé irreconciliáveis, mas afirmavam que cada uma delas tem seu campo próprio de conhecimento e não devem se misturar (a razão se refere a tudo o que concerne à vida temporal dos homens no mundo; a fé, a tudo o que se refere à salvação da alma e à vida eterna futura).

5.2.3 Filosofia medieval (do século VIII ao século XIV)

Abrange pensadores europeus, árabes e judeus. É o período em que a Igreja Romana dominava a Europa, ungia e curava reis, organizava Cruzadas à Terra Santa e criava, à volta das catedrais, as primeiras universidades ou escolas. E, a partir do século XII, por ter sido ensinada nas escolas, a Filosofia medieval também é conhecida com o nome de escolástica.

A Filosofia medieval teve como influências principais Platão e Aristóteles, embora o Platão conhecido pelos medievais fosse o neoplatônico (isto é, interpretado pelo filósofo Plotino, do século VI d.C.), e o Aristóteles por eles conhecido fosse aquele conservado e traduzido pelos árabes, particularmente Avicena e Averróis.

Conservando e discutindo os mesmos problemas que a patrística, a Filosofia medieval acrescentou outros e, além de Platão e Aristóteles, sofreu uma grande influência das ideias de Santo Agostinho. Durante esse período surge propriamente a Filosofia cristã, que é, na verdade, a teologia.

A diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda), a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito), o



Universo como uma hierarquia de seres, pela qual os superiores dominam e governam os inferiores (Deus, serafins, querubins, arcanjos, anjos, alma, corpo, animais, vegetais, minerais), a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos: eis os grandes temas da Filosofia medieval.

Outra característica marcante da escolástica foi o método por ela inventado para expor as ideias filosóficas, conhecido como disputa: apresentava-se uma tese e esta devia ser ou refutada ou defendida com argumentos tirados da Bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de outros Padres da Igreja, particularmente Pedro Lombardo.

Assim, uma ideia era considerada uma tese verdadeira ou falsa dependendo da força e da qualidade dos argumentos encontrados nos vários autores. Por causa desse método de disputa, costuma-se dizer que, na Idade Média, o pensamento estava subordinado ao princípio da autoridade, isto é, uma ideia é considerada verdadeira se for baseada nos argumentos de uma autoridade reconhecida - Bíblia, Platão, Aristóteles, um papa, um santo.

5.2.4 Filosofia da Renascença (do século XIV ao século XVI)

É marcada pela descoberta de obras de Platão desconhecidas na Idade Média e de novas obras de Aristóteles, que passam a ser lidas em grego e a receber novas traduções latinas, mais acuradas e fiéis. A época também se dedica à recuperação das obras dos grandes autores e artistas gregos e romanos e à imitação deles.

São três as grandes linhas de pensamento que predominavam na Renascença:

1. Aquela proveniente da leitura de três diálogos de Platão (Banquete, Fédon, Fedro), das obras dos filósofos neoplatônicos e da descoberta do conjunto dos livros do hermetismo ou de magia natural, que se supunha terem vindo do Egito, escritos séculos antes de Moisés e de Platão, ditados por deuses a seus filhos humanos.

A natureza era concebida como um grande ser vivo, dotada de uma alma universal (a Alma do Mundo) e feita de laços e vínculos secretos entre todas as coisas, unidas por simpatia e desunidas por antipatia.

O homem era concebido como parte da natureza e como um microcosmo no macrocosmo (isto é, um pequeno mundo que espelha e reproduz a estrutura e a vida do grande mundo, ou o Universo) e, por isso, pode agir sobre o mundo por meio de conhecimentos e práticas que operam com as ligações secretas entre as coisas, isto é, por meio da magia natural, da alquimia e da astrologia.

2. Aquela originária dos pensadores florentinos, que valorizava a vida ativa (a política) e defendia a liberdade das cidades italianas contra o Império Romano-Germânico, isto é, contra o poderio dos papas e dos imperadores. Na defesa da liberdade política, recuperaram a ideia de república - tal como esta aparecia nas obras dos grandes autores políticos latinos, como Cícero, Tito Lívio e Tácito, bem como nos escritos de historiadores e juristas clássicos - e propuseram a "imitação dos antigos" ou o renascimento da república livre, anterior ao surgimento do império eclesiástico.

3. Aquela que propunha o ideal do homem como artífice de seu próprio destino, tanto por meio dos conhecimentos (astrologia, magia, alquimia) como por meio da política (o ideal republicano), das técnicas (medicina, arquitetura, engenharia, navegação) e das artes (pintura, escultura, poesia, teatro).

Essas três grandes linhas de pensamento explicam por que se costuma falar no humanismo como traço predominante da Renascença, uma vez que nelas o homem é valorizado, colocado como centro do Universo, defendido em sua liberdade e em seu poder criador e transformador.

A intensa atividade teórica e prática dessa época foi alimentada com as grandes descobertas marítimas, que garantiam ao homem o conhecimento de novos mares, novos céus, novas terras e novas gentes, permitindo-lhe ter uma visão crítica de sua própria sociedade.

Essa efervescência cultural e política levou a críticas profundas à Igreja Romana, culminando na Reforma Protestante, baseada na ideia de liberdade de crença e de pensamento

5.2.5 Filosofia moderna (do século XVII a meados do século XVIII)

Esse período, conhecido como o Grande Racionalismo Clássico, nasce procurando vencer um ambiente de pessimismo teórico, reinante no fim do século XVI e início do XVII. Esse pessimismo teórico é o ceticismo, ou seja, a atitude filosófica que duvida da capacidade da razão humana para conhecer a realidade exterior e o homem.



As guerras de religião (as lutas entre protestantes e católicos), as descobertas de outros povos inteiramente deferentes dos europeus, as disputas e querelas filosóficas e teológicas criaram um ambiente em que o sábio já não podia admitir que a razão humana é capaz de conhecimento verdadeiro e que a verdade é universal e necessária. Ao contrário, diante da multiplicidade de opiniões em luta, o sábio tornou-se cético.

Para vencer o ceticismo e restaurar o ideal filosófico da possibilidade do conhecimento racional verdadeiro e universal, a Filosofia moderna ou Grande Racionalismo propõe três mudanças teóricas principais:

1. Aquela conhecida como o "surgimento do sujeito do conhecimento", isto é, a Filosofia, em lugar de começar seu trabalho conhecendo a natureza (como na Filosofia antiga) e Deus (como na patrística e na escolástica), para depois referir-se ao homem, começa indagando qual é a capacidade da razão humana para conhecer e demonstrar a verdade dos conhecimentos.

Em outras palavras, em lugar de começar pelas coisas a serem conhecidas e sobre as quais, como mostra o ceticismo, só cabem dúvidas e desconfianças, a Filosofia começa pela reflexão - aquele que conhece, o sujeito do conhecimento, volta-se para si mesmo para saber se é capaz de conhecimento verdadeiro e, se o for, sob quais condições a capacidade de conhecer se realiza corretamente. Somente depois de conhecer-se a si mesmo como capacidade para o conhecimento verdadeiro é que o sujeito se volta para as coisas a conhecer ou para os objetos do conhecimento.

O ponto de partida é, portanto, o sujeito do conhecimento como consciência de si reflexiva, isto é, como consciência que conhece sua capacidade de conhecer. O sujeito do conhecimento é o intelecto ou a inteligência que, juntamente com a vontade, existe no interior de uma substância espiritual, a alma, cuja natureza é completamente diferente da natureza de uma outra substância, a corpórea, que constitui a natureza do nosso corpo e dos corpos exteriores.

Por isso, para vencer o ceticismo, a Filosofia precisa responder às perguntas como o intelecto pode conhecer o que é diferente dele? Como o espírito pode conhecer a matéria? Como o sujeito espiritual pode conhecer os objetos corporais, o seu próprio corpo e os demais corpos da natureza?

2. A resposta a essas perguntas constituiu a segunda grande mudança teórica dos modernos e diz respeito ao objeto do conhecimento. Para os modernos, as coisas exteriores (a natureza, as instituições sociais e políticas) são conhecidas quando o sujeito do conhecimento as representa intelectualmente, ou seja, quando as apreende como ideias que dependem apenas das operações cognitivas realizadas pelo próprio sujeito.

Isso significa, por um lado, que tudo o que pode ser conhecido deve poder ser representado por um conceito ou numa ideia clara e distinta, demonstrável e necessária, formulada pelo intelecto; e, por outro lado, que a natureza, a sociedade e a política podem ser inteiramente conhecidas pelo sujeito do conhecimento, porque são racionais em si mesmas e propensas a serem rerepresentadas pelas ideias do sujeito do conhecimento.

3. Essa concepção da realidade como intrinsecamente racional e que pode ser plenamente captada pelas ideias e conceitos preparou a terceira grande mudança teórica moderna. A natureza, a partir de Galileu, e concebida como um sistema ordenado de causas e efeitos necessários cuja estrutura profunda e invisível é matemática. O "livro do mundo", diz Galileu, "está escrito em caracteres matemáticos e para lê-lo é preciso conhecer matemática".

A realidade é racional porque é um sistema ordenado de causalidades físico-matemáticas perfeitas e plenamente conhecíveis pela razão humana. Essa ideia deu origem à ciência clássica na qual prevalece o ponto de vista da mecânica, isto é, nas relações de causa e efeito entre as coisas a causa é sempre o movimento, e este segue leis universais necessárias que podem ser explicadas e representadas matematicamente. Todas as coisas e todos os fatos da realidade (na astronomia, na física, na química, na psicologia, na política, nas artes, etc.) são conhecidos pelo conhecimento das relações necessárias de causa e efeito que os produzem, os conservam ou os destroem.

A realidade é um sistema de causalidades racionais rigorosas que podem ser conhecidas e transformadas pelo homem. Por que a realidade pode ser inteiramente representada pelos conceitos do sujeito do conhecimento, este também pode intervir na realidade e alterá-la.



Nascem, assim, a ideia de experimentação científica (são criados os laboratórios) e o ideal tecnológico, ou seja, a expectativa de que o homem poderá dominar tecnicamente a natureza e a sociedade, graças à invenção de máquinas.

Existe também a convicção de que a razão humana é capaz de conhecer a origem, as causas e os efeitos das paixões e das emoções e, pela vontade orientada pela razão, é capaz de governá-las e dominá-las, de sorte que a vida ética pode ser plenamente racional.

A mesma convicção orienta o racionalismo político, isto é, a ideia de que a razão é capaz de definir para cada sociedade qual o melhor regime político e como mantê-lo racionalmente.

Os principais pensadores desse período foram: Francis Bacon, Descartes, Galileu, Pascal, Hobbes, Espinosa, Leibniz, Malebranche, Locke, Berkeley, Newton, Gassendi.

5.2.3 Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (meados do século XVIII ao começo do século XIX)

Esse período também crê nos poderes da razão, chamada de *As Luzes* (por isso o nome **Iluminismo**). O Iluminismo afirma que:

- pela razão, o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política (a Filosofia da ilustração foi decisiva para as ideias da Revolução Francesa de 1789);
- a razão é capaz de aperfeiçoamento e progresso, e o homem é um ser perfectível. A perfectibilidade consiste em libertar-se dos preconceitos religiosos, sociais e morais, em libertar-se da superstição e do medo, graças ao avanço das ciências, das artes e da moral;
- o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais atrasadas (também chamadas de "primitivas" ou "selvagens") às mais adiantadas e perfeitas (as da Europa ocidental);
- há diferença entre natureza e civilização; a natureza é o reino das relações necessárias de causa e efeito ou das leis naturais universais e imutáveis, enquanto a civilização é o reino da liberdade e da finalidade proposta pela vontade livre dos próprios homens em seu aperfeiçoamento moral, técnico e político.

A natureza é o reino da necessidade, isto é, das coisas e acontecimentos que não podem ser diferentes do que são; a civilização é o reino da liberdade, isto é, onde os fatos e acontecimentos podem ser diferentes do que são porque a vontade humana pode escolher entre alternativas contrárias possíveis.

Nesse período há grande interesse pelas ciências que se relacionam com a ideia de transformação progressiva e, por isso, a biologia terá um lugar central no pensamento ilustrado, pertencendo ao campo da Filosofia da Vida.

Há igualmente grande interesse e preocupação com as artes, na medida em que elas são a expressão por excelência do grau de progresso de uma civilização.

Data também desse período o interesse pela compreensão das bases econômicas da vida social e política, surgindo uma reflexão sobre a origem e a forma das riquezas das nações, com uma controvérsia sobre a importância maior ou menor da agricultura e do comércio, a qual se exprime em duas correntes do pensamento econômico: a corrente fisiocrata (a agricultura é a fonte principal das riquezas) e a mercantilista (o comércio é a fonte principal da riqueza das nações).

Os principais pensadores do período foram: Hume, Voltaire, D'Alembert, Diderot, Rousseau, Kant, Fichte e Schelling.

5.2.4 Filosofia contemporânea

Abrange o pensamento filosófico que vai de meados do século XIX e chega aos nossos dias. Esse período, por ser o mais próximo de nós, parece ser o mais complexo e o mais difícil de definir, pois as diferenças entre as várias filosofias ou posições filosóficas nos parecem muito grandes porque as estamos vendo surgir diante de nós.

Para facilitar uma visão mais geral do período, faremos, no próximo capítulo, uma contraposição entre as principais ideias do século XIX e as principais correntes de pensamento do século XX.



6 ASPECTOS DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

6.1 História e progresso

O século XIX é, na Filosofia, o grande século da descoberta da história ou da historicidade do homem, da sociedade, das ciências e das artes. É particularmente com o filósofo alemão Hegel que se afirma que a história é a realidade, que a razão, a verdade e os seres humanos são essencial e necessariamente históricos.

Essa concepção levou à ideia de **progresso**, isto é, de que os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas melhoram com o passar do tempo, acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais, de modo que o presente é melhor e superior se comparado ao passado, e o futuro será melhor e superior se comparado ao presente.

Essa visão otimista também foi desenvolvida na França pelo filósofo Augusto Comte, que atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências. Essas ciências permitiriam aos seres humanos "saber para prever, prever para prover", de modo que o desenvolvimento social se faria pelo aumento do conhecimento científico e do controle científico da sociedade. É de Comte a ideia de "ordem e progresso", que viria a fazer parte da bandeira do Brasil republicano.

No entanto, no século XX, a mesma afirmação da historicidade dos seres humanos, da razão e da sociedade levou à ideia de que a história é descontínua e não progressiva, cada sociedade tendo sua história própria em vez de ser apenas uma etapa numa história universal das civilizações.

A ideia de progresso passou a ser criticada porque serve de desculpa para legitimar colonialismos e imperialismos - os mais "adiantados" teriam o direito de dominar os mais "atrasados". Passou a ser criticada também a ideia de progresso das ciências e das técnicas, mostrando-se que, em cada época histórica e para cada sociedade, os conhecimentos e as práticas possuem sentido e valor próprios, e que tal sentido e tal valor desaparecem numa época seguinte ou são diferentes numa outra sociedade, não havendo, portanto, transformação contínua, acumulativa e progressiva da humanidade.

6.2 As ciências e as técnicas

No século XIX, entusiasmada com as ciências e as técnicas, bem como com a Segunda Revolução Industrial, a Filosofia afirmava a confiança plena e total no saber científico e na tecnologia para dominar e controlar a natureza, a sociedade e os indivíduos.

Acreditava-se que a Sociologia, por exemplo, nos ofereceria um saber seguro e definitivo sobre o modo de funcionamento das sociedades e que os seres humanos poderiam organizar racionalmente o social, evitando revoluções, revoltas e desigualdades.

Acreditava-se, também, que a psicologia ensinaria definitivamente como é e como funciona a psique humana, quais as causas dos comportamentos e os meios de controlá-los, quais as causas das emoções e os meios de controlá-las, de tal modo que seria possível livrar-nos das angústias, do medo, da loucura, assim como seria possível uma pedagogia baseada nos conhecimentos científicos que permitiria não só adaptar perfeitamente as crianças às exigências da sociedade, como também educá-las segundo suas vocações e potencialidades psicológicas.

No entanto, no século XX, a Filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico do século anterior em virtude de vários acontecimentos: as duas guerras mundiais, o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, os campos de concentração nazistas e stalinistas, as guerras da Coreia, do Vietnã, do Oriente Médio, do Afeganistão, as invasões russas da Hungria e da Tchecoslováquia, as ditaduras sangrentas da América Latina e da África, a devastação de mares, florestas e terras, a poluição do ar, os perigos cancerígenos de alimentos e remédios, o aumento de distúrbios e sofrimentos mentais, os problemas éticos e políticos surgidos com o desenvolvimento da genética e da engenharia genética (a inseminação artificial, a clonagem, a alteração da estrutura de plantas e animais), etc.

Além disso, as ciências e técnicas foram incorporadas a grandes complexos industriais e militares, que financiam as pesquisas e definem o que deve ser pesquisado e como serão utilizados os resultados. O chamado "complexo industrial-militar" das grandes potências econômicas possui poder de vida e morte sobre o planeta, não está submetido a governos nem a associações públicas, mas opera secretamente, segundo seus próprios interesses, desencadeando guerras, ditaduras, violências em toda parte, quando isso convém às suas finalidades.

Uma escola alemã de Filosofia, a Escola de Frankfurt, elaborou uma concepção conhecida como Teoria Crítica, na qual distingue duas formas da razão: a razão instrumental e a razão crítica.



A razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. Ao contrário, a razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano, e não as ideias de controle e domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura.

6.3 Os ideais políticos revolucionários

No século XIX, em decorrência do otimismo trazido pelas ideias de progresso, desenvolvimento técnico, poderio humano para construir uma vida justa e feliz, a Filosofia apostou nos ideais políticos revolucionários - anarquismo, socialismo, comunismo -, que criariam, graças à ação política consciente dos explorados e oprimidos, uma sociedade nova, justa e feliz.

No entanto, no século XX, com o surgimento das chamadas sociedades totalitárias ou dos regimes totalitários fascismo, nazismo, stalinismo, maoísmo - e com o aumento do poder das sociedades autoritárias ou ditatoriais (como as da América Latina, das Filipinas e da África do Sul), a Filosofia também passou a desconfiar do otimismo revolucionário e das utopias e a indagar se os seres humanos, os explorados e dominados serão capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

O crescimento das chamadas burocracias - que dominam as organizações estatais, empresariais, político-partidárias, escolares, hospitalares - levou a Filosofia a indagar como os seres humanos poderiam derrubar esse imenso poderio que os governa secretamente, que eles desconhecem e que determina sua vida cotidiana, desde o nascimento até a morte.

6.4 A cultura

No século XIX, a Filosofia descobre a cultura como o modo próprio e específico da existência dos seres humanos. Os animais são seres naturais; os humanos, seres culturais. A natureza é governada por leis necessárias de causa e efeito; a cultura é o exercício da liberdade.

A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível, e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo.

A cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política

Para a Filosofia do século XIX, em consonância com sua ideia de progresso da humanidade e de uma história universal das civilizações, haveria uma única grande cultura em desenvolvimento ou em progresso, da qual as diferentes culturas seriam fases ou etapas

Para outros, chamados de filósofos românticos ou adeptos da filosofia do Romantismo, as culturas não firmavam uma sequência universal progressiva, mas eram culturas particulares, isto é, nacionais. Assim, cabia à Filosofia conhecer o "espírito de um povo" conhecendo as origens e as raízes de cada cultura, pois, para esses filósofos, o mais importante de uma cultura não se encontraria em seu futuro (no seu progresso), mas no seu passado, isto é, nas tradições, no folclore nacional.

No entanto, no século XX, a Filosofia, afirmando que a história é descontínua, também afirma que não há a cultura, mas culturas diferentes, e que a pluralidade de culturas e as diferenças entre elas não se devem à nação, pois a ideia de nação é uma criação cultural, e não a causa das diferenças culturais.

Ou seja, a nação não é causa da diferença cultural porque a própria ideia de nação é uma invenção cultural de uma cultura determinada (no caso, invenção feita pelas culturas francesa e alemã do século XIX).

Cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais, de criar as obras de pensamento e de arte. Cada uma, em decorrência das condições históricas, geográficas e políticas em que se forma, tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores.

Contra a filosofia da cultura universal, a Filosofia do século XX negou que houvesse uma única cultura em progresso e afirmou a existência da pluralidade cultural. Contra a filosofia romântica das culturas nacionais como expressão do "espírito do povo" e do conjunto de tradições, a Filosofia do século XX negou que a nacionalidade fosse causa das culturas (as nacionalidades são efeitos culturais temporários)



e afirmou que cada cultura se relaciona com outras e encontra dentro de si seus modos de transformação. Dessa maneira, o presente está voltado para o futuro, e não para o conservadorismo do passado.

6.5 O “fim da Filosofia”

No século XIX, o otimismo científico e técnico levou a Filosofia a supor que, no futuro, só haveria ciências, e que todos os conhecimentos e todas as explicações seriam dados por elas. Assim, a própria Filosofia poderia desaparecer, pois não teria motivo para existir.

No entanto, no século XX, a Filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de uma outra.

Os princípios, os métodos, os conceitos e os resultados de uma ciência podem estar totalmente equivocados ou desprovidos de fundamento. Com isso, a Filosofia voltou a afirmar seu papel de compreensão e interpretação crítica das ciências, discutindo a validade de seus princípios, procedimentos de pesquisa, resultados, de suas formas de exposição dos dados e das conclusões, etc.

Foram preocupações com a falta de rigor das ciências que levaram o filósofo alemão Husserl a propor que a Filosofia fosse o estudo e o conhecimento rigoroso da possibilidade do próprio conhecimento científico, examinando os fundamentos, os métodos e os resultados das ciências. Foram também preocupações como essas que levaram filósofos como Bertrand Russell e Quine a estudar a linguagem científica, a discutir os problemas lógicos das ciências e a mostrar os paradoxos e os limites do conhecimento científico.

6.6 A maioria da razão

No século XIX, o otimismo filosófico levava a Filosofia a afirmar que, enfim, os seres humanos haviam suplantado a superstição, as explicações mágicas e fantásticas da realidade e alcançado a maioria racional. Acreditava também que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo da realidade e das ações humanas fosse atingido.

No entanto, Marx, no fim do século XIX, e Freud, no início do século XX, puseram em questão esse otimismo racionalista. Marx e Freud, cada qual em seu campo de investigação e cada qual voltado para diferentes aspectos da ação humana - Marx, voltado para a economia e a política; Freud, voltado para as perturbações e os sofrimentos psíquicos -, fizeram descobertas que, até hoje, continuam impondo questões filosóficas. Que descobriram eles?

Marx descobriu que temos a ilusão de estar pensando com nossa própria cabeça e agindo por nossa própria vontade de maneira racional e livre, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos as condições econômicas e sociais nas quais a classe social que domina a sociedade exerce seu poder sobre as mentes de todos, fazendo com que suas ideias pareçam ser verdades universais, válidas para todos os membros da sociedade e para todas as classes sociais. Esse poder social invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos foi chamado por ele de **ideologia**.

Freud, por sua vez, mostrou que os seres humanos têm a ilusão de que tudo quanto pensam, fazem, sentem e desejam, tudo quanto dizem ou calam estaria sob o pleno controle de nossa consciência porque desconhecemos a existência de uma força invisível, de um poder - que é psíquico e social - que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba. A esse poder que domina e controla invisível e profundamente nossa vida consciente ele deu o nome de inconsciente.

Diante dessas duas descobertas, a Filosofia se viu forçada a reabrir a discussão sobre o que é e o que pode a razão, sobre o que é e o que pode a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento, sobre o que são e o que podem as aparências e as ilusões.

Ao mesmo tempo, a Filosofia teve de reabrir as discussões éticas e morais: "O homem é realmente livre ou é inteiramente condicionado pela sua situação psíquica e histórica?"; "Se for inteiramente condicionado, então a história e a cultura são causalidades necessárias como a natureza?". Ou seria mais correto indagar: "Como os seres humanos conquistam a liberdade em meio a todos os condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, culturais em que vivem?" .



6.7 Infinito e finito

O século XIX prosseguiu uma tradição filosófica que veio desde a Antiguidade e que foi muito alimentada pelo pensamento cristão. Nessa tradição, o mais importante sempre foi a ideia do infinito, isto é, a natureza eterna (dos gregos), o Deus eterno (dos cristãos), o desenvolvimento pleno e total da história ou do tempo como totalização de todos os seus momentos ou suas etapas (como na filosofia de Hegel, por exemplo). Prevalencia a ideia de todo ou de totalidade, da qual os humanos fazem parte e na qual participam.

No entanto, a Filosofia do século XX tendeu a dar maior importância ao finito, ao que surge e desaparece, ao que tem fronteiras e limites. Esse interesse pelo finito apareceu, por exemplo, numa corrente filosófica (entre 1930 e 1950) chamada **existencialismo** e que definiu o humano ou o homem como "um ser para a morte", isto é, um ser que sabe que é temporal e que termina e que precisa encontrar em si mesmo o sentido de sua existência.

Para a maioria dos existencialistas, dois eram os modos privilegiados de o homem aceitar e enfrentar sua finitude: por meio das artes e por meio da ação político-revolucionária. Nessas formas excepcionais da atividade, os humanos seriam capazes de dar sentido à brevidade e finitude de sua vida.

Um outro exemplo do interesse pela finitude apareceu no que se costuma chamar de **filosofia da diferença**, isto é, naquela filosofia que se interessa menos pelas semelhanças e identidades e muito mais pela singularidade e particularidade.

É assim, por exemplo, que tal filosofia, inspirando-se nos trabalhos dos antropólogos, interessou-se pela diversidade, pluralidade, singularidade das diferentes culturas, em lugar de voltar-se para a ideia de uma cultura universal, que foi, no século XIX, uma das imagens do infinito, isto é, de uma totalidade que conteria dentro de si, como suas partes ou seus momentos, as diferentes culturas singulares.

Enfim, um outro exemplo de interesse pela finitude apareceu quando a Filosofia, em vez de buscar uma ciência universal que conteria dentro de si todas as ciências particulares, interessou-se pela multiplicidade e pela diferença entre as ciências, pelos limites de cada uma delas e sobretudo por seus impasses e problemas insolúveis.

6.8 Nossos dias: pós-modernidade

Desde o fim dos anos 1970, surgiu a ideia de que a modernidade terminara e que se iniciava a pós-modernidade. Diz-se que a modernidade corresponde à época da sociedade industrial (aquela em que o poder econômico e político pertence às grandes indústrias e em que se explora o trabalho produtivo), enquanto a pós-modernidade corresponde à sociedade pós-industrial (aquela em que o poder econômico e político pertence ao capital financeiro e ao setor de serviços das redes eletrônicas de automação e informação).

O que era a modernidade? Era o conjunto de ideias e de valores que haviam norteado a filosofia e as ciências desde o fim do século XVIII até os anos 1980, e que podemos brevemente resumir nos seguintes aspectos:

1. No campo do conhecimento

- racionalismo: confiança no poder da razão (seja como razão instrumental, seja como razão crítica) para distinguir entre aparência e realidade e para conhecer e transformar a realidade. O racionalismo definira critérios que permitiam distinguir entre razão e loucura, ser e parecer ou realidade e aparência, conhecimento e ilusão, verdade e ideologia, e assegurava a validade do conhecimento filosófico e científico;

- distinção entre interior e exterior ou entre sujeito e objeto: confiança em critérios e procedimentos que permitiam distinguir claramente entre o sujeito ou a consciência (o interior) e o objeto ou as coisas (o exterior), de maneira a assegurar a subjetividade (o pensamento com seus princípios e leis universais e com seus procedimentos teóricos próprios) como fundamento necessário do conhecimento ou como condição necessária da objetividade como forma do conhecimento verdadeiro;

- afirmação da capacidade da razão humana para conhecer a essência ou a estrutura interna de todos os seres, definindo as causas e condições pelas quais é determinada a identidade de cada coisa e sua realidade, demonstrando as relações necessárias que cada uma delas mantém com outras de que dependem ou que delas dependem e oferecendo as leis necessárias de mudança ou alteração de todas as coisas.



2. No campo da prática

• afirmação da diferença entre a necessidade que rege a ordem natural ou as leis da natureza e a ordem humana da cultura (ética, política, artes), pois nesta as regras e normas dependem da ação econômica, social e política dos próprios homens. Ainda que a ordem social e política atue sobre os indivíduos como se tivesse a mesma necessidade que a ordem natural, ela pode ser mudada e transformada pelos seres humanos, o que prova que ela é uma instituição humana e histórica.

• afirmação de que os seres humanos são indivíduos e agentes livres porque são seres Racionais dotados de vontade, capazes de controlar e moderar suas paixões e seus desejos e que escolhem por si mesmos as ações que praticam, sendo por isso responsáveis por elas;

• distinção entre o público e o privado estabelecimento de critérios que permitiam distinguir entre a esfera pública ou política (ou o campo das Instituições Sociais e de poder) e a esfera privada da moral individual (a ética) e da economia de mercado (a propriedade privada dos meios de produção);

• afirmação dos ideais da Revolução Francesa - igualdade, liberdade e fraternidade -, reconhecimento de uma esfera de direitos civis - o campo da cidadania - e ampliação desses ideais pela afirmação de direitos sociais, que deram origem aos movimentos sociais de luta contra o racismo, ao movimento feminista e aos movimentos de liberação sexual;

• afirmação de um sentido progressivo da história ou de ideais revolucionários de emancipação do gênero humano, com lutas sociais e políticas contra a opressão e a exploração econômica, social, política e cultural.

O pensamento pós-moderno critica essas ideias e as recusa:

• Considera infundadas e ilusórias as pretensões da razão no conhecimento e na prática, quando não um disfarce para o exercício da dominação sobre os homens.

• Julga que o conhecimento não se define por procedimentos articulados à distinção entre a verdade e a falsidade, e sim pelos critérios da utilidade e da eficácia: um conhecimento (filosófico, científico, artístico) é válido se for útil (se servir para alguma coisa aqui e agora) ou se ser eficaz para a obtenção de fins desejados por quem conhece, não importando que fins sejam.

• Considera infundada a distinção entre sujeito e objeto, pois tanto as filosofias como as ciências são construções subjetivas de seus objetos, os quais só existem como resultado das operações teóricas e técnicas. Em outras palavras, o conhecimento não visa a uma realidade existente em si mesma, e sim à invenção ou construção de objetos teóricos e técnicos

No caso da Filosofia, essa criação é feita por meio da linguagem, que, tal como na literatura, não diz o que as coisas são, mas cria coisas ao falar delas. No caso das ciências, essa criação é feita por meio de procedimentos de laboratório, no qual os cientistas não observam realidades, mas as constroem.

• Não admite a distinção entre ordem natural necessária e ordem histórica ou cultural instituída pelos homens ambas são invenções ou instituições humanas, contingentes, efêmeras, passageiras.

• Não admite a definição do ser humano como animal reacional dotado de vontade livre, mas o concebe como um ser passional, desejante, que age movido por impulsos e instintos, embora, ao mesmo tempo, institua uma ordem social que reprime seus desejos e paixões.

A ética, portanto, não se define pela ação racional voluntária livre que busca a ação boa ou virtuosa, mas pela busca da satisfação dos desejos. Essa satisfação define a felicidade, que se realiza na esfera da intimidade individual.

• Desconfia da política: a democracia gera a apatia crescente dos cidadãos; o socialismo e o comunismo desembocam em regimes e sociedades totalitárias. Por isso desconfia da distinção entre o público e o privado e dá importância à esfera da intimidade individual.

• Dá importância à ideia de diferença. Ou seja, em lugar de tomar a sociedade como uma estrutura que opera pela divisão social das classes (cada uma das quais com uma realidade e uma identidade definidas pela economia e pela política e contrárias umas às outras ou em luta contínua). concebe o social como uma tela fragmentada de grupos que se diferenciam por etnia, gênero, religião, costumes, comportamentos, gostos e preferências.

6.9 Temas, disciplinas e campos filosóficos

A Filosofia existe há 26 séculos. Durante uma história tão longa e de tantos períodos diferentes, surgiram temas, disciplinas e campos de investigação filosóficos, enquanto outros desapareceram. Desapareceu também a ideia de Aristóteles de que a Filosofia era a totalidade dos conhecimentos teóricos e práticos da humanidade.



Também desapareceu uma imagem que durou muitos séculos, na qual a Filosofia era representada como uma grande árvore frondosa, cujas raízes eram a metafísica e a teologia, o tronco era a lógica, os ramos principais eram a filosofia da natureza, a ética e a política e os galhos extremos eram as técnicas, as artes e as invenções. A Filosofia, vista como uma totalidade orgânica ou viva, era chamada de "rainha das ciências". Isso desapareceu.

Pouco a pouco, as várias ciências particulares foram definindo seus objetivos, seus métodos e seus resultados próprios e se desligaram da grande árvore. Cada ciência, ao se desligar, levou consigo os conhecimentos práticos ou aplicados de seu campo de investigação, isto é, as artes e as técnicas a ela ligadas.

As últimas ciências a aparecer e a se desligar da árvore da Filosofia foram as ciências humanas (psicologia, sociologia, antropologia, história, linguística, geografia, etc.). Outros campos de conhecimento e de ação abriram-se para a Filosofia, mas a ideia de uma totalidade de saberes que conteria em si todos os conhecimentos nunca mais reapareceu.

No século XX, a Filosofia foi submetida a uma grande limitação quanto à esfera de seus conhecimentos. Isso pode ser atribuído a dois motivos principais:

1. Desde o fim do século XVIII, com o filósofo Immanuel Kant, passou-se a considerar que a Filosofia, durante todos os séculos anteriores, tivera uma pretensão irrealizável. Que pretensão fora essa? A de que nossa razão pode conhecer as coisas tais como são em si mesmas. Esse conhecimento da realidade em si, dos primeiros princípios e das primeiras causas de todas as coisas chama-se metafísica.

Kant negou que a razão humana tivesse tal poder de conhecimento e afirmou que só conhecemos as coisas tais como são organizadas pela estrutura interna e universal de nossa razão, mas nunca saberemos se tal organização corresponde ou não à organização em si da própria realidade.

Deixando de ser metafísica, a Filosofia se tornou o conhecimento das condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro enquanto conhecimento possível para os seres humanos racionais.

A Filosofia tornou-se uma **teoria do conhecimento**, ou uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade humana de conhecer, e uma **ética**, ou estudo das condições de possibilidade da ação moral enquanto realizada por liberdade e por dever. Com isso, a Filosofia deixava de ser conhecimento do mundo em si e tornava-se apenas conhecimento do homem como ser racional e moral

2. Desde meados do século XIX, como consequência da filosofia de Augusto Comte - chamada de positivismo -, foi feita uma separação entre filosofia e ciências positivas (matemática, física, química, biologia, astronomia, sociologia).

As ciências, dizia Comte, estudam a realidade natural, social, psicológica e moral e são propriamente o conhecimento. Para ele, a Filosofia seria apenas uma reflexão sobre o significado do trabalho científico, isto é, uma análise e uma interpretação dos procedimentos ou das metodologias usadas pelas ciências e uma avaliação dos resultados científicos. A Filosofia tornou-se, assim, uma teoria das ciências ou epistemologia (epistémé, em grego, quer dizer "ciência").

A Filosofia reduziu-se, portanto, à teoria do conhecimento, à ética e à epistemologia. Como consequência dessa redução, os filósofos passaram a ter um interesse primordial pelo conhecimento das estruturas e formas de nossa consciência e também pelo seu modo de expressão, isto é, a linguagem.

O interesse pela consciência reflexiva ou pelo sujeito do conhecimento deu surgimento a uma corrente filosófica conhecida como **fenomenologia**, iniciada pelo filósofo alemão Edmund Husserl. Já o interesse pelas formas e pelos modos de funcionamento da linguagem corresponde a uma corrente filosófica conhecida como **filosofia analítica** cujo início é atribuído ao filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein.

No entanto, a atividade filosófica não se restringiu à teoria do conhecimento, à lógica, à epistemologia e à ética. Desde o início do século, a **história da filosofia** tornou-se uma disciplina de grande prestígio e, com ela, a **história das ideias** e a **história das ciências**.

Desde a Segunda Guerra Mundial, com o fenômeno do totalitarismo - fascismo, nazismo, stalinismo -; com as guerras de libertação "nacional" contra os impérios coloniais e as revoluções socialistas em vários países; desde os anos 1960, com as lutas contra ditaduras e com os movimentos por direitos (negros, índios, mulheres, idosos, homossexuais, loucos, crianças, os excluídos econômica e politicamente); e desde os anos 1970, com a luta pela democracia em países submetidos a regimes autoritários, um grande interesse pela **filosofia política** ressurgiu e, com ele, as críticas de ideologias e uma nova discussão sobre as relações entre a ética e a política, além das discussões em torno da **filosofia da história**.

Finalmente, desde o fim do século XX, o pós-modernismo vem ganhando preponderância. Seu alvo principal, como vimos, é a crítica de todos os conceitos e valores que, até hoje, sustentaram a Filosofia e o



pensamento dito ocidental: razão, saber, sujeito, objeto, história, espaço, tempo, liberdade, necessidade, acaso, natureza, homem, etc.

Quais são os campos próprios em que se desenvolve a reflexão filosófica nestes 26 séculos? São eles:

Ontologia ou **metafísica**: conhecimento dos princípios e fundamentos últimos de toda a realidade, de todos os seres;

Lógica: conhecimento das formas e regras gerais do pensamento correto e verdadeiro, independentemente dos conteúdos pensados; regras e critérios que determinam a forma dos discursos ou dos argumentos tanto para a demonstração científica verdadeira como para os discursos não-científicos; regras para a verificação da verdade ou falsidade de um pensamento ou de um discurso, etc.;

Epistemologia: análise crítica das ciências, tanto as ciências exatas ou matemáticas quanto as naturais e as humanas; avaliação dos métodos e dos resultados das ciências; compatibilidades e incompatibilidades entre as ciências; formas de relações entre as ciências, etc.;

Teoria do conhecimento ou estudo das diferentes modalidades de conhecimento humano: o conhecimento sensorial ou sensação e percepção; a memória e a imaginação; o conhecimento intelectual; a ideia de verdade e falsidade; a ideia de ilusão e realidade; formas de conhecer o espaço e o tempo; formas de conhecer relações; conhecimento ingênuo e conhecimento científico; diferença entre conhecimento científico e filosófico, etc.,

Ética: estudo dos valores morais (as virtudes), da relação entre vontade e paixão, vontade e razão; finalidades e valores da ação moral; ideias de liberdade, responsabilidade, dever, obrigação, etc.

Filosofia política: estudo sobre a natureza do poder e da autoridade; ideia de direito, lei, Justiça, dominação, violência; formas dos regimes políticos e suas fundamentações; nascimento e formas do Estado; ideias autoritárias, conservadoras, revolucionárias e libertárias; teorias da revolução e da reforma; análise e crítica das ideologias;

Filosofia da história: estudo sobre a dimensão temporal da existência humana como existência sociopolítica e cultural; teorias do progresso, da evolução e teorias da descontinuidade histórica; significado das diferenças culturais e históricas, suas razões e consequências;

Filosofia da arte ou estética: estudo das formas de arte, do trabalho artístico; ideia de obra de arte e de criação; relação entre matéria e forma nas artes; relação entre arte e sociedade, arte e política, arte e ética;

Filosofia da linguagem: a linguagem como manifestação da humanidade do homem; signos, significações; a comunicação; passagem da linguagem oral à escrita, da linguagem cotidiana à filosófica, à literária, à científica; diferentes modalidades de linguagem como diferentes formas de expressão e de comunicação;

História da filosofia: estudo dos diferentes períodos da Filosofia; de grupos de filósofos segundo os temas e problemas que abordam; de relações entre o pensamento filosófico e as condições econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade; mudanças ou transformações de conceitos filosóficos em diferentes épocas; mudanças na concepção do que seja a Filosofia e de seu papel ou finalidade.

7 PRÉ-SOCRÁTICOS: FÍSICOS E SOFISTAS

7.1 Sábios. Filósofos. Físicos. Sofistas

Entre todos os povos aparecem homens que se notabilizam por seu saber. Os gregos já tinham a memória de vários sábios ilustres quando, no século VI a.C., começaram a aparecer, nas colônias gregas da Jônia (Ásia Menor), os primeiros sábios de um tipo que a tradição posterior chamou filósofos. Eles não foram, provavelmente, vistos por seus contemporâneos como sendo essencialmente diferentes de outros sábios. Eram homens de grande saber, teórico e prático, aos quais foram atribuídos feitos notáveis, como prever eclipses, medir a distância de navios no mar (Tales), traçar mapas da Terra, construir relógios de sol (Anaximandro). Alguns desses feitos dependeram de conhecimentos astronômicos e matemáticos adquiridos provavelmente junto a sábios babilônios e egípcios. Não é por conta disso, pois, que esses primeiros filósofos se distinguiram de outros sábios.

Sua originalidade começa a aparecer melhor quando se consideram suas explicações sobre fenômenos naturais como a chuva, o raio, o trovão; suas descrições do cosmo; suas explicações sobre a origem mesma do universo. É na comparação dessas suas explicações sobre o mundo natural com aquelas dadas pelos mitos e pelas crenças populares que nos damos conta da emergência de algo novo: o uso da especulação racional na tentativa de compreender a realidade que se manifesta aos homens.



Durante todo o século VI, foi sobre a *physis*, o mundo natural, que se exerceu sobretudo a especulação racional dos gregos. A filosofia nasceu como física, e os primeiros filósofos foram, acertadamente, também chamados físicos.

Mas note-se que, apesar de nossa palavra física provir de *physis*, a realidade que os gregos chamaram por esse nome não corresponde exatamente àquela que é objeto da física atual. Os gregos não apreenderam a *physis*, por exemplo, num contraste com o biológico ou mesmo com o psíquico. Ao contrário. *Physis* vem de *phyein* (emergir, nascer, crescer, fazer nascer, fazer crescer) e designa tudo o que brota, cresce, surge, vem a ser.

O contraste que os gregos vão descobrir é entre *physis* e *nomos*, que se poderia entender, *grosso modo*, como o contraste entre ordem natural e ordem humana. Para nós, esse contraste pode parecer óbvio: de um lado, leis naturais - eternas, imutáveis, inexoráveis, leis que os homens podem descobrir, mas não constituir ou alterar, que podem usar em seu proveito, mas a que não podem deixar de submeter-se; e, de outro lado, leis humanas, escritas ou orais, costumes, regras de conduta, a própria linguagem - toda uma realidade que parece constituída pelo homem e dele dependente.

Esse contraste, entretanto, não é notado espontaneamente por qualquer cultura. Uma sociedade pré-filosófica pode apreender as leis e costumes sociais como tão inexoráveis quanto as leis naturais - umas e outras fundadas no sagrado, constituídas pela vontade divina. Foi a profunda dessacralização da sociedade grega que permitiu que, a partir do século V a. C., alguns sábios comesçassem a refletir sobre a natureza do *nomos*. Ora, o contato com culturas diferentes já havia revelado diversidade dos valores, das leis, dos costumes, das regras de conduta que regem as sociedades humanas. E esses sábios foram levados a concluir que o *nomos* não era "natural", mas sim produto da convenção humana. Esses sábios foram os sofistas.

Tendo assim tirado ao *nomos* seu fundamento absoluto, divino, os sofistas passavam a fundá-lo no próprio arbítrio dos homens. E esses homens, eles, sofistas, propunham educar, preparando-os para assumir plenamente sua condição de cidadãos. E ser bom cidadão consistia não apenas em bem conduzir-se, mas em ser capaz de bem administrar a cidade.

Fosse qual fosse o conteúdo do ensinamento sofístico, parte integrante dele era a técnica de bem compor discursos, de bem usar a palavra, de bem falar sobre todas as coisas. Ora, no regime democrático que então florescia em Atenas, aquele que tivesse o domínio da palavra teria o domínio da assembleia e, dessa forma, o poder político. Numa cultura em que o indivíduo se realiza dentro de sua *polis* (cidade-Estado) e em função dela, o sucesso na política se confundia com o sucesso pessoal, com a vida bem-sucedida, com a própria felicidade. Não havia, pois, saber mais cobiçado do que esse que os sofistas diziam ter e poder transmitir.

Para os atenienses em geral, Sócrates (469-399 a.C.) talvez fosse um sofista como os outros. Ele se ocupava do mesmo tipo de questões, tipicamente humanas, e vivia cercado de jovens ávidos de aprender. Platão, entretanto, marcou uma oposição fundamental entre Sócrates e os sofistas. Nada tendo escrito, o Sócrates que conhecemos é o personagem que aparece em quase todos os diálogos de Platão. Os escritos dos sofistas, por outro lado, foram todos perdidos, deles só restando fragmentos. Dessa forma, tanto de Sócrates quanto dos sofistas temos, praticamente, a imagem que deles nos deixou Platão. E, para Platão, enquanto Sócrates é o filósofo por excelência, os sofistas... esses, coitados, não são nem sábios nem filósofos. São charlatães, ilusionistas cujo saber se resume em "saber usar a palavra" e com ela criar, graças à ignorância do público a quem se dirigem, uma falsa aparência de saber.

É muito devido à imagem que Platão nos legou de Sócrates e dos sofistas que os historiadores da filosofia consagraram a expressão filósofos pré-socráticos, reconhecendo em Sócrates uma linha divisória, o momento em que a ênfase do pensamento racional mudou de objeto, passando da *physis* para o *nomos*. A reflexão sobre assuntos humanos já tinha sido, em verdade, inaugurada por sofistas anteriores a Sócrates; mas neles a história da filosofia, com ou sem justiça, não reconhece filósofos dignos desse nome.

Infelizmente, tanto dos físicos pré-socráticos quanto dos sofistas, todos os escritos foram perdidos; assim sendo, só podemos conhecê-los por fragmentos e pela doxografia. Mas tentaremos abordar os grandes temas de seu pensamento, dando, aqui e ali, amostras dos farrapos que foram preservados, ou dos testemunhos que nos chegaram sobre eles. Convém lembrar entretanto que esses testemunhos, sobretudo no caso dos sofistas, nem sempre tiveram a preocupação de fidelidade.



7.2. Meteorologia. Cosmologia. Cosmogonia

Algumas das questões que ocuparam os primeiros filósofos não nos parecem em absoluto "filosóficas". As respostas a essas questões, procuraríamos, hoje, de preferência nas ciências empíricas, como a física. São questões sobre fenômenos naturais como a chuva, o raio, o trovão, etc. (meteorologia); descrições do cosmo (cosmologia): explicações sobre a formação do universo (cosmogonia). Não existe, entretanto, diferença entre assuntos filosóficos e assuntos científicos quando começa a especulação racional. As ciências que hoje são empíricas nasceram "especulativas", e os resultados dessas especulações não podiam de forma alguma ser comprovados.

As respostas que os primeiros filósofos deram a algumas dessas questões podem não ser a última palavra que as ciências empíricas hoje nos dão, mas revelam intuições notáveis.

7.2.1 Meteorologia

[Segundo Anaximandro] os ventos produzem-se quando os vapores mais sutis do ar se separam e quando são postos em movimento por congregação; a chuva resulta da exalação que se eleva das coisas que estão ao sol, e o relâmpago origina-se sempre que o vento se desencadeia e fende as nuvens.

(Hipólito, Ref., I,6,7)

[...] Anaxímenes disse que as nuvens se produzem quando o ar se torna mais espesso; quando a sua compressão aumenta, a chuva é espremida, e o granizo forma-se quando a água se solidifica ao cair, e a neve, quando uma porção de vento é incluída com a umidade.

(Écio, III, 2)

Anaxímenes diz que a terra, ao ser sucessivamente molhada e dessecada, abre fendas, e é sacudida pelos cumes das montanhas que deste modo se fragmentam e caem dentro dela. Por isso, os tremores de terra ocorrem tanto nos períodos de seca como também nos de chuvas excessivas; pois durante os períodos de estiagem, como se disse, a terra seca se fende e, ao ser encharcada pelas águas, desfaz-se em pedaços.

(Aristóteles, Meteor., B 7, 365 b 6)

Chamamos ao reflexo do sol nas nuvens arco-íris. Por isso é sinal de tempestade; pois a umidade, que cobre a nuvem, ou cria vento ou derrama a chuva.

(Fr. 19, Σ BT in Iliadem 17, 547 [sobre Anaxágoras])

7.2.2. Cosmologia

Alguns há, como Anaximandro entre os antigos, que afirmam que ela [a Terra] se mantém imóvel devido ao equilíbrio. Pois convém que aquilo que está colocado ao centro, e está a igual distância dos extremos, de modo algum se desloque mais para cima ou para baixo ou para os lados; e é-lhe impossível mover-se simultaneamente em direções opostas, pelo que se mantém fixa, por necessidade.

(Aristóteles, De Coelo, B 13, 295 b 10)

[Segundo Anaximandro] os corpos celestes nascem como círculos de fogo separados do fogo do mundo e cercados de ar. Há respiradouros, aberturas como as da flauta, nos quais aparecem os corpos celestes; conseqüentemente, os eclipses dão-se quando os respiradouros são obstruídos. A Lua é vista ora a aumentar, ora a diminuir, consoante a obstrução ou abertura dos canais. O círculo do Sol é 27 vezes maior do que [a Terra, o da] Lua [18 vezes]; o Sol é o mais alto, e os círculos das estrelas fixas são os mais baixos.

(Hipólito, Ref., I, 6,4-5)

[Segundo Anaxímenes] A Terra, sendo plana, é transportada pelo ar, e semelhantemente o Sol, a Lua e os outros corpos celestes, todos eles ígneos, vão sobre o ar graças à sua configuração plana.

(Hipólito, Ref., I, 7,4)

Anaxímenes diz que os astros estão implantados, como pregos, no cristalino [...].

(Écio II, 14, 34)

[Segundo Anaxágoras] (6) O Sol, a Lua e todas as estrelas são pedras incandescentes que a rotação do éter faz girar consigo. Por baixo das estrelas estão certos corpos, invisíveis para nós, que giram com o Sol e a Lua. (7) Nós não sentimos o calor das estrelas porque elas estão muito longe da Terra; além disso,



elas não são tão quentes como o Sol, porque ocupam uma região mais fria. A Lua está abaixo do Sol e mais perto de nós. (8) O Sol excede o Peloponeso em tamanho. A lua não tem nenhuma luz' própria, mas obtém-na do Sol. As estrelas, na sua revolução, passam por baixo da Terra. (9) Os eclipses da Lua são devidos ao fato de ela ser ocultada 'pela Terra, ou às vezes pelos corpos abaixo da Lua; os do Sol, à interposição da Lua, quando é Lua nova [...] (10) [...] Ele sustentava que a Lua era feita de terra e tinha planícies e ravinas.

(Hipólito, Ref., 1,8,6-10)

7.2.3 Cosmogonia

Ele [Anaxíandro] diz que aquilo que produz, a partir do eterno, o calor e o frio se separou quando da geração deste mundo, e que a partir dele uma espécie de esfera de chamas se formou em volta do ar que circunda a Terra, como a casca em redor da árvore. Quando esta [a esfera] estalou e foi encerrada em determinados círculos, foi então que se formaram o Sol e a Lua e os astros.

(Pseudoplutarco, Strom, 2)

[...] e todas as coisas [segundo Anaxímenes] são produzidas por uma espécie de condensação, e depois rarefação, dele [se, do ar]. O movimento existe, de fato, desde todo o sempre; ele [Anaxímenes] diz que, quando o ar se comprime, logo se gera a Terra, a primeira de todas as coisas, completamente plana - por isso e conseqüentemente, ela é levada pelo ar; e o Sol e a Lua e os demais corpos celestes têm na Terra a origem do seu nascimento. Pelo menos, ele declara que o Sol é terra, mas que, devido à rapidez de seu movimento, obtém calor bastante.

(Hipólito, Ref., 1,7,5)

Leucipo sustenta que o todo é infinito [...] parte dele é cheia e parte vazia [...]. Daqui surgem os mundos inúmeros, e são dissolvidos de novo nestes elementos. Os mundos nascem da seguinte maneira: muitos corpos de todas as espécies de formas movem-se "por abscisão do infinito" para dentro de um grande vazio; aí se juntam e produzem um redemoinho único, no qual, colidindo uns com os outros e revolvendo-se de todas as maneiras, começam a separar-se semelhante para o semelhante. Mas, quando a sua quantidade os impede de continuar a rodar em equilíbrio, os que são finos saem em direção ao vazio circundante como que peneirados, enquanto os restantes "permanecem juntos" e, emaranhando-se, unem os seus movimentos e fazem uma primeira estrutura esférica. Essa estrutura está à parte como uma "membrana" que contém em si todas as espécies de corpos; e à medida que rodopiam, devido à resistência do meio, a membrana circundante torna-se fina, enquanto os átomos contíguos continuam a correr juntos, devido ao contato com o redemoinho. Assim, a Terra se gerou, permanecendo juntos nesse ponto os átomos, que tinham sido levados para o meio. Uma vez mais, a membrana que os contém aumenta, devido à atração dos corpos do exterior; à medida que gira no redemoinho, absorve tudo aquilo em que roda. Alguns desses corpos que se emaranham e formam uma estrutura que a princípio é úmida e lamacenta, mas à medida que revolvem com o redemoinho do todo, eles secam e então incendeiam-se para formar a substância dos corpos celestes.

(Diógenes Laércio, IX, 31 (DK 67 A1))

7.3 A busca de "princípios"

Mesmo na reflexão sobre a *physis*, há um aspecto ainda hoje reconhecidamente "filosófico": a busca de princípios. A física moderna tem muito a dizer sobre a formação do universo, e é capaz de reconstituir a sua história por bilhões e bilhões de anos. Mas quando chega no começo, no comecinho mesmo de tudo, no "princípio", aí, sentimos, a coisa vira "filosófica".

Como os textos dos pré-socráticos em grande parte se perderam, ao abordar o seu estudo é impossível evitar a perspectiva de Aristóteles, que foi o primeiro autor a se referir a eles de maneira sistemática. Ora, para Aristóteles, ciência é conhecimento pelas causas; e a primeira ciência é, evidentemente, a busca das primeiras causas, isto é, dos princípios. Mas princípio (em grego, *arché*) não é somente princípio no tempo. Seja no campo da física, da ética, da lógica ou de qualquer outra coisa, princípio é o fundamento, aquilo de- que todas as outras coisas são derivadas, ele próprio não sendo derivado nem deduzido de nada.

É na especulação que busca as causas, e sobretudo os princípios, que Aristóteles reconhece a marca do filósofo. E é com esse critério que ele aponta e fixa, para a história da filosofia, quem, antes dele, foi e quem não foi filósofo.

Acontece que, para Aristóteles, causa se diz em quatro sentidos: causa material (a matéria de que a coisa é feita); causa formal (a essência, isto é, aquilo que identifica a coisa como aquilo que ela,



fundamentalmente, é); causa eficiente (aquilo que produz a coisa); causa final (aquilo em vista do que a coisa é feita). Explicar a coisa cientificamente, para Aristóteles, significa explicar pelas quatro causas. A grande crítica que ele faz aos pensadores que o precederam é que eles se ocuparam só de uma ou duas causas; no caso dos físicos pré-socráticos, foi basicamente a causa material, ou melhor, o princípio material (uma vez que se tratava da primeira causa) que eles buscaram.

Os milésios

Os primeiros filósofos são da cidade de Mileto, e floresceram no século VI a.C.: Tales, Anaximandro, Anaxímenes. O ponto de partida de sua especulação parece ter sido a verificação da permanente transformação das coisas, umas nas outras, e sua intuição básica é de que todas as coisas são uma só coisa fundamental, ou um só princípio (arché). Aristóteles sugere que esse princípio ou arché deve ser entendido não apenas no sentido cronológico: não só aquilo a partir do que o mundo se formou no primeiro instante de sua formação, mas aquilo que a todo instante é a coisa fundamental e irreduzível que constitui todas as coisas. Para Tales, a arché é a água; para Anaximandro, o *apeiron* (infinito, indeterminado); para Anaxímenes, o ar.

Dos primeiros filósofos, a maioria considerou os princípios de natureza material como sendo os únicos princípios de tudo que existe. Aquilo de que são constituídas todas as coisas, o primeiro elemento de que nascem e o último em que se resolvem (persistindo a substância, mas mudando em suas determinações acidentais), a isso chamam eles o elemento e o princípio das coisas, julgando, por conseguinte, que nada é gerado ou destruído, já que essa espécie de entidade se conserva sempre, assim como não dizemos que Sócrates nasce quando se toma belo ou músico, ou que deixa de existir quando perde essas características, porque persiste o substrato em si, que é Sócrates.

Da mesma forma, dizem eles que nenhuma outra coisa nasce ou deixa de existir, pois deve existir alguma entidade - uma ou mais de uma - da qual se originam todas as coisas, enquanto ela própria se conserva. Nem todos eles concordam, porém, quanto ao número e à natureza desses princípios. Tales, o fundador desse tipo de filosofia, diz que o princípio é a água (por esse motivo afirmou que a Terra repousa sobre a água), sendo talvez levado a formar essa opinião, por ter observado que o alimento de todas as coisas é úmido e que o próprio calor é gerado e alimentado pela umidade: ora, aquilo de que se originam todas as coisas é o princípio delas. Daí lhe veio essa opinião, e também a de que as sementes de todas as coisas são naturalmente úmidas e de ter origem na água a natureza das coisas úmidas.

(Aristóteles, *Metafísica* A 983 b6)

Entre os que admitem um só princípio móvel e infinito, Anaximandro de Mileto, filho de Praxíades, sucessor e pupilo de Tales, disse que o princípio e elemento das coisas que existem era o *apeiron* (indefinido, ou infinito), tendo sido ele o primeiro a usar esse nome do princípio. Diz ele que não é nem a água nem qualquer outro dos chamados elementos, mas uma outra natureza *apeiron*, de que provêm todos os céus e os mundos neles contidos, E a fonte da geração das coisas que existem é aquela em que se verifica também a destruição "segundo a necessidade; pois pagam castigo e retribuição uns aos outros, pela sua injustiça, de acordo com o decreto do Tempo", conforme ele se exprime nesses termos um tanto poéticos.

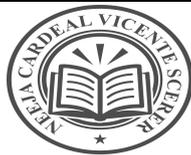
(Simplicio, *Phys.*, 24, 13; DK 12 A9)

Anaxímenes de Mileto, filho de Eurístrato, que foi companheiro de Anaximandro, diz, tal como este, que a natureza subjacente é una e infinita, mas não indefinida, como afirmou Anaximandro, mas definida, porquanto a identifica com o ar; e que ela difere na sua natureza substancial pelo grau de rarefação e de densidade. Ao tornar-se mais sutil transforma-se em fogo, ao tornar-se mais densa transforma-se em vento, depois em nuvem, depois (quando ainda mais densa) em água, depois em terra, depois em pedras; e as restantes coisas provêm destas. Ele admite também o movimento perpétuo, e que é ainda através dele que se verifica a mudança.

(Simplicio, *Phys.*, 24, 16)

Os pitagóricos

Para os pitagóricos, membros da escola fundada por Pitágoras de Samos (fl. 532-1 a.C.), o Limite e o Ilimitado são princípios, ao mesmo tempo, das coisas e dos números, uma vez que foram levados a afirmar que "as coisas são números". A afirmação parece estranha, mas há que lembrar que a noção de um inteligível puro só é nitidamente reconhecível em Platão. Antes dele, todas as coisas que "são" - e os números certamente "são" - são pensadas como sendo, de alguma forma, corpóreas. Essa doutrina



pitagórica parece estar ligada à importante descoberta - talvez do próprio Pitágoras - de que os intervalos musicais "concordantes" se podem exprimir em proporções numéricas simples entre os quatro primeiros números (oitava= 2:1; quinta= 3:2; quarta= 4:3). Ora, se a "harmonia" musical resulta da imposição do limite (proporções numéricas) na continuidade indefinida do som, talvez o Universo todo se explique pela imposição do limite no limitado; e se o que faz a harmonia é o número que constitui todas as coisas.

Contemporâneos desses filósofos [Leucipo e Demócrito] e anteriores a eles, os pitagóricos, como se lhes chama, dedicaram-se à matemática; foram os primeiros a fazer progredir o seu estudo e, por terem sido educados nela, pensavam que os princípios dela eram os princípios de todas as coisas. Visto que, de entre esses princípios, os números são por natureza os primeiros, e nos números eles pareciam ver muitas semelhanças com as coisas que existem e são geradas - mais do que no fogo, na terra e na água (e consoante as modificações dos números, assim teríamos a Justiça, ou a alma e a razão, ou a oportunidade - e, de modo semelhante, quase todas as outras coisas seriam numericamente exprimíveis); dado que, mais uma vez, eles viram ainda que os atributos e as proporções das escalas musicais eram exprimíveis por números; e uma vez que, portanto, todas as outras coisas pareciam, na sua natureza total, ser modeladas segundo números e que os números pareciam ser .as primeiras coisas no conjunto da natureza, eles supunham que os elementos dos números eram os elementos de todas as coisas, e que o céu inteiro era uma escala musical e um número [...]. É pois evidente que esses pensadores também consideram que o número é o princípio, não só enquanto matéria das coisas, mas também como agente das suas modificações e dos seus estados permanentes, e sustentam que os elementos do número são o par e o ímpar, e que destes, o primeiro é ilimitado e o segundo limitado; e o um deriva desses dois (pois é ao mesmo tempo par e ímpar) e contam a partir do um; e o céu inteiro, como já foi dito, é constituído por números.

(Aristóteles, Met. A 5, 985b 23)

7.4 A imortalidade da alma e a metempsicose

O pitagorismo foi, talvez mais que escola filosófica, uma verdadeira seita religiosa cujo principal fundamento era a crença na imortalidade da alma e na metempsicose. Aliás, o estudo das matemáticas (que se confundia com a filosofia, pois "tudo é número") era feito por promover a harmonia da alma com o cosmo, realizando assim uma *catharsis* (purificação), único meio de libertar a alma do ciclo das reencarnações. As crenças dos pitagóricos, estranhas à religião homérica (oficial), levaram-nos a ver no corpo uma prisão da alma. Esse desprezo e essa desconfiança em relação ao corpo e ao sensível, com ênfase na alma, no espiritual e no inteligível, são de consequências enormes para a história do pensamento filosófico, sobretudo pela influência que exerceram sobre Platão.

No entanto, o que se segue tornou-se conhecido de todos: primeiro que ele sustenta que a alma é imortal; em seguida, que ela se transforma noutras espécies de seres vivos; e ainda que os acontecimentos recorrem em certos ciclos, e que nada é jamais inteiramente novo; e finalmente, que todas as coisas vivas deveriam ser consideradas afins. Pitágoras parece ter sido o primeiro a trazer essas crenças para a Grécia.

(Porfírio, Vita Pythagorae, 19 [DK 14,8 a])

7.5 Sensível e inteligível. Pluralidade e unidade - Movimento e repouso

Sempre em busca dos princípios e da verdadeira natureza das coisas e do universo, alguns pensadores chegaram a certas intuições de grande importância filosófica,

Heráclito (fi. 504-501 a.C.)

Heráclito de Éfeso, cognominado o Obscuro, desenvolveu um pensamento rico e profundo, de difícil interpretação. Um dos aspectos mais destacados desse pensamento (talvez não tanto pelo próprio Heráclito, mas pelos seus seguidores contemporâneos de Platão) é relativo à impermanência das coisas. O mundo todo é visto como um fluxo incessante, onde só permanece estável e inalterável o *logos* (lei) que rege a inevitável transformação de todas as coisas.

Heráclito diz algures que tudo está em mudança e nada permanece parado, e, comparando o que existe à corrente de um rio, diz que não se poderia penetrar duas vezes no mesmo rio.

(Platão, Crátilo 402 a)



E afirmam alguns não que algumas coisas que existem estão em movimento e outras não, mas que tudo está em constante movimento, se bem que este fato escape à nossa percepção.

(Aristóteles, *Phys.* θ 3,253 b 9)

Parmênides (n. 515-510 a.C.)

Ao contrário de Heráclito, Parmênides de Eléia, verdadeiro fundador e figura máxima do eleatismo, vai afirmar a unidade e a imobilidade do ser. Provavelmente, dando-se conta de que a pesquisa sobre os princípios do universo equivalia a buscar "o que é" atrás das aparências ("o que parece") e das transformações ("o que se torna"), Parmênides vai prender-se à noção mesma do "ser", e descobrir as exigências lógicas dessa noção. No poema onde expõe seu pensamento, dois caminhos são colocados: "que é" e "que não é". O segundo revela-se impossível (nada corresponde a "não ser"). O caminho do ser, ao contrário, é necessário. A busca racional do "ser" vai revelar um ser uno, imutável, eterno (caso contrário, tem-se de apelar para a noção de não-ser, que é impossível). Talvez o modelo de ser para Parmênides seja o "ser verdade" de uma proposição matemática, que "é", e é. "necessária", "eterna", "imutável". Mas, sendo também cosmológica sua pesquisa, Parmênides acrescenta algumas descrições "físicas" a esse ser: é esférico, limitado, homogêneo (sem interstícios de "não ser"). Evidentemente, esse ser (lógico e cosmológico) de Parmênides não é corroborado pelos sentidos. Mas isso para Parmênides não parece ter importância: os sentidos não são instrumentos adequados para o conhecimento verdadeiro. Em face da óbvia contradição entre o ser revelado pela razão e aquele revelado pelos sentidos, Parmênides tem a audácia de afirmar a realidade do ser racional, pois só ele é inteligível (pode ser entendido).

Vamos e dir-te-ei - e tu escutas e levas as minhas palavras. Os únicos caminhos da investigação em que se pode pensar: um, o caminho que é e não pode não ser, é a via da Persuasão, pois acompanha a Verdade; o outro, que não é e é forçoso que não seja, esse, digo-te, é um caminho totalmente impensável. Pois não poderás conhecer o que não é (isso é impossível), nem declará-lo. (Fr. 2, Proclo, in Tim., 1, 345, 18 Diehl)

De um só caminho nos resta falar: do que é; e neste caminho há indícios de sobra de que o que é é incriado e indestrutível, porque é completo, inabalável e sem fim. Não foi no passado nem será no futuro, uma vez que é agora, ao mesmo tempo, uno, contínuo; pois, que origem lhe poderá encontrar? Como e de onde surgiu? Nem eu te permitirei dizer ou pensar "a partir daquilo que não é", pois não é para ser dito nem pensado o que não é. E que necessidade o teria impelido a surgir, se viesse do nada, num momento posterior de preferência a um anterior? Portanto é forçoso ou que seja inteiramente, ou nada. Nem a força da verdadeira crença permitirá que, além do que é, possa algo surgir também do que não é; por isso, a Justiça não solta as algemas de deixar nascer ou perecer, antes as segura. Acerca disto a decisão reside neste fato: é ou não é. Decidido está pois, como é de necessidade, deixar um dos caminhos como impensável e indizível - pois não é o caminho verdadeiro - e que o outro é real e verdadeiro. Como poderia o que é perecer depois disso? E como poderia ser gerado? Porque se foi gerado, não é, nem se o vai ser no futuro. Assim a geração se extingue e a destruição é impensável. Também não é divisível, pois que é homogêneo; nem é mais' aqui e menos além, o que lhe impediria a coesão, mas tudo está cheio do que é. Por isso, é todo contínuo; pois o que é adere intimamente ao que é. Mas, imobilizado nos limites de cadeias potentes, é sem princípio ou fim, uma vez que a geração e a destruição foram afastadas, repelidas pela convicção verdadeira. É o mesmo, que permanece no mesmo e em si repousa, ficando assim fume no seu lugar. Pois a forte Necessidade o retém nos liames dos limites, que de cada lado o encerra, porque não é lícito ao que é ser ilimitado; pois de nada necessita - se assim não fosse, de tudo careceria. Mas uma vez que tem um limite extremo, está completo de todos os lados; à maneira da massa de uma esfera bem rotunda, em equilíbrio a partir do centro, em todas as direções; pois não pode ser algo mais aqui e algo menos ali. Porque nem há o que não é, o qual poderia impedi-lo de encontrar o seu igual, nem o que é pode ser mais aqui e menos ali do que aquilo que é, visto ser todo inviolável; pois sendo igual a si próprio em todos os lados, repousa uniformemente dentro dos seus limites. [...]

(Fr. 8, Simplicio. *Phys.*, 145, I)

7.6 Como defender uma tese - mostrando o absurdo da tese contrária

As conclusões paradoxais (como a negação do movimento) a que foi levado Parmênides, ao afirmar a unidade do ser, foram, como é de esperar, objeto de escândalo e zombarias. Seu discípulo Zenão (n.c. 490/485 a.C.) defendia o mestre mostrando que admitir a pluralidade levava não só a conclusões ainda mais absurdas, mas também a concluir a impossibilidade do movimento. Desde que apareceram, os



argumentos de Zenão foram, e continuam a ser, objeto de muitas tentativas de refutação. É duvidoso que alguma delas tenha sido bem-sucedida.

Argumentos contra a pluralidade

Dos 40 argumentos que, segundo Procleo, Zenão compôs contra a pluralidade, chegaram dois até nós, transmitidos por Simplício (*Phys.*, 140, 29-141,1). São eles, em paráfrase:

1. Se a pluralidade existe, as coisas serão ao mesmo tempo limitadas e infinitas em número.

De fato, se há uma pluralidade de coisas, elas serão tantas quantas são, nem mais nem menos. Há pois um número limitado de coisas.

Por outro lado, se há mais de uma coisa, entre a primeira e a segunda haverá necessariamente uma terceira coisa (caso contrário, a primeira e a segunda farão uma coisa só). E entre a primeira e a terceira haverá uma quarta; e assim ao infinito. Haverá pois um número infinito de coisas.

2. Se a pluralidade existe, as coisas, ao mesmo tempo, serão infinitas em tamanho e não terão tamanho algum.

De fato, se uma coisa qualquer é formada de partes (pluralidade), ou bem essas partes têm tamanho ou bem não têm. Mas, se a parte não tem tamanho algum (magnitude 0), a coisa formada por elas tampouco terá tamanho ($0 + 0 + 0 + 0 \dots = 0$, poderíamos dizer); e pois essa coisa nem existe.

Se a coisa existe, é preciso que tenha magnitude, e é portanto formada de partes que têm tamanho, e assim uma certa espessura. Mas entre uma parte e a seguinte, isto é, entre duas espessuras, há uma espessura (caso contrário, as duas primeiras espessuras não seriam duas partes mas uma só), e entre a primeira espessura e essa última uma outra etc., ao infinito. Por menor que seja a espessura, há um número infinito delas, e, assim sendo, a coisa será de tamanho infinito. (Sendo 1 a espessura mínima, podemos dizer: $1 + 1 + 1 + 1 \dots$ ao infinito = infinito.)

Argumentos contra o movimento

Nos dois primeiros argumentos (dicotomia e Aquiles), Zenão parece pressupor o espaço e o tempo como formados de partes infinitamente divisíveis; nos dois últimos (flecha e estádio), como formados de unidades indivisíveis.

Parece que Zenão quer mostrar que a pluralidade, quer entendida de uma forma ou de outra (quer como pluralidade de partes infinitamente divisíveis, quer como pluralidade de unidades indivisíveis), é incompatível com o movimento.

Em paráfrase, são os seguintes os argumentos contra o movimento, apresentados por Aristóteles em Física VI, 239 b 9 ss.

1) dicotomia

Situação imaginada: um móvel que está no ponto A e deve atingir o ponto B.

O movimento é impossível, diz o argumento, porque, antes de atingir B, é preciso que o móvel atinja o meio caminho entre A e B (seja C); e, antes de atingir C, deve atingir o meio caminho entre A e C; e assim ao infinito.

2) Aquiles (e a tartaruga)

Situação imaginada: uma competição entre um corredor rápido e um lento (tradicionalmente, Aquiles e uma tartaruga). É dada uma vantagem inicial à tartaruga.

É impossível a Aquiles alcançar a tartaruga, diz o argumento, porque, quando ele atinge o ponto de onde ela partiu (seja A), ela já está em B (pois, embora lentamente, a tartaruga não para de se mover); e quando Aquiles atinge B a tartaruga já está em C; e assim ao infinito.

3) flecha

Situação imaginada: uma flecha em voo. Considera-se a flecha em cada instante (indivisível) de tempo.

Uma flecha que voa está em repouso, diz o argumento, pois um objeto está em repouso quando ocupa um espaço igual às suas próprias dimensões. Ora, a flecha em voo ocupa, em qualquer instante, um espaço igual às suas dimensões. Logo, a flecha em voo está em repouso.

4) estádio

Situação imaginada: três séries constituídas de igual número de corpos do mesmo tamanho: uma estacionária (seja A1 A2 A3 A4); e duas (sejam B1 B2 B3 B4 e C1 C2 C3 C4) que se movem em direções opostas, numa pista de corridas (estádio). A um certo ponto, as três séries estarão enfileiradas. Podemos representar a situação pelo seguinte diagrama:

Situação inicial	Situação final
A1 A2 A3 A4	A1 A2 A3 A4
B4 B3 B2 B1	B4 B3 B2 B1



C1 C2 C3 C4

C1 C2 C3 C4

Considerando a situação descrita acima, o quarto argumento de Zenão conclui que a metade de um dado tempo é igual ao dobro desse tempo.

O argumento é mais fácil de entender (note-se que o próprio Aristóteles parece não ter entendido direito) se imaginarmos que os vários corpos (todos do mesmo tamanho) são unidades mínimas de comprimento. Ora, na hipótese que Zenão parece estar pressupondo nesse argumento (espaço e tempo formados de unidades mínimas, isto é, indivisíveis), uma unidade mínima de espaço só pode ser percorrida numa unidade mínima de tempo, uma vez que são ambas indivisíveis. Na situação acima, vê-se, B1 percorreu duas unidades mínimas de espaço (A3 A4), portanto, em duas unidades mínimas de tempo, no mesmo tempo em que C1 percorreu quatro unidades mínimas de espaço (B1 B2 B3 B4), logo, em quatro unidades mínimas de tempo. Portanto, um dado tempo (duas unidades mínimas) é igual ao dobro desse mesmo tempo (quatro unidades mínimas).

7.7. Como vir a ser sem vir do não-ser

Foi enorme o impacto das reflexões de Parmênides sobre o ser. A partir dele, qualquer filósofo que quisesse "salvar" a multiplicidade e o movimento (e com isso o mundo sensível) teve de levar em conta que o ser não pode provir do não-ser, nem se anular no não-ser, pois "o não-ser não é". A maneira de resolver o problema foi romper com o monismo milésio e postular a existência de mais de um princípio, isto é, mais de um ser, cada um dos quais com pelo menos uma das características do ser de Parmênides: a eternidade (os princípios não são nem gerados nem corruptíveis).

Empédocles (fi. 444-441 a.C.)

Empédocles de Agrigento fixou quatro princípios materiais, que ele chamou "raízes" e a física posterior chamou "elementos": terra, água, ar e fogo. Dois outros princípios, o amor e a discórdia, agem como verdadeiras "causas eficientes", no vocabulário de Aristóteles, um associando, outro dissociando os elementos.

"Nascer" e "vir a ser" não significam geração a partir do não-ser, mas associações dos elementos, isto é, de seres. "Morrer", "corromper-se" não são anulação no não-ser, mas dissociação dos elementos, cada um dos quais eterno e incorruptível como o ser de Parmênides.

Mas anda, atenta nas minhas palavras, pois aprender aumenta a sagesa, Como disse anteriormente, quando declarei os limites das minhas palavras, vou contar uma dupla história: de uma vez, cresceu para ser um só a partir de muitos, doutra, dividiu-se outra vez para ser muitos a partir de um, o fogo e a água e a terra e a vasta altura do ar, e também a Discórdia temível separada destes, em toda parte igualmente equilibrada, e o Amor no meio deles, igual em comprimento e largura. Para ele olha com o espírito e não fiques com os olhos ofuscados; pois ele é reconhecido como inato nos membros mortais; por ele, são eles capazes de pensamentos bons e de praticar obras de concórdia, dando-lhe o nome de Alegria e Afrodite. Nenhum homem mortal o conhece, quando ele rodopia no meio dos outros; mas presta atenção à ordenação do meu discurso que não engana. Pois todos esses são iguais e de idade igual, mas cada um tem uma prerrogativa diferente e o seu próprio caráter, e prevalece cada um, por sua vez, à medida que o tempo gira. E além destes, nada mais se gera nem cessa de existir; porque se estivessem a ser continuamente destruídos, já não existiriam; e que poderia aumentar esse todo e de onde poderia vir? E como poderiam essas coisas perecer também, visto que nada está vazio delas? Não, há somente estas coisas, e correndo uma pelas outras, elas tornam-se umas vezes isto, outras aquilo, e permanecem, contudo, sempre como são.

(Fr. 17, v. 14, Simplicio, *Phys.*, 158, 13)

Anaxágoras (n. 500-499 - m. 428-7 a.C.)

Anaxágoras de Clazômenas tenta superar a dificuldade levantada por Parmênides, postulando: 1) que são princípios todos os homeômeros (coisas infinitamente divisíveis em partes qualitativamente iguais ao todo e entre si); 2) que há uma porção de todas as coisas em todas as coisas - embora numa coisa haja mais porções daquilo que a identifica; exemplo: no ouro (que é homeômero) há porções de todas as coisas (todos os homeômeros), mas há mais ouro que qualquer outra coisa, e é por isso que o ouro é ouro. Assim sendo, nunca há geração de ser (exemplo: ser carne) a partir de não ser (exemplo: a partir de trigo, que é "não ser carne"). No caso da nutrição, que parece ser o modelo sobre o qual Anaxágoras refletiu o vir-a-ser, come-se trigo, porém não é o trigo que se torna carne, mas a carne que há no trigo que se adiciona à carne de quem se alimenta.



[...] Anaxágoras postulava uma infinidade de princípios, nomeadamente as homeomerias e os opostos conjuntamente... A teoria de Anaxágoras, de que os princípios são infinitos em número, foi provavelmente devida à sua aceitação da opinião comum dos físicos, de que nada nasce do não ser. Pois essa é a razão por que eles usam a frase "todas as coisas estavam juntas", e o nascer de tal ou tal espécie de coisas reduz-se a uma mudança de qualidade, ao passo que outros falam de combinação e separação. Além disso, o fato de os opostos provirem uns dos outros levou-os à mesma conclusão. Um, raciocinavam eles, já deve ter existido no outro: pois, visto que tudo o que nasce tem de surgir ou do que é ou do que não é, e lhe é impossível surgir do que não é (neste ponto todos os físicos concordam), eles pensavam que se seguia necessariamente a verdade da alternativa, a saber, que as coisas nascem a partir de coisas que são, isto é, de coisas já presentes, mas imperceptíveis para os nossos sentidos em virtude da pequenez de seu tamanho. Assim, eles afirmam que todas as coisas estão misturadas em tudo, porque viam que tudo procedia de tudo: mas as coisas, como eles dizem, parecem diferentes umas das outras e recebem nomes diferentes conforme a natureza da coisa que é numericamente predominante entre os inúmeros constituintes da mistura.

(Aristóteles, *Phys.*, A 4,187 a 23)

Os atomistas

Para os atomistas, dentre os quais os mais importantes foram Leucipo (fi. 440-35) e *Demócrito* (n. 460-457), o não-ser, identificado com o Vazio, tem tanta existência quanto os seres, que nele se movem. Os seres são os átomos, infinitos em número e em forma, mas cada um dos quais com as propriedades do ser único de Parmênides: eternidade, indestrutibilidade, homogeneidade, indivisibilidade etc. Como no caso de Empédocles, a geração e a destruição das coisas são explicadas por associação e dissociação de seres (átomos), eles mesmos não gerados e indestrutíveis.

Pois alguns dos primeiros filósofos pensavam que aquilo que existe tem necessariamente de ser uno e imóvel, pois o vazio é não-ser; o movimento seria impossível sem um vazio à parte da matéria; nem podia haver uma pluralidade de coisas sem algo para as separar...

Mas Leucipo pensava que tinha uma teoria que, estando de acordo com a percepção dos sentidos, não aboliria o nascer ou a morte ou o movimento ou a multiplicidade das coisas. Isso concedia ele às aparências, enquanto que àqueles que defendem o uno, ele concedia que o movimento é impossível sem o vazio, que o vazio é não-ser e que nenhuma parte do ser é não-ser. Pois ser, no verdadeiro sentido, é um *plenum* absoluto. Mas um tal *plenum* não é uno, mas há um número infinito deles, e são invisíveis devido à pequenez do seu tamanho. Eles movem-se no vazio (pois o vazio existe) e ao juntar-se produzem o nascimento, ao separar-se a morte.

(Aristóteles, *De gen. et corr.*, A 8, 325 a 2)

Leucipo e seu associado Demócrito sustentam que os elementos são o cheio e o vazio; eles chamam-lhes ser e não-ser respectivamente. Ser é cheio e sólido, não-ser é vazio e não-denso. Visto que o vazio existe em não menor grau que o corpo, segue-se que o não-ser não existe menos do que o ser. Os dois juntos são as causas materiais das coisas existentes. E tal como aqueles que fazem a substância uma subjacente gerar outras coisas pelas suas modificações, e postulam a rarefação e condensação como origem dessas modificações, da mesma maneira também esses homens dizem que as diferenças dos átomos são as causas das outras coisas. Eles sustentam que essas diferenças são três - forma, disposição e posição; o ser, dizem eles, difere só em "ritmo, contato e revolução" dos quais o "ritmo" é a forma, o "contato" é a disposição e a "revolução" é a posição; pois A difere de N na forma, AN de NA na disposição e Z e N na posição.

(Aristóteles, *Met.* A 4 985 b 4)

7.8. Os sofistas entram em cena

Ao tempo em que florescia Demócrito, já tinham feito sua entrada no cenário intelectual de Atenas alguns dos maiores sofistas: *Górgias de Leôncio* (483-375), e primeiro dos grandes mestres de retórica; *Protágoras de Abedera* (c. 480-410), conhecido por seu relativismo em matéria de conhecimento; *Hípias de Elis*, célebre por sua polimatia.

A palavra sofista não teve, originalmente, o sentido pejorativo que lhe impôs Platão. Os sofistas foram, na verdade, reputados como grandes mestres, e a eles acorriam quantidades de jovens bem-nascidos, dispostos a pagar muito dinheiro para aprender e que eles apregoavam ensinar.



Fosse qual fosse e conteúdo de seu ensinamento, e que o jovem buscava junto ao sofista era, fundamentalmente, a *areté*, qualidade indispensável para se tornar um cidadão bem-sucedido, quer na vida privada, quer na pública.

(Sócrates narra a um amigo um encontro dele e de seu jovem amigo Hipócrates com Protágoras).

Sócrates - Depois de todos nos termos sentado, começou Protágoras: - Repete agora, Sócrates, aos presentes o que há pouco me disseste a respeito deste moço.

Respondi-lhe: - Começarei, Protágoras, como antes, expondo o objeto de nossa visita. Hipócrates, aqui presente, deseja muito tomar aulas-contigo, e diz que de bom grado ficaria sabendo as vantagens que lhe adviriam de tua companhia. Cifra-se nisso nosso discurso.

Tomando a palavra, falou Protágoras: - Jovem, no caso de frequentares minhas aulas, desde o primeiro dia de conversação, retomarás para casa melhor do que eras, o mesmo acontecendo no dia seguinte e nos subsequentes, acentuando-se cada dia mais o teu progresso.

Ouvindo-o falar dessa maneira, retruquei-lhe: - Não disseste nada extraordinário, Protágoras, ao contrário: é muito natural, pois tu mesmo, apesar de tão idoso e de tão sábio, te tornarias melhor se alguém te ensinasse o que ignoras. Porém não é isso o que desejamos saber. Vou dar-te um exemplo: se Hipócrates mudasse repentinamente de ideia e revelasse o desejo de frequentar a companhia desse moço que se estabeleceu recentemente entre nós, Zeuxipo, de Heracléia, e indo procurá-lo, como faz agora contigo, ouvisse o que acabou de escutar de tua boca, que em cada dia passado em sua companhia ele se tornaria melhor e faria progressos, e por fim lhe perguntasse: em que dizes que me tornarei melhor e farei progresso? Sem dúvida Zeuxipo lhe responderia que era na arte da pintura. E no caso de procurar Protágoras, o tebanos, e dele ouvisse o mesmo que lhe disseste, e, depois lhe perguntasse em que ele ficaria cada dia melhor em sua companhia, Protágoras lhe responderia que era na arte de tocar flauta. O mesmo deves responder a este jovem e a mim, que te falo em seu nome. Hipócrates aqui presente, desde o primeiro dia de sua convivência com Protágoras, voltará melhor para casa, e em cada dia que passar fará maior progresso... em quê, Protágoras, e a respeito de quê?

Depois de eu ter falado, me respondeu Protágoras: - Sabes formular questões, Sócrates, e eu sinto especial prazer em responder aos que bem perguntam. Na minha companhia, Hipócrates não terá de suportar as maçadas a que ficaria sujeito se viesse a frequentar outro sofista.

Os demais sofistas abusam dos moços; quando estes já se julgam livres do estudo das artes, a seu mau grado os sofistas os reconduzem para elas, ensinando-lhes cálculo, astronomia, geometria e música - assim falando, lançou um olhar para Hípias -; vindo ele, porém, estudar comigo, não se ocupará senão com o que se propusera estudar quando resolveu procurar-me. Essa disciplina é a prudência [euboulia] nas suas relações familiares, o que o porá em condições de administrar do melhor modo sua própria casa e, nos negócios da cidade, o deixará mais do que apto para dirigir-los e discorrer sobre eles.

- Será que apanhei bem o sentido do que disseste? perguntei; quero crer que te referes à arte da política e que prometes fazer bons cidadãos.

- Nisso mesmo, Sócrates - respondeu - é que minha profissão consiste.

(Platão, Protágoras, 318a-319a)

7.9. A retórica. Técnica de persuasão vazia de conteúdo

No regime democrático que vigorava em Atenas, o exercício da função política dependia de bom uso da palavra. E os sofistas foram mestres na arte de bem falar, tanto em discursos longos quanto breves (perguntas e respostas).

Platão viu, nesse ensino sofisticado, um perigo para a cidade. A principal razão de sua má vontade em relação à retórica sofisticada parece ter sido o fato de ser ela uma técnica puramente formal de persuasão. O bom orador é aquele que sabe persuadir qualquer um de qualquer coisa.

(Górgias, professor de retórica, está sendo interrogado por Sócrates sobre a sua arte)

Górgias: - [...] a retórica, por assim dizer, abrange o conjunto das artes, que ela mantém sob sua autoridade. Vou apresentar-te uma prova eloquente disso mesmo. Por várias vezes fui com meu irmão ou com outros médicos à casa de doentes que se recusavam a ingerir remédios ou a se deixar amputar ou cauterizar; e, não conseguindo o médico persuadi-lo, eu o fazia com a ajuda exclusiva da arte da retórica. Digo mais: se, na cidade que quiseres, um médico e um orador se apresentarem a uma assembleia do povo ou a qualquer outra reunião para argumentar sobre qual dos dois deverá ser escolhido como médico, não contaria o médico com nenhuma probabilidade para ser eleito, vindo a sê-lo, se assim o desejasse, o que soubesse falar bem. E se a competição se desse com representantes de qualquer outra profissão, conseguiria fazer eleger-se o orador de preferência a qualquer outro, pois não há assunto sobre que ele



não possa discorrer com maior força de persuasão diante do público do que qualquer profissional. Tal é a natureza e a força da arte da retórica | [...] É fora de dúvida que o orador é capaz de falar contra todos a respeito de qualquer assunto, conseguindo, por isso mesmo, convencer as multidões melhor do que qualquer pessoa, e, para dizer tudo, no assunto que bem lhe parecer. [...]

(Platão, Górgias 456b-457a)

7.10 O homem é a medida de todas as coisas

A retórica sofística - que se apresenta como uma técnica capaz de persuadir qualquer um de qualquer coisa - pressupõe uma tese de gravíssimas consequências para quem, como Platão, quer estabelecer a política como ciência: o relativismo do conhecimento. De fato, a existência de um conhecimento absoluto, verdadeiro, limita o jogo da retórica: àquele que realmente sabe, não é possível persuadir do contrário. O sofista vai, pois, negar que exista a verdade, ou pelo menos a possibilidade de acesso a ela. Para o sofista, só existem opiniões: boas e más, melhores e piores, úteis e prejudiciais, mas jamais falsas e verdadeiras. Na formulação clássica de Protágoras, "o homem é a medida de todas as coisas".

(Sócrates e Teeteto estão à procura de uma definição do conhecimento)

Sócrates: - [...] Volta pois para o começo, Teeteto, e procura explicar o que é conhecimento. Não me digas que não podes; querendo Deus e dando-te coragem, poderás.

Teeteto: - Realmente, Sócrates, exortando-me como o fazes, fora vergonhoso não me esforçar para dizer com franqueza o que penso. Parece-me, pois, que quem sabe alguma coisa sente o que sabe. Assim, o que se me afigura neste momento é que conhecimento não é mais do que sensação.

Sócrates: - Bela e corajosa resposta, menino. É assim que devemos externar o pensamento. Porém, examinemos juntos se se trata de um fato viável ou de mera aparência. Conhecimento, disseste, é sensação?

Teeteto: - Sim.

Sócrates: - Talvez tua definição de conhecimento tenha algum valor; é a definição de Protágoras; por outras palavras ele dizia a mesma coisa. Afirmava que o homem é a medida de todas as coisas, das que são que elas são, das que não são que elas não são. Decerto já leste isso?

Teeteto: - Sim, mais de uma vez.

Sócrates: - Não quererá ele, então, dizer que as coisas são para mim conforme me aparecerem, como serão para ti segundo te aparecerem? Pois eu e tu somos homens.

Teeteto: - É isso precisamente o que ele diz.

(Platão, Teeteto 151d-152b)

7.11 É impossível aprender

Os sofistas foram mestres em articular argumentos capciosos. Alguns deles, entretanto, não são "sofísticos" (argumentos falsos); revelam, ao contrário, sérias dificuldades filosóficas. Um dos mais interessantes é o argumento sobre a impossibilidade de adquirir conhecimento, isto é, de aprender.

Sócrates: [...] Neste momento, a propósito da virtude, eu não sei absolutamente o que ela é; tu talvez soubesses, antes de te aproximares de mim, agora porém parece não saberes mais. Entretanto, estou disposto a examinar e a procurar junto contigo o que ela possa ser.

Menon: - Mas de que maneira procurarás, Sócrates, aquilo que não sabes absolutamente o que seja? Dentre tantas coisas que desconheces, qual te proporás procurar? E, se por um feliz acaso te deparares com ela, como saberás que é aquilo que desconhecias?

Sócrates: - Compreendo, Menon, a que fazes alusão. Percebes tudo que há de capcioso na tese que me expões, a saber, que, por assim dizer, não é possível a um homem procurar nem o que ele sabe nem o que ele não sabe? Nem, por um lado aquilo que ele sabe, ele não procuraria, pois ele o sabe, e, nesse caso, ele não tem absolutamente necessidade de procurar; nem, por outro lado, o que ele não sabe, pois ele não sabe nem mesmo o que procurar.

(Platão, Menon 80d-81a)

7.12. O sofista sabe tudo

Um dos aspectos da sofística que mais se presta à crítica de Platão é a polímata. Aliás, é uma consequência também ligada à técnica retórica para persuadir qualquer um de qualquer coisa, é preciso ser capaz de falar, e bem falar, sobre qualquer coisa. Num certo sentido, é preciso saber tudo. Mas saber tudo é impossível, argumenta Platão. Logo, o saber sofístico é uma aparência, a retórica é necessariamente uma arte de engodo e o sofista é um grande charlatão.

Estrangeiro: - [...] Mas, na realidade, o que parece essencialmente próprio a esta arte de discussão não é uma aptidão sempre pronta a discutir seja o que for, a propósito de qualquer assunto?



Teeteto: - Pelo menos, ao que parece, quase nenhum assunto lhe escapa.

Estrangeiro: - Mas, pelos deuses, meu jovem amigo, tu acreditas ser isso possível? Talvez vós, jovens, o percebaís com olhares mais penetrantes, e nós, com vistas menos sensíveis.

Teeteto: - Como assim? Em que pensas, precisamente? Ainda não percebi claramente a questão que propões.

Estrangeiro: - Se é possível que um homem saiba tudo.

Teeteto: - Se assim fosse, estrangeiro, nós seríamos felizes.

Estrangeiro: - Como poderia então o incompetente, ao contradizer alguém competente, jamais dizer qualquer coisa de verdadeiro?

Teeteto: - De modo algum.

Estrangeiro: - O que então poderia dar à sofística este poder prestigioso?

Teeteto: - Qual?

Estrangeiro: - Como chegam esses homens a incutir na juventude que somente eles, e a propósito de todos os assuntos, são mais sábios que todo o mundo? Pois, na realidade, se como contraditores não tivessem razão, ou não parecessem, a essa juventude, ter razão; se, mesmo assim, a sua habilidade em discutir não desse algum brilho à sua sabedoria, então seria caso de dizer, como tu, que ninguém viria voluntariamente dar-lhes dinheiro para deles aprender estas duas artes [a arte de discutir assuntos particulares e arte de discutir assuntos públicos].

Teeteto: - Certamente.

Estrangeiro: - Ora, na verdade, os que os procuram o fazem voluntariamente.

Teeteto: - E bem voluntariamente.

Estrangeiro: - É que, ao que creio, eles parecem ter uma sabedoria pessoal sobre todos os assuntos que contradizem.

Teeteto: - Irrecusavelmente.

Estrangeiro: - F. assim fazem a propósito de tudo, segundo cremos?

Teeteto: - Sim.

Estrangeiro: - Dão então a seus discípulos a impressão de serem oniscientes.

Teeteto: - Como não!

Estrangeiro: - E sem o ser, na realidade; pois, como vimos, isso seria impossível.

Teeteto: - E corno não haveria de ser impossível?

Estrangeiro: - Ao que vemos, pois, o que traz o sofista é uma falsa aparência de ciência universal, mas não a realidade.

[...]

Estrangeiro: - E então? Quando se afirma que tudo se sabe e que tudo se ensinará a outrem, por quase nada, e em pouco tempo, não é o caso de pensar que se trata de uma brincadeira?

[...]

Estrangeiro: - Assim, o homem que se julgasse capaz, por uma única arte, de tudo produzir, como sabemos, não fabricaria, afinal, senão imitações homônimos das realidades. Hábíl na sua técnica de pintar, ele poderá, exibindo de longe os seus desenhos, aos mais ingênuos meninos, dar-lhes a ilusão de que poderá igualmente criar a verdadeira realidade, e tudo o que quiser fazer.

Teeteto: - Sem dúvida.

Estrangeiro: - Não devemos admitir que também o discurso permite uma técnica por meio da qual se poderá levar aos ouvidos de jovens ainda separados por uma longa distância da verdade das coisas palavras mágicas, e apresentar, a propósito de todas as coisas, ficções verbais, dando-lhes assim a ilusão de ser verdadeiro tudo o que ouvem e de que, quem assim lhes fala, tudo conhece, melhor que ninguém"?

(Platão, Sofista, 232c-234c)

7.13 A disputa verbal: a erística

Sócrates, havia desenvolvido um método de pesquisa, que procedia por questões e respostas, chamado dialética. A dialética socrática consistia, em grande parte, em refutar teses apresentadas pelo interlocutor. Mas a refutação socrática tinha uma intenção catártica, isto é, purificadora. Sócrates pretendia purificar o interlocutor das opiniões falsas que ele tinha a respeito daquilo que era objeto da pesquisa. Com isso, forçava um novo ponto de partida que permitisse, eventualmente, chegar ao conhecimento da verdade.

Ao tempo da velhice de Sócrates começaram a surgir sofistas que, talvez remedando a dialética socrática, se especializaram em uma técnica de agonística (disputa) verbal, também conhecida como



erística. Ao contrário de Sócrates, esses sofistas não tinham o menor interesse em alcançar conhecimento algum. O que eles queriam era ridicularizar o adversário, confundi-lo, refutá-lo a qualquer preço, ganhando assim a disputa. Para isso, não tinham o menor escrúpulo em viciar os argumentos, criando dessa forma os argumentos conhecidos como argumentos sofisticos, argumentos erísticos ou simplesmente sofismas.

No diálogo *Eutidemo*, Platão caricatura cruelmente dois desses especialistas em luta verbal, os irmãos Eutidemo e Dionisodoro. Da impressionante enxurrada de sofismas que saem de suas bocas, alguns não deixam de ser filosoficamente interessantes, como aqueles que negam a possibilidade da falsidade e da contradição no discurso e na opinião.

(Sócrates narra para um amigo o encontro que ele e um grupo de amigos e apaixonados do jovem Clíncias tiveram com os irmãos Eutidemo e Dionisodoro. Os amigos estão empenhados em que Clíncias receba uma boa educação, que se torne "sábio")

Sócrates [narrando]: "[...] - Mas quê?, disse ele [se Dionisodoro] - é vossa intenção, dizeis, que ele [se Clíncias] se torne sábio?

- Perfeitamente.

- Mas neste momento, disse ele, Clíncias é ou não é sábio?

- Pelo menos ele diz que ainda não o é; mas ele não é gabola.

- Vós porém, disse ele, quereis que ele se tome sábio, e que não seja ignorante."

Como nós nisso conviêssemos: "Então, aquele que ele não é quereis que seja, e aquele que é agora, que não seja mais."

Eu, ouvindo isso, tremi. Mas enquanto era presa desse tremor, ele, retomando a palavra: "Então, uma vez que quereis que aquele que é não seja absolutamente, quereis aparentemente que ele pereça! E, realmente, seriam de grande valor amigos e apaixonados que se empenhassem, acima de tudo, em que seus bem-amados fossem aniquilados!"

Ouvindo isso, Ctesipo, pensando em seus bem-amados, encolerizou-se:

"Estrangeiro de Túrio, bradou ele, se não fosse por demais rude dizer, eu diria: "Maldição sobre tua cabeça" por ousares proferir contra mim e os outros aqui presentes uma falsidade cujo simples enunciado é a meus olhos um sacrilégio. Eu, desejar que seja aniquilado este que aqui está!"

- Como, Ctesipo?, respondeu Eutidemo, parece-te possível proferir uma falsidade?

- Por Zeus! sim, a menos que eu esteja doido!

- Em dizendo a coisa da qual eventualmente se fala, ou em não a dizendo?

- Dizendo-a, respondeu Ctesipo.

- Mas não é verdade que, se de fato se diz essa coisa, não se diz, entre as coisas que são, senão aquela mesma que se diz?

- Evidentemente, disse Ctesipo.

- Mas esta coisa que se diz é uma coisa única entre as coisas que são, à parte delas.

- Perfeitamente.

- Mas então, aquele que a diz, diz uma coisa que é?

- Sim.

- Mas aquele que diz uma coisa que é e coisas que são, diz a verdade. De modo que Dionisodoro, se de fato ele diz coisas que são, diz a verdade, e de modo algum uma falsidade a teu respeito.

[...]

(Platão, *Eutidemo*, 283 c 5-284 b)

7.14 O bom sofista

Das sete definições que Platão encontra para o sofista, no diálogo que tem esse nome, seis são pejorativas. Numa delas, - a sexta -, Platão abre espaço para um sofista nobre: aquele que educa pelo método da refutação catártica. Provavelmente, Platão encontrou essa definição porque Sócrates também era chamado sofista, e era preciso encontrar uma definição que lhe coubesse.

Se ser sofista fosse ser aquilo que o nome sofista (que deriva *sophós*, sábio) sugere que ele tem que ser, isto é, um sábio educador, Sócrates seria o único sofista. Ele é, para Platão, o único verdadeiro educador, o único capaz de levar à *areté*.

Na verdade, a crítica de Platão aos sofistas só é compreensível à luz das muitas oposições que ele estabelece entre eles e Sócrates:

1) o sofista é um professor ambulante. Sócrates é alguém ligado aos destinos de sua cidade; tanto assim que, condenado injustamente à morte, recusa-se a fugir, acatando a decisão de seus concidadãos;



2) o sofista cobra para ensinar. Sócrates vive sua vida, e essa confunde-se com a atividade filosófica: filosofar não é profissão; é a atividade do homem livre;

3) o sofista "sabe tudo", e transmite um saber pronto, sem crítica (que Platão identifica com uma "mercadoria" que o sofista, mercador, exhibe e vende). Sócrates diz nada saber, e, colocando-se no nível de seu interlocutor, dirige uma aventura dialética em busca da verdade, que está no interior de cada um;

4) o sofista faz retórica. Sócrates faz dialética. Na retórica, o ouvinte é levado por uma enxurrada de palavras que, se adequadamente compostas, persuadem sem transmitir conhecimento algum. Na dialética, que opera por perguntas e respostas, a pesquisa procede passo a passo, e não é possível ir adiante sem deixar esclarecido o que ficou para trás;

5) o sofista refuta por refutar, para ganhar a disputa verbal. Sócrates refuta para purificar a alma de sua ignorância.

(O Estrangeiro de Eléia recapitula, com Teeteto, as seis definições do sofista que já foram encontradas)

Estrangeiro: - Primeiramente descansemos, e durante esta pausa vejamos o que dissemos. Sob quantos aspectos se apresentou a nós o sofista? Creio que, em primeiro lugar, nós descobrimos ser ele um caçador interessado de jovens ricos.

Teeteto: - Sim.

Estrangeiro: - Em segundo lugar, um negociante, por atacado, das ciências relativas à alma.

Teeteto: - Perfeitamente.

Estrangeiro: - Em seu terceiro aspecto, e com relação às mesmas ciências, não se revelou ele varejista?

Teeteto: - Sim, e o quarto personagem que ele nos revelou foi o de um produtor e vendedor dessas mesmas ciências.

Estrangeiro: - Tua memória é fiel. Quanto ao seu quinto papel, eu mesmo procurarei lembrá-lo. Na realidade, filiava-se ele à arte da luta, como um atleta do discurso, reservando, para si, a erística.

Teeteto: - Exatamente.

Estrangeiro: - O seu sexto aspecto deu margem a discussão. Entretanto, nós, concordamos em reconhecê-lo, dizendo que é ele quem purifica as almas das opiniões que são um obstáculo às ciências.

Teeteto: - Perfeitamente.

(Platão, Sofista 231d-232a)

7.15 Conclusões

No período que vai de Tales a Sócrates, muitas das grandes questões filosóficas, se não todas, já haviam sido levantadas. Com a física jônica, emerge a razão, que se afirma como instrumento adequado para a aquisição do conhecimento. Mas cedo se descobre que a razão não somente explica as coisas. Ao contrário. Ela descobre dificuldades lá onde ninguém suspeitava que as houvesse.

Racionalmente, Parmênides demonstra a unidade do ser. Com isso, relega o mundo sensível à condição de aparência e torna impossível o próprio discurso científico. (De fato, o discurso pressupõe a pluralidade, para fazer predicções, isto é, conexão entre as coisas.)

Racionalmente, Zenão demonstra a impossibilidade da pluralidade e do movimento.

Racionalmente, os sofistas... Ah, Esses fizeram misérias. Eles foram capazes de mostrar, racionalmente, que o conhecimento científico não existe, que cada homem é medida de sua própria verdade; que aprender é impossível; que a falsidade não existe, nem a contradição. Mas, sobretudo eles foram capazes de provar que há uma cisão irremediável entre *physis* e *nomos*, que o *nomos* não tem outro fundamento além do arbítrio e da convenção humana. Se, por um lado, se abrem enormes perspectivas de liberdade para a ação política, por outro se fecha a possibilidade de se constituir a política como ciência.

Ora, é justamente isso que pretende Platão. Mas para isso é preciso que ele se ataque a todas essas dificuldades. É preciso que ele demonstre que a pluralidade e o movimento existem, sim, e que o mundo sensível, cenário da política, embora não seja a realidade real, tem uma certa realidade; que o conhecimento existe, sim, e que é possível alcançá-lo; que o discurso é possível, sim, e nele a falsidade e a contradição, e que valores absolutos existem, sim, que dirijam a ação humana e sejam o sólido fundamento do *nomos*.

Platão quer restabelecer, em outras bases, é claro - em bases racionais -, a união, que os sofistas cindiram, entre *physis* e *nomos*. Ele quer a lei humana, como a *physis*, baseada em algo permanente, absoluto, eterno, imutável. Ele quer princípios. Mas isso é uma outra história.

Floruit

Palavra latina que significa "floresceu". Os historiadores antigos, que não tinham grandes preocupações com cronologia, indicavam a época de um filósofo pelo seu "florescimento", isto é, sua plena maturidade.



Um tanto arbitrariamente, faziam coincidir essa maturidade com os 40 anos de filósofo, com sua obra mais importante ou com o acontecimento mais marcante de sua vida (marcante para a filosofia ou a história, é claro).

Doxografia

Registro ou compilação das opiniões (*doxai*) dos filósofos. Aristóteles fazia doxografia quando expunha a opinião de um filósofo para em seguida criticá-la. Mas houve, depois, produções especificamente doxográficas. Teofrasto, discípulo e sucessor de Aristóteles, escreveu um livro chamado *Opiniões dos físicos*, que foi fonte e modelo de copiosa produção posterior. Esse tipo de literatura parece ter gozado de grande favor, indo ao encontro do anseio de alguns círculos de estudiosos de conhecer, em resumo, as opiniões dos filósofos, que eram apresentadas, quer por temas, quer por autores, quer por escolas. Uma obra desse tipo que nos chegou completa é a *Vida dos filósofos*, de Diógenes Laércio.

Fragmento

Trecho de uma obra. Os fragmentos de autores antigos são, em geral, citações de trechos de suas obras perdidas, feitas por autores posteriores, cujas obras subsistem. Os fragmentos dos autores pré-socráticos foram objeto de cuidadosa compilação e estudo por parte de H. Diels e W. Kranz em sua monumental obra *Die Fragmente der Vorsokratiker*.

Paradoxal (opinião ou tese)

É paradoxal uma opinião ou tese que vai contra a opinião geralmente aceita, contra o senso comum ou, em sua forma extrema, contra os fatos constatados. Assim, a tese de Parmênides sobre a unidade do ser é paradoxal, bem como a tese de Sócrates de que só comete o mal por ignorância.

Polímata (de *poly*, "muito", e *manthanein*, "aprender")

Multiplicidade de saberes, saber enciclopédico. Uma das características dos sofistas mais criticadas por Platão. O mais célebre representante da polimatia sofística é Hípias, que tinha o ideal da autossuficiência. Ele sabia fazer (e fazia) seu próprio cinto!

QUESTÕES

1. Comente algumas das características que Aristóteles aponta para o conhecimento científico (ou filosófico).
2. Por que não se formou entre os gregos a oposição que hoje existe entre ciência e filosofia?
3. Que é *arché*? Qual é a *arché* para Tales? e para Anaximandro? e para Anaxímenes? Que você acha que determinou a escolha de cada um deles?
4. Por que os estudos matemáticos foram grandemente desenvolvidos entre os pitagóricos?
5. Qual a oposição fundamental entre Heráclito e Parmênides, que vai desempenhar um papel importante na filosofia posterior?
6. Por que o ser de Parmênides é único? E por que está em repouso?
7. Com que finalidade Zenão articulou seus argumentos contra a multiplicidade e contra o movimento? Quais são esses argumentos?
8. Qual a principal dificuldade nas concepções monistas sobre o universo, que acabaram determinando sua posterior substituição por concepções pluralistas?
9. Quantos e quais eram os princípios para Empédocles?
10. Quantos e quais eram os princípios para Anaxágoras?
11. Diferentemente do que se passa na física moderna, na concepção dos atomistas gregos o átomo não pode ser dividido (a palavra átomo quer dizer indivisível). Por que a indivisibilidade do átomo é indispensável para eles?
12. Que faziam os sofistas?
13. Por que Platão via na retórica sofística uma ameaça à cidade?
14. Qual o aspecto da sofística que faz com que Platão considere o sofista como um ilusionista da palavra?
15. Aponte algumas diferenças entre Sócrates e os sofistas.

TEMAS PARA DEBATE

1. "Filosofia oriental" é filosofia?



2. Uma das características apontadas por Aristóteles para o saber científico (que não se distingue de um saber filosófico) é de ser um "saber pelo saber". Isso continua sendo característica do que hoje chamamos ciência (em oposição ao que hoje chamamos filosofia)?

3. É coincidência que a matemática como ciência (não como prática) e a filosofia tenham ambas tido origem na Grécia? De que forma uma pode ter implicado a outra?

4. É sabido que a filosofia, como praticada na Grécia, não desembocou numa ciência tecnológica. Você acha que esse tipo de ciência podia ter nascido e se desenvolvido se não tivesse aparecido o fenômeno filosófico na Grécia?

5. Algumas questões sobre o universo (como a forma da Terra, o tamanho, o movimento e as posições relativas dos astros, a formação das nuvens, dos ventos. etc.) nasceram "filosóficas" e se tornaram "científicas"?

6. Os argumentos de Zenão contra a multiplicidade e o movimento podem ser refutados? Como?

7. É bom que a ação humana, ética e política, não seja regulada por princípios absolutos?

8 MONTESQUIEU

Montesquieu (1689-1755) O moralista, pensador e filósofo francês Charles de Secondat, barão de La Brède Montesquieu, é conhecido sobretudo por sua obra *L'esprit des lois* (O espírito das leis, 1748), na qual expõe sua concepção política e histórica, estuda a lógica interna do sistema das leis e das instituições em suas relações com as condições reais de sua existência histórica. As leis não são deduzidas de idealistas *a priori* nem tampouco são devidas arbitrariedade dos homens: elas "constituem as relações necessárias que derivam da natureza das coisas". Ao demonstrar a ineficácia do absolutismo, propõe um sistema de governo em que o máximo de liberdade seja produzido quando os poderes públicos se controlam mutuamente graças à sua independência respectiva: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário devem ser independentes uns dos outros mas se equilibrando. Escapando a todos os messianismos, ele considera o "progresso" como a invenção da "mecânica político-administrativa" que funciona melhor no contexto humano concreto. Com isso, já anuncia certa sociologia científica integrando o conhecimento histórico, a geografia humana, a geografia econômica, a demografia, a psicologia, etc. Embora O espírito das leis não tivesse um objetivo de ação prática, contribuiu bastante para a transformação da sociedade francesa entre 1750 e 1800. Há uma diferença entre a natureza de um governo e seu princípio, diz ele: a natureza de um governo é aquilo que o faz ser tal, ao passo que seu princípio é aquilo que o faz agir. Antes da obra mencionada acima, Montesquieu já publicara *Lettres persanes* (Cartas persas), anonimamente: (1721), e *Considérations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence* (Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência), também anonimamente (1734).

9 VOLTAIRE

Voltaire (1694-1778) O escritor, poeta e filósofo francês (nascido em Paris) Voltaire, cujo nome real era François Marie Arouet, é conhecido sobretudo por ter sido o grande promotor (cosmologia newtoniana na França e por ter destruído a crença no poder da encantação sobre mundo natural. Partidário da *Aufklärung* e do "despotismo esclarecido", combate as "trevas da ignorância e da superstição. Reconhece explicitamente o único agente capaz de libertar o homem da mais cruel das superstições: "Nunca houve império mais universal do que o do Diabo", declara. "E quem foi que o destronou?" Sua resposta se limita a uma palavra: "a razão".

Seus escritos filosóficos e políticos mais importantes são: *O ensaio sobre os costumes* (1756 no qual apresenta uma filosofia da história, valorizando a ideia de "progresso da razão sobre as trevas; *O século de Luís XIV* (1756), no qual ilustra o movimento precedente, mostra grandeza do século, exalta Luís XIV como modelo do "déspota esclarecido" e ataca a religião; *A filosofia da história*, no qual elabora uma história do espírito humano contra as forças obscurantistas que se resumem na religião e uma apologia da razão contra a idiotice crença; *O dicionário filosófico* (1764), no qual, de modo panfletário, continua sua luta contra "o infame" Cristianismo (nos verbetes "perseguição", "superstição", "milagre", etc.) e se mostra o defensor da liberdade e da monarquia constitucional (nos verbetes "liberdade", "Estado", "leis", etc.). O combate de Voltaire é o da *razão* e das *luzes* ("o evangelho da razão") de modo irônico e causticante, contra todas as intolerâncias. Ver Otimismo/pessimismo.

1. Voluntarismo (do lat. voluntarius) Concepção filosófica que atribui à vontade um



papel central, que supõe que tudo é fruto da vontade, embora isso seja interpretado de diferentes maneiras em diferentes correntes filosóficas.

2. Segundo Duns Scotus, uma vez que a liberdade de Deus é o princípio de todas as coisas, aquilo que é verdadeiro ou bom depende, em última análise, da livre determinação da vontade divina.

3. Para Schopenhauer, a vontade é a realidade suprema, "em nossa própria consciência, a vontade se apresenta sempre como elemento primeiro e fundamental (...) sua predominância sobre o intelecto é incontestável (...) este é totalmente secundário, subordinado, condicionado" (O mundo como vontade e representação).

1. Vontade (lat. voluntas). Disposição para agir. Exercício da atividade pessoal e consciente que resulta de um desejo e se concretiza na intenção de se obter um fim ou propósito determinado. Ex.: vontade de gritar. Ver ação, voluntarismo.

2. Conceito central da metafísica de Schopenhauer, desenvolvido sobretudo em sua obra *O mundo como vontade e representação*. A vontade é a substância íntima, o meio de toda coisa particular e do todo. Ela se manifesta na força cega da natureza e se encontra na conduta racional do homem."

3. Vontade geral: em um sentido político originário principalmente de Rousseau, a vontade é a vontade de cada um e indivisível do corpo social considerado como um todo. Constitui assim a base da legitimação de todo ato de soberania, expressando a vontade do povo expressa pela maioria nos sistemas democráticos e definindo os conceitos de lei e de justiça adotados em uma sociedade.

4. Vontade de potência (*Der Wille zur Macht*): na filosofia de Nietzsche, princípio afirmativo da vida, "só há vontade na vida, mas esta vontade não é querer viver, em verdade ela é vontade de dominar (...) A vida (...) tende à sensação de um máximo de potência, ela é essencialmente o esforço em direção a mais potência, sua realidade mais íntima, mais profunda, é o querer".

10 ARTHUR SCHOPENHAUER

Schopenhauer, Arthur (1788-1860) O filósofo alemão Schopenhauer (nascido em Dantzig), influenciado fortemente por Kant, desenvolveu uma filosofia pessoal, considerada pessimista e ascética. Combateu o hegelianismo, então dominante, e sua oposição ao meio acadêmico na Alemanha fez com que seu pensamento tivesse relativamente pouca repercussão, alcançando notoriedade apenas no final de sua vida. Partindo essencialmente de Kant, mas também sob a influência de Platão e até mesmo do Budismo, Schopenhauer considera o mundo de nossa experiência como simples "representação". Ao procurar superar o nível da aparência, em direção à realidade verdadeira, o absoluto, o sujeito descobre pela auto-intuição sua vontade. Chegando depois à vontade única como ser verdadeiro. Sua obra mais importante é *O mundo como vontade e representação* (1818), sendo também bastante populares em sua época seus aforismos publicados sob o título de *Parerga und Paralipomena (Acessórios e restos, 1851)*. Para Schopenhauer, a "vontade de viver" ou o "querer-viver" designa uma força universal de todos os seres. É essa força que leva cada indivíduo a lutar, consciente ou inconscientemente, para preservar sua espécie: "A vontade é a substância íntima, o meio de toda coisa particular como do conjunto; ela se manifesta na força cega da natureza e encontra-se na conduta razoável do homem."

11 NICCOLÒ MAQUIAVEL

Maquiavel, Niccolò (1469-1527) Homem solitário e revoltado, o italiano Maquiavel (nascido em Florença) se torna, aos 29 anos, secretário do governo republicano de Florença. Empreende várias missões diplomáticas. Os Medicis, porém, sustentados pelo papa Júlio II, apoderam-se de Florença e dos Estados vizinhos. O republicano Maquiavel organiza, em vão, a resistência. É preso, torturado, banido e exilado. Em San Casciano, onde se refugiou e passa 10 anos, escreve dois livros. *O discurso sobre a primeira década de Tito Lívio e o Príncipe*. Em 1520, escreve *A arte da guerra*, no qual reivindica a substituição dos mercenários por milícias nacionais. Tenta reaproximar-se dos Medicis, mas continua sob suspeita. Sua obra mais célebre, *O Príncipe*, não é, como pretendia Frederico II em seu Antimaquiavel, um manual de técnica política de um realismo satânico, sem se preocupar com as questões de justiça, de direito, da autoridade legítima e da moral. No contexto em que foi escrito, a Itália era um país dividido em vários principados, além dos Estados do papa. A problemática de Maquiavel era: como chegar ao poder? Como exercê-lo? Como conservá-lo? Ele rompe com todas as teorias da legitimação do poder, deixando o domínio do direito pelo domínio do fato, que é o da força. Ele imagina uma Itália unificada, desembaraçada das pilhagens e dos chefes de bandos, uma Itália regenerada numa nova república. Para a realização



desse sonho, não se precisava de um profeta falador nem de um novo tirano, mas de um libertador inspirado e realista, de um profeta armado: o príncipe. O príncipe deveria ter uma tríplice missão: a) tomar o poder; b) assegurar a estabilidade política; c) construir a República unificada.

12 SANTO AGOSTINHO

Aureliano Agostinho (354-430) nasceu em Tagaste, província romana situada na África, e faleceu em Hipona, hoje localizada na Argélia. Nessa última cidade viria a ocupar o cargo de bispo da Igreja Católica.

Em sua formação intelectual, Agostinho, professor de retórica em escolas romanas, despertou para a filosofia com a leitura de **Cícero**. Posteriormente, deixou-se influenciar pelo **maniqueísmo**, doutrina persa que afirmava ser o universo dominado por dois grandes príncipes opostos, o **bem** e o **mal**, em uma incessante luta entre si.

Mais tarde, já insatisfeito com o maniqueísmo, passou a lecionar em Roma e posteriormente em Milão. Nesse período entrou em contato com o **creticismo** e, depois, com o **neoplatonismo**, movimento filosófico do período greco-romano, desenvolvido por pensadores inspirados em Platão, que se espalhou por diversas cidades do império romano, sendo marcado por sentimentos religiosos e crenças místicas.

Cresceu e aprofundou-se então em Agostinho uma grande crise existencial, uma inquietação quase desesperada em busca de sentido para a vida. Foi nesse período crítico que ele se sentiu extremamente atraído pelas pregações de Santo Ambrósio, bispo de Milão. Pouco tempo depois, converteu-se em cristianismo, tornando-se seu grande defensor pelo resto da vida.

Superioridade da alma: Em sua obra, Agostinho argumenta em favor da supremacia do espírito sobre o corpo, a matéria. Para ele, a alma teria sido criada por Deus para reinar sobre o corpo, dirigindo-o para a prática do bem.

O pecador, entretanto, utilizando-se do livre-arbítrio, costumaria inverter essa relação, fazendo o corpo assumir o governo da alma. Provocaria, com isso, a submissão do espírito à matéria, o que seria, para Agostinho, equivalente à subordinação do eterno ao transitório, da essência à aparência. A verdadeira liberdade estaria na harmonia das ações humanas com a vontade de Deus. Ser livre é servir a Deus, diz Agostinho, pois o prazer de pecar é a escravidão.

Boas obras ou graça divina? Segundo o filósofo, o ser humano que trilha a via do pecado só consegue retomar aos caminhos de Deus e da salvação mediante a combinação de seu esforço pessoal de vontade e a concessão, imprescindível, da **graça divina**. Sem a graça de Deus, o ser humano nada pode conseguir. Essa graça, no entanto, seria concedida apenas aos **predestinados** à salvação.

A **questão da graça**, tal como colocada pelo filósofo, marcou profundamente o pensamento medieval cristão. E a doutrina da predestinação à salvação foi, posteriormente, adotada por alguns ramos da teologia protestante (Reforma Protestante).

Na mesma época de Agostinho, outro teólogo, **Pelágio**, afirmava que a **boa vontade** e as boas obras humanas seriam suficientes para a salvação individual. Seus ensinamentos constituíram a doutrina do **pelagianismo**, contra a qual se colocou Agostinho.

No concílio de Cartago do ano de 417, o papa Zózimo condenou o pelagianismo como heresia e adotou a concepção agostiniana de necessidade da graça divina, doada livremente por Deus aos seus eleitos.

A condenação do pelagianismo explica-se pelo fato de que conservava a noção grega de autonomia da vida moral humana, isto é, a noção de que o indivíduo pode salvar-se por si só, sendo bom e fazendo boas obras, sem a necessidade da ajuda divina. Essa noção chocava-se com a ideia de submissão total do ser humano ao Deus cristão, defendida pela Igreja. "O fato de assim a Igreja ter se pronunciado por tal doutrina assinalou o fim da ética pagã e de toda a filosofia helênica." (POHLENZ, citado em REALE e ANTISERI, *História da filosofia*, v. 1, p. 433).

Uma consequência disso é a forma como se passa a enfatizar a interioridade. Enquanto na filosofia grega o indivíduo se identificava com o cidadão (isto é, o ser humano social, político), a filosofia cristã agostiniana enfatiza no indivíduo sua vinculação pessoal com Deus, a responsabilidade de cada indivíduo pelos próprios atos e exalta a salvação individual.

Liberdade e pecado - Outro aspecto fundamental da filosofia agostiniana é o entendimento de que a **vontade** é uma força que determina a vida e não uma função específica ligada ao intelecto, tal como diziam os gregos. Agostinho contrapõe-se, dessa forma, ao intelectualismo moral, que teve sua expressão máxima em **Sócrates**.



Isso significa que, de acordo com Agostinho, a liberdade humana é própria da vontade e não da razão - e é nisso que reside a fonte do pecado. A pessoa peca porque usa de seu livre-arbítrio para satisfazer uma vontade má, mesmo sabendo que tal atitude é pecaminosa. Nas palavras do filósofo, vejamos as causas mais comuns do pecado:

O ouro, a prata, os corpos belos e todas as coisas são dotadas dum certo atrativo. O prazer de conveniência que se sente no contato da carne influi vivamente. Cada um dos outros sentidos encontra nos corpos uma modalidade que lhes corresponde. Do mesmo modo a honra temporal e o poder de mandar e dominar encerram também um brilho, donde igualmente nasce a avidez e a vingança. [...] A vida neste mundo seduz por causa dum certa medida de beleza que lhe é própria, e da harmonia que tem com todas as formosuras terrenas.

Por todos estes motivos e outros semelhantes, comete-se o pecado, porque, pela propensão imoderada para os bens inferiores, embora sejam bons, se abandonam outros melhores e mais elevados, ou seja, a Vós, meu Deus, à vossa verdade e à vossa lei. (SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, p. 33).

Por isso Agostinho afirma que o ser humano não pode ser autônomo em sua vida moral, isto é, deliberar livremente sobre sua conduta. No entanto, como o que conduz seus atos é a vontade e não a razão, o ser humano pode querer o mal e praticar o pecado, motivo pelo qual necessita da graça divina para se salvar.

Precedência da fé: Agostinho também discutiu a diferença entre fé cristã e razão, afirmando que a fé nos faz crer em coisas que nem sempre entendemos pela razão: "creio tudo o que entendo, mas nem tudo que creio também entendo. Tudo o que compreendo conheço, mas nem tudo que creio conheço" (SANTO AGOSTINHO, *De magistro*, p. 319).

Baseando-se no profeta bíblico Isaías, dizia ser necessário crer para compreender, pois a fé ilumina os caminhos da razão, e a compreensão nos confirma a crença posteriormente. Isso significa que, para Agostinho, a fé revela verdades ao ser humano de forma direta e intuitiva. Vem depois a razão, esclarecendo aquilo que a fé já antecipou. Há, portanto, para ele, uma precedência da fé sobre a razão.

Influência helenística: O pensamento agostiniano (de Agostinho) reflete, em grande medida, os principais passos de sua trajetória intelectual anterior à conversão ao catolicismo, quando sofreu a influência do helenismo. Vejamos alguns elementos.

- Do maniqueísmo o filósofo herdou uma concepção dualista no âmbito moral, simbolizada pela luta entre o bem e o mal, a luz e as trevas, a alma e o corpo. Nesse sentido, dizia que o ser humano tem uma inclinação natural para o mal, para os vícios, para o pecado. Insistia em que já nascemos pecadores (pecado original) e somente um esforço consciente pode nos fazer superar essa deficiência "natural". Considerando o mal como o afastamento de Deus, defendia a necessidade de uma intensa educação religiosa, com a finalidade de reduzir essa distância.

- Do ceticismo ficou a permanente desconfiança nos dados dos sentidos, isto é, no conhecimento sensorial, que nos apresenta uma multidão de seres mutáveis, flutuantes e transitórios.

- Do platonismo Agostinho assimilou a concepção de que a verdade, como conhecimento eterno, deveria ser buscada intelectualmente no "mundo das ideias". Por isso defendeu a via do autoconhecimento, o caminho da interioridade, como instrumento legítimo para a busca da verdade. Assim, somente o íntimo de nossa alma, iluminada por Deus, poderia atingir a verdade das coisas. Da mesma forma que os olhos do corpo necessitam da luz do sol para enxergar os objetos do mundo sensível, os "olhos da alma" necessitam da luz divina para visualizar as verdades eternas da sabedoria.

13 SANTO TOMÁS DE AQUINO

A filosofia de Tomás de Aquino (1226-1274) – o tomismo - parece ter nascido com objetivos claros não contrariar a fé. De fato, sua finalidade era organizar um conjunto de argumentos para demonstrar e defender as revelações do cristianismo.

Assim, Tomás de Aquino reviveu em grande parte o pensamento aristotélico em busca de argumentos que explicassem os principais aspectos da fé cristã. Enfim, fez da filosofia de Aristóteles um instrumento a serviço da religião católica, ao mesmo tempo em que transformou essa filosofia numa síntese original.

Princípios básicos: Retomando as ideias de Aristóteles sobre o ser (o saber), Tomás de Aquino enfatizou a importância da **realidade sensorial**. Em relação ao processo de conhecimento dessa realidade ressaltou uma série de princípios considerados básicos, dentre os quais se destacam:

- **princípio da não contradição** - o ser é ou não é. Não existe nada que possa ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo ponto de vista;



- **princípio da substância** - na existência dos seres podemos distinguir a substância (a essência propriamente dita de uma coisa, sem a qual ela não seria aquilo que é) do acidente (a qualidade não essencial, acessória do ser);
- **princípio da causa eficiente** - todos os seres que captamos pelos sentidos são seres contingentes, isto é, não possuem em si próprios a causa eficiente de suas existências. Portanto, para existir, o ser contingente depende de outro ser que **representa sua causa eficiente, chamado de ser necessário**;
- **princípio da finalidade** - todo ser contingente existe em função de uma finalidade, de uma "razão de ser". Enfim, todo ser contingente possui uma causa final;
- **princípio do ato e da potência** - todo ser contingente possui duas dimensões, o ato e a potência. O ato representa a existência atual do ser, aquilo que está realizado e determinado. A potência representa a capacidade real do ser, aquilo que não se realizou mas pode realizar-se. É a passagem da potência para o ato que explica toda e qualquer mudança.

Ser e essência

Apesar de esses princípios terem vindo do pensamento aristotélico, não se pode dizer que Tomás de Aquino tenha apenas adaptado a filosofia de Aristóteles ao cristianismo. O que o filósofo escolástico empreendeu foi uma sistematização da doutrina cristã apoiada em parte na filosofia aristotélica, mas que contém muitos elementos estranhos ao aristotelismo, como o conceito de criação do mundo, a noção de um deus único e a ideia de que o vir a ser (a passagem da potência ao ato) não é autodeterminado, mas procede de Deus.

Mais que isso, Tomás de Aquino introduziu uma distinção entre o ser e a essência, dividindo a meta física em duas partes: a do ser em geral e a do ser pleno, que é Deus. De acordo com essa distinção, o único ser realmente pleno, no qual o ser e a essência se identificam, é Deus. Para o filósofo, Deus é ato puro. Não há o que realizar ou atualizar em Deus, pois ele é completo. Tomás de Aquino dirá que Deus é Ser, e o mundo tem ser. Ou seja, Deus é o Ser que existe como fundamento da realidade das outras essências as quais, uma vez existentes, participam de seu Ser.

Isso equivale a dizer que, nas outras criaturas, o ser é diferente da essência, pois as criaturas são seres não necessários. É Deus que permite às essências realizarem-se em entes, em seres existentes.

Provas da existência de Deus

Outro aspecto importante da filosofia tomista são as provas da existência de Deus. Em um de seus mais famosos livros, a Suma teológica, Tomás de Aquino propõe cinco provas:

- **o primeiro motor** - tudo aquilo que se move é movido por outro ser. Por sua vez, esse outro ser, para que se mova, necessita também que seja movido por outro ser, e assim sucessivamente. Se não houvesse um primeiro ser movente, cairíamos em um processo indefinido. Logo, conclui Tomás de Aquino, é necessário chegar a um primeiro ser movente que não seja movido por nenhum outro. Esse ser é Deus;
- **a causa eficiente** - todas as coisas existentes no mundo não possuem em si a causa eficiente de suas existências. Devem ser consideradas efeitos de alguma causa. Tomás de Aquino afirma ser impossível remontar indefinidamente à procura das causas eficientes. Logo, é necessário admitir a existência de uma primeira causa eficiente, responsável pela sucessão de efeitos. Essa causa primeira é Deus;
- **ser necessário e ser contingente** - esse argumento, uma variante do segundo, afirma que todo ser contingente, do mesmo modo que existe, pode deixar de existir. Ora, se todas as coisas que existem podem deixar de ser, então, alguma vez, nada existiu. Mas, se assim fosse, também agora nada existiria, pois aquilo que não existe somente começa a existir em função de algo que já existia. É preciso admitir, então, que há um ser que sempre existiu, um ser absolutamente necessário, que não tenha fora de si a causa de sua existência, mas, ao contrário, que seja a causa da necessidade de todos os seres contingentes. Esse ser necessário é Deus;
- **os graus de perfeição** - em relação à qualidade de todas as coisas existentes, pode-se afirmar que há graus diversos de perfeição. Assim, estabelecemos que tal coisa é melhor que outra, ou mais bela, ou mais poderosa, ou mais verdadeira etc. Ora, se uma coisa possui "mais" ou "menos" determinada qualidade positiva, isso supõe que deva existir um ser com o máximo dessa qualidade, no nível da perfeição. Devemos admitir, então, que existe um ser com o máximo de bondade, de beleza, de poder, de verdade, sendo, portanto, um ser máximo e pleno. Esse ser é Deus; a finalidade do ser - todas as coisas brutas, que não possuem inteligência própria, existem na natureza cumprindo uma função, um objetivo,



uma finalidade, tal como a flecha orientada pelo arqueiro. Devemos admitir, então, que existe algum ser inteligente que dirige todas as coisas da natureza para que cumpram seu objetivo. Esse ser é Deus.

Mérito de Tomás de Aquino

Proclamado pela Igreja Católica como Doutor Angélico e Doutor por Excelência, Tomás de Aquino é reverenciado nos meios católicos por filósofos e professores de filosofia. É o caso do filósofo católico Jacques Maritain (1882-1973), que assim enaltece a contribuição de Tomás de Aquino:

Não só transportou para o domínio do pensamento cristão a filosofia de Aristóteles sua integridade, para fazer dela o instrumento de uma síntese teológica admirável, como também e ao mesmo tempo superelevou e, por assim dizer, transfigurou essa filosofia. Purificou-a de todo vestígio de e [...] sistematizou-a poderosa e harmoniosamente, aprofundando-lhe os princípios, destacando as conclusões, alargando os horizontes, e se nada cortou, muito acrescentou, enriquecendo-a com o imenso tesouro da tradição latina e cristã. (*Introdução geral à filosofia*, p. 65).

Filósofos não cristãos, como o britânico Bertrand Russell (1872-1970), questionam os méritos de Tomás de Aquino, considerando-os insuficientes para justificar sua imensa reputação. Diz Russell:

Há pouco do verdadeiro espírito filosófico em Aquino [...] Não está empenhado numa pesquisa cujo resultado não possa ser conhecido de antemão. Antes de começar a filosofar, ele já conhece a verdade; está declarada na fé católica. Se, aparentemente, consegue encontrar argumentos racionais para algumas partes da fé, tanto melhor; se não, basta-lhe voltar de novo à revelação. A descoberta de argumentos para uma conclusão dada de antemão não é filosofia, mas uma alegação especial. Não posso, portanto, admitir que mereça ser colocado no mesmo nível que os melhores filósofos da Grécia ou dos tempos modernos. (*História da filosofia ocidental*, v. 2, p. 174).

Em que pese essa discordância de opiniões sobre os méritos de Tomás de Aquino, é praticamente unânime o reconhecimento de que sua obra filosófica representa o apogeu do pensamento medieval católico. Posteriormente a esse período, o tomismo seria progressivamente questionado pelos movimentos filosóficos que se desenvolveriam na Renascença e na Idade Moderna.

A escolástica pós-tomista

Grandes acontecimentos históricos marcaram a Europa nos séculos XIII e XIV, como a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra; a epidemia da peste bubônica, que matou cerca de três quartos da população europeia; o cisma definitivo entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente, que, entre outros [atores, diminuiu a influência da Igreja Católica Romana sobre o poder temporal (o Estado) e sobre a população; a criação de novas universidades, que iniciam o desenvolvimento de questões relativas às ciências naturais e a autonomia da filosofia em relação à teologia. Esses são alguns dos fatores que levarão ao questionamento do pensamento escolástico bem como ao fim da Idade Média.

Entre os filósofos significativos desse período, destaca-se:

- São Boaventura (1240-1284) - iniciou uma reação contra a filosofia tomista e buscou recuperar a tradição platônica agostiniana. Mais tarde essa reação seria desenvolvida pelos filósofos e teólogos franciscanos, sobretudo na Universidade de Oxford, Inglaterra.

14 FRANCIS BACON

Nascido em Londres, Francis Bacon (1561-1626) pertencia a uma família de nobres. Depois de concluir seus estudos em Cambridge, iniciou, em 1577, sua carreira política, através da qual conquistaria os mais importantes postos do reino britânico.

Bacon realizou uma obra científica de inegável valor. É considerado um dos fundadores do método indutivo de investigação científica. Atribui-se a ele, também, a criação do lema "saber é poder", que revela sua firme disposição de fazer dos conhecimentos científicos um instrumento prático de controle da realidade.

Preocupado com a utilização dos conhecimentos científicos na vida prática, Bacon manifestava grande entusiasmo pelas conquistas técnicas que se difundiam em seu tempo: a bússola, a pólvora e a imprensa. Revelava igualmente sua aversão ao pensamento meramente abstrato, característico da escolástica medieval.



Teoria dos ídolos

Para Bacon, a ciência deveria valorizar a pesquisa experimental, tendo em vista proporcionar resultados objetivos para o ser humano. Mas, para isso, era necessário que os cientistas se libertassem daquilo que denominava ídolos, isto é, falsas noções, preconceitos e maus hábitos mentais.

Em sua obra *Novum organum*, o filósofo destaca quatro gêneros de ídolos que bloqueiam a mente humana e prejudicam a ciência:

- **ídolos da tribo** - as falsas noções provenientes das próprias limitações da natureza da espécie humana;
 - **ídolos da caverna** - as falsas noções do ser humano como indivíduo (alusão ao mito da caverna de Platão);
 - **ídolos do mercado ou do foro** - as falsas noções provenientes da linguagem e da comunicação; e
 - **ídolos do teatro** - as falsas noções provenientes das concepções filosóficas, científicas e culturais vigentes
- Retrato anônimo de Francis Bacon.

Método indutivo

Para combater os erros provocados pelos ídolos, Francis Bacon propôs o método indutivo de investigação, baseado na observação rigorosa dos fenômenos naturais, que cumpriria as seguintes etapas:

- observação da natureza para a coleta de informações;
- organização racional dos dados recolhidos empiricamente;
- formulação de explicações gerais (hipóteses) destinadas à compreensão do fenômeno estudado;
- comprovação da hipótese formulada mediante experimentações repetidas, em novas circunstâncias.

Bacon dizia que aquele que inicia uma investigação com muitas certezas acaba cheio de dúvidas, mas aquele que começa com dúvidas pode terminar com algumas certezas. Assim, a grande contribuição de Francis Bacon para a história da ciência moderna foi apresentar o conhecimento científico como resultado de um método de investigação capaz de conciliar a observação dos fenômenos, a elaboração racional das hipóteses e a experimentação controlada para comprovar as conclusões.

15 GRANDE RACIONALISMO

O conhecimento parte da razão

Durante o século XVII, a confiança no papel da razão no processo de conhecimento chega a seu auge no contexto da filosofia (que se mantinha ainda aliada à ciência). Por isso a produção filosófica dessa época é chamada de grande racionalismo.

Conforme vimos antes, no campo das teorias do conhecimento, racionalismo designa a doutrina que privilegia a razão no processo de conhecer a verdade. Abordaremos em seguida dois dos principais filósofos racionalistas desse período:

René Descartes (nosso velho conhecido) e Baruch Espinosa.

16 RENÉ DESCARTES

René Descartes (1596-1650) nasceu em La Haye, França, em uma família de prósperos burgueses. Decepcionado com a formação jesuíta (tomista-aristotélica) que recebera, decidiu buscar a ciência por conta própria, esforçando-se por decifrar O "grande livro do mundo".

Em suas inúmeras viagens pela Europa, estabeleceu contatos com vários sábados de seu tempo, entre eles Blaise Pascal (1623-1662), cujas principais ideias estudaremos adiante.

Temendo perseguições religiosas e tendo em mente a condenação de Galileu, tomou uma série de precauções na exposição de suas ideias. Autocensurou vários trechos de suas obras para evitar tanto a repressão da Igreja Católica como a reação fanática dos protestantes. Apesar disso, o que publicou é suficientemente vasto e valioso para situá-lo como **um dos pais da filosofia moderna**.

Vejamos algumas concepções básicas de seu pensamento. Você verá que algumas delas já foram estudadas em capítulos anteriores. Mas é importante fazermos aqui uma breve recapitulação, recontextualizando alguns conceitos, para que você tenha um quadro mais completo do pensamento cartesiano.



Dúvida metódica

Vimos antes que Descartes afirmava que, para conhecer a verdade, é preciso, de início, colocar todos os nossos conhecimentos em dúvida. É necessário questionar tudo e analisar criteriosamente se existe algo na realidade de que possamos ter plena certeza.

Fazendo uma aplicação metódica da dúvida, o filósofo percebeu que a única verdade totalmente livre de dúvida era que ele pensava. Deduziu então que, se pensava, existia ("Penso, logo existo"). Para Descartes, essa seria uma verdade absolutamente **firme, certa e segura**, que, por isso mesmo, deveria ser adotada como princípio básico de toda a sua filosofia. Era sua base, seu novo centro, seu ponto fixo.

É preciso ressaltar que o termo **pensamento** é utilizado por Descartes em um sentido bastante amplo, abrangendo tudo o que afirmamos, negamos, sentimos, imaginamos, cremos e sonhamos. Assim, o ser humano era, para ele, uma substância essencialmente pensante.

Dualismo

Também estudamos anteriormente que Descartes, aplicando a dúvida metódica, chegou à conclusão de que no mundo haveria apenas duas substâncias, essencialmente distintas e separadas: a **substância pensante** (*res cogitans*), correspondente à esfera do eu ou da consciência; e a **substância extensa** (*res extensa*), correspondente ao mundo corpóreo, material.

O ser humano seria composto dessas duas substâncias, enquanto a natureza seria apenas substância extensa. Essa era uma concepção que se chocava com a noção tomista-aristotélica predominante, segundo a qual haveria tantas substâncias quantos seres existissem.

A metafísica cartesiana também incluía uma **substância infinita** (*res infinita*), relativa a Deus, o ser que teria criado todas as coisas. Mas essa substância não seria parte deste mundo, pois o Deus cartesiano é transcendente, está separado de sua criação.

Idealismo

Descartes concluiu, porém, que o pensamento (ou consciência) é algo mais certo que qualquer corpo, pois ele considerava a matéria "algo apenas conhecível, se é que o é, por dedução do que se sabe da mente" (Russell, *História da filosofia ocidental*, v. 2, p. 88).

Essa é uma concepção **idealista**, tanto em termos ontológicos como epistemológicos, pois prioriza o ser pensante em contra posição à matéria, bem como a atividade do sujeito pensante em relação ao objeto pensado.

Racionalismo

Descartes era um **racionalista** convicto. Recomendava que desconfiássemos das percepções sensoriais, responsabilizando-as pelos frequentes erros do conhecimento humano. Dizia que o verdadeiro conhecimento das coisas externas devia ser conseguido através do trabalho lógico da mente. Nesse sentido, considerava que, no passado, dentre todos os indivíduos que buscaram a verdade nas ciências, "só os matemáticos puderam encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes" (DESCARTES, *Discurso do método*, p. 39).

Descartes atribuía, portanto, grande valor à matemática como instrumento de compreensão da realidade. Ele próprio foi um grande matemático, sendo considerado um dos criadores da **geometria analítica**, sistema que tornou possível a detenção de um ponto em um plano mediante duas linhas perpendiculares fixadas graficamente (as coordenadas cartesianas).

Método cartesiano

Da sua obra *Discurso do método*, podemos destacar quatro regras básicas, consideradas por Descartes capazes de conduzir o espírito na busca da verdade:

- regra da evidência - só aceitar algo como verdadeiro desde que seja absolutamente evidente por sua clareza e distinção. As ideias claras e distintas seriam encontradas em sua própria atividade mental, independentemente das percepções sensoriais externas. Devido a elas, Descartes propôs a existência das ideias inatas (com as quais nascemos), que são plenamente racionais. Exemplos: as ideias matemáticas, as noções gerais de extensão e movimento, a ideia de infinito etc.
- regra da análise - dividir cada uma das dificuldades surgidas em tantas partes quantas necessárias para resolvê-las melhor.
- regra da síntese - reordenar o raciocínio indo dos problemas mais simples para os mais plexos.



- regra da enumeração - realizar verificações completas e gerais para ter absoluta segurança que nenhum aspecto do problema foi omitido.

Por fim, as filosofias de Espinosa, de Leibniz, de Malebranche, atestam a importância da revolução cartesiana: elas constroem-se na meditação dos problemas postos por Descartes, e seguindo estruturas provindas do seu pensamento. (ALOUÍÉ, *A filosofia de Descartes*, p. 141).

17 BARUCH ESPINOSA

Baruch Espinosa (1632-1677) nasceu na Holanda, filho de imigrantes judeus de origem hispano-portuguesa. Em sua filosofia, desenvolveu um racionalismo radical, que se caracterizou pela crítica às superstições religiosas, políticas e filosóficas.

De acordo com o filósofo, a fonte de toda superstição é a imaginação. Incapaz de compreender a verdadeira ordem do universo, a imaginação credita a realidade a um Deus transcendente e voluntarioso, nas mãos de quem os seres humanos não passam de joguetes. A partir da superstição religiosa, desenvolvem-se as superstições políticas e filosóficas.

Deus imanente

Para combater essas superstições em sua origem, Espinosa escreveu a *Ética*, texto no qual busca provar, como em uma **demonstração geométrica**, a natureza racional de Deus, que se manifesta em todas as coisas (**Deus, imanente**). Desse modo, Deus não está fora nem dentro do universo: ele é o próprio universo.

No interior desse entendimento racionalista, não há lugar para tragédia nem mistérios: tudo se torna compreensível à luz da razão. A filosofia seria o conhecimento racional de Deus, e a liberdade humana consistiria na consciência da necessidade. Ou seja, não haveria livre-arbítrio, uma vez que Deus se identifica com a natureza universal e, portanto, tudo o que existe é necessário, não pode ser transgredido, pois faz parte da natureza divina.

Por isso, Espinosa propunha a equação Deus = Natureza, que significa: tudo existe em Deus, e mantém-se em seu **Ser**.

18 BLAISE PASCAL

Vejamos, por último, um filósofo que viveu na época do grande racionalismo, mas que foi um pensador contra a corrente, isto é, um crítico de seus contemporâneos e da confiança excessiva na razão. Trata-se de Blaise Pascal (1623-1662), nascido em Clermont-Ferrand, na França.

Apesar de ter sido um grande matemático e físico e de ter inventado a primeira calculadora, não aceitava o reducionismo matemático nas questões humanas. Exemplo disso é sua frase lapidar: "O coração tem razões que a razão desconhece" (PASCAL, *Pensamentos*, p. 107). Pascal preferiu refletir sobre a condição trágica do ser humano, ao mesmo tempo magnífico e miserável, capaz de alcançar grandes verdades e gerar grandes erros.

Em sua obra *Pensamentos* (da qual transcrevemos os diversos fragmentos que seguem), escrita sob a forma de aforismos, questiona a situação paradoxal do ser humano em meio a toda a realidade existente: "No fundo, o que é o homem na natureza? É nada em relação ao infinito, é tudo em relação ao nada, algo de intermediário entre o nada e o tudo". Diante das novas teorias astronômicas de seu tempo, confessa: "O silêncio eterno dos espaços infinitos apavora".

Limites da razão

Assim, em vez de mostrar a mesma confiança na razão que caracterizava os pensadores de seu tempo, Pascal defendeu a ideia de que o ser humano não pode conhecer o princípio e o fim das realidades que busca compreender. Estaria limitado apenas às aparências, já que, em suas palavras, "só o autor dessas maravilhas as compreende; ninguém mais pode fazê-lo".

Afirmava que a razão humana seria impotente para provar a existência de Deus. Dependeria da fé a crença em um Deus, cuja existência jamais poderá ser provada. De acordo com seu pensamento, "o supremo passo da razão está em reconhecer que há uma infinidade de coisas que a ultrapassam". Dessa forma ele dirá: "O coração - e não a razão - é que sente Deus. E isto é a fé: Deus sensível ao coração e não à razão".



Pascal polemizou contra o Deus dos filósofos e dos sábios, um deus transformado em engenheiro do mundo, que, uma vez criado, seguiria seu rumo em cego mecanicismo. Nessa polêmica, seu alvo era Descartes e sua concepção de um Deus das verdades geométricas. O que Pascal buscava recuperar era o "Deus de amor e consolação, é um Deus que faz cada qual sentir interiormente a sua própria miséria e a misericórdia infinita de Deus".

19 THOMAS HOBBS

Thomas Hobbes (1588-1679) nasceu em Westport, Inglaterra. No período da revolução liberal inglesa, defendeu o rei Carlos I, depois decapitado, e foi obrigado a exilar-se na França, entrando em contato com o pensamento de Descartes.

O pensamento de Hobbes foi muito influenciado pelas ideias de Bacon e Galileu. Como estes, abandonou as grandes metafísicas (a busca da essência do ser) e procurou investigar as causas e propriedades das coisas. Para Hobbes, a filosofia seria a ciência dos corpos, isto é, de tudo que tem existência material. Os corpos naturais seriam estudados pela filosofia da natureza; os corpos artificiais ou Estado, pela filosofia política. E o que não é corpóreo deveria ser excluído da reflexão filosófica.

Materialismo e empirismo

Como vimos antes, para o filósofo inglês, toda a realidade poderia ser explicada a partir de dois elementos: o corpo, entendido como o elemento material que existe independentemente do nosso pensamento, e o movimento, que pode ser determinado matematicamente e geometricamente. Trata-se, portanto, de uma concepção materialista e mecanicista da realidade.

As ideias ou pensamentos não seriam nada mais que imagens das coisas impressas na "fantasia corporal". Isso quer dizer que, para Hobbes, o processo de conhecimento inicia-se pela sensação - uma concepção empirista, como você pode perceber.

Uma consequência dessa meta física é que, no pensamento de Hobbes, não há lugar para o acaso e a liberdade (mudanças não condicionadas), porque os movimentos resultam necessariamente dos nexos causais que lhe dão origem.

Ética e política

Da mesma forma, não há espaço na filosofia hobbesiana para o bem e o mal como valores universais a serem introjetados nas pessoas. Para Hobbes, o que chamamos de **bem** é tão-somente o que desejamos alcançar, enquanto o **mal** é apenas aquilo de que fugimos.

Isso se explicaria pelo fato de que o valor fundamental para cada indivíduo seria a **conservação da vida**, isto é, a afirmação e o crescimento de si mesmo. Assim, segundo o filósofo, cada pessoa sempre tenderá a considerar como bem o que lhe agrada e como mal o que lhe desagrade ou ameça.

A pergunta que pode surgir então é a seguinte: se o bem e o mal são relativos, isto é, são **determinados pelos indivíduos, como será possível a convivência** entre as pessoas?

Hobbes responde a essa questão nos livros *Leviatã* e *Do Cidadão*, nos quais defende a necessidade de um poder absoluto que mantenha os indivíduos em sociedade e impeça que eles se destruam mutuamente.

20 JOHN LOCKE

O filósofo John Locke (1632-1704) nasceu em Wrington, Inglaterra. Durante os tempos de universidade, decepcionou-se com o aristotelismo e com a escolástica medieval, enquanto tomava contato com o pensamento de Francis Bacon e René Descartes. Problemas políticos obrigaram-no a sair de seu país, em 1675, e exilar-se na França e, posteriormente, na Holanda.

Regressou à Inglaterra somente em 1688, durante a Revolução Gloriosa, que levou Guilherme de Orange ao trono da Inglaterra, e a partir de então pôde dedicar-se livremente às atividades intelectuais.

Tábula rasa

Em sua obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, Locke combateu duramente a doutrina cartesiana segundo a qual o ser humano possui ideias inatas. Ao contrário de Descartes, defendeu que nossa mente, no instante do nascimento, é como uma tábula rasa.

O substantivo *tabula* significa "tábua" ou "placa de madeira" ou de outro material; o adjetivo *rasa* quer dizer "plana, lisa". Assim, a expressão *tábula rasa* usada por Locke tem o significado de "tábua lisa", isto é,



tábua na qual nada foi escrito nem gravado. Ao nascer, nossa mente seria como um papel em branco, sem nenhuma ideia previamente escrita.

Locke retomava, assim, a tese empirista segundo a qual nada existe em nossa mente que não tenha sua origem nos sentidos. O filósofo defendeu que as ideias que possuímos são adquiridas ao longo da vida mediante a experiência sensível imediata e seu processamento interno. Desse modo, o conhecimento seria constituído basicamente por dois tipos de ideias:

- **ideias da sensação** - são nossas primeiras ideias, aquelas que chegam à mente através dos sentidos, isto é, quando temos uma experiência sensorial, constituindo as sensações. Essas ideias seriam moldadas pelas qualidades próprias dos objetos externos. Por sensação Locke entende, por exemplo, as ideias de amarelo, branco, quente, frio, mole, duro, amargo, doce etc.

- **ideias da reflexão** - são aquelas que resultam da combinação e associação das sensações por um processo de reflexão, de tal maneira que a mente vai desenvolvendo outra série de ideias que não poderiam ser obtidas das coisas externas. Seriam ideias como "a percepção, o pensamento, o duvidar, o crer, o raciocinar" (LOCKE, *Ensaio acerca do entendimento humano*, p. 160).

Assim, a reflexão seria nosso "sentido interno", que se desenvolve quando a mente se debruça sobre si mesma, analisando suas próprias operações. Das ideias simples, a mente avança em direção a ideias cada vez mais complexas. Porém, para Locke, de qualquer maneira a mente sempre tem "as coisas materiais externas, como objeto de sensação, e as operações de nossas próprias mentes, como objeto da reflexão" (*Ensaio acerca do entendimento humano*, p. 160).

O filósofo admitia, no entanto, que nem todo conhecimento limita-se, exclusivamente, à experiência sensível. Considerava, por exemplo, o conhecimento matemático válido em termos lógicos, embora não tivesse como base a experiência sensível. Nesse sentido, Locke não era um empirista radical.

Crítica ao absolutismo

Analisando o filósofo e o homem político, podemos dizer que Locke, de certa maneira, "transportou" suas teorias sobre o conhecimento humano para o campo sociopolítico. Para ele, assim como não existem ideias inatas, também não deveria existir poder inato (ou de origem divina), como defendiam os adeptos do absolutismo monárquico.

Revelando sua preocupação em proteger a liberdade do cidadão, defendia que o poder social deveria nascer de um pacto entre as pessoas. Por sua vez, as leis deveriam expressar as normas estabelecidas pela própria comunidade, que, através do mútuo consentimento dos indivíduos, escolheria a forma de governo considerada mais conveniente ao bem comum.

A única maneira pela qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se numa comunidade para viverem com segurança, conforto e paz. (LOCKE, *Segundo tratado sobre o governo*, p. 71).

Adversário da tirania, do abuso do poder, Locke, em razão das suas ideias políticas, é apontado por muitos historiadores como o "pai do Iluminismo".

Seu pensamento exerceu profunda influência na fundamentação ideológica da democracia liberal burguesa, contribuindo para a difusão de valores iluministas como a tolerância religiosa, o respeito pela liberdade individual, a expansão do sistema educacional e a livre-iniciativa econômica.

21 DAVID HUME

David Hume (1711-1776) nasceu em Edimburgo, Escócia. Estudou filosofia, direito e comércio, ocupando importante posição na diplomacia inglesa. Realizou diversas viagens a países europeus, como França e Áustria, estabelecendo contato com grandes pensadores da época, entre eles Adam Smith e Jean-Jacques Rousseau.

Na obra *Investigação acerca do entendimento humano*, Hume formulou outra teoria empirista. Dividiu, primeiramente, tudo aquilo que percebemos em:

- **impressões** - referem-se aos dados fornecidos pelos sentidos, como as impressões visuais, auditivas, táteis;

- **ideias** - referem-se às representações mentais (memória, imaginação etc.) derivadas das impressões.

Assim, toda ideia é uma re(a)presentação de alguma impressão. Essa representação pode possuir diferentes graus de fidelidade. E alguém que nunca

teve uma impressão visual - um cego de nascença, por exemplo - jamais poderá ter uma ideia de cor, nem mesmo uma ideia pouco fiel.



Crítica à indução

Como vimos anteriormente, a indução, ou raciocínio indutivo, vai do particular para o geral. As conclusões indutivas são produzidas, assim, pelo seguinte processo mental: partindo de percepções repetidas que nos chegam da experiência sensorial, saltamos para uma conclusão geral, da qual não temos experiência sensorial.

Hume argumentou que a conclusão indutiva, por maior que seja o número de percepções repetidas do mesmo fato, não possui fundamento lógico.

Será sempre um salto do raciocínio impulsionado pela crença ou hábito, isto é, as reiteradas percepções de um fato nos levam a confiar em que aquilo que se repetiu até hoje irá se repetir amanhã. Assim, por exemplo, cremos que o Sol nascerá amanhã porque até hoje ele sempre nasceu. Mas, em termos lógicos, nada pode garantir essa certeza.

Para Hume, somente o raciocínio dedutivo utilizado na matemática fundamenta-se em uma lógica racional:

As proposições deste gênero podem descobrir-se pela simples operação do pensamento e não dependem de algo existente em alguma parte do universo. Embora nunca tenha havido na natureza um círculo ou um triângulo, as verdades demonstradas por Euclides conservarão sempre sua certeza e evidência. (*Investigação acerca do entendimento humano*, p. 77).

Legado epistemológico

Ao questionar a validade lógica do raciocínio indutivo, a obra de Hume legou um importante problema para os teóricos do conhecimento (epistemologistas). Afinal, é ou não possível partir de experiências particulares para chegar a conclusões gerais, representadas pelas leis científicas?

Enquanto o senso comum acredita que por meio de observações repetidas, realizadas no passado, podemos justificar nossas expectativas futuras, Hume sustentou que a repetição de um fato não nos permite concluir, em termos lógicos, que ele continuará a se repetir da mesma forma, indefinidamente.

Desse modo, o filósofo revelou um ceticismo teórico, pois, para ele, o conhecimento científico - que ostenta a bandeira da mais pura racionalidade - também está ancorado em bases não racionais, como a crença e o hábito intelectual.

Isso significa que, desconfiando das posições arraigadas pela força do hábito, o cientista deveria apresentar suas teses como probabilidades, e não como certezas irrefutáveis. Tal atitude epistemológica, estendida ao convívio social, tornaria os indivíduos mais tolerantes, democráticos e abertos.

22 JEAN-JACQUES ROUSSEAU

O filósofo e escritor suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi uma figura de transição do Iluminismo. Apesar de defender a liberdade e combater os vícios sociais, criticava os excessos racionalistas, sendo um precursor do Romantismo.

Foi na França, para onde se transferiu em 1742, que escreveu suas grandes obras. Entre elas podemos destacar *Do contrato social*, na qual expõe a tese de que o soberano deve conduzir o Estado segundo a vontade geral de seu povo, sempre tendo em vista o atendimento do bem comum. Somente esse Estado, de bases democráticas, teria condições de oferecer a todos os cidadãos um regime de igualdade jurídica.

Em outra de suas importantes obras, *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, Rousseau glorifica os valores da vida natural e ataca a corrupção, a avareza e os vícios da sociedade civilizada. Faz inúmeros elogios à liberdade de que desfrutava o selvagem, na pureza do seu estado natural, contrapondo-o à falsidade e ao artificialismo do indivíduo civilizado. Foi dessas ideias que nasceu o mito do bom selvagem.

Rousseau tornou-se célebre como defensor da pequena burguesia e inspirador dos ideais que estariam presentes na Revolução Francesa.

23 KARL MARX

O materialismo dialético e histórico

Karl Marx (1818-1883) nasceu na cidade alemã de Trier, no seio de uma família judaica rica e culta. É provavelmente um dos pensadores que maior influência exerceu sobre a filosofia contemporânea. Sua importância está destacada na afirmação do pensador francês Raymond Aron de que se a grandeza de um filósofo fosse medida pelos debates que suscitou, nenhum deles, nos últimos séculos, poderia ser comparado a Karl Marx.



Nos tempos da universidade, Marx revelou entusiasmo pelo estudo do direito, da filosofia e da história. Formado em filosofia no círculo do idealismo alemão, tentou seguir a carreira universitária como professor, mas não conseguiu seu intento devido a questões políticas.

Em 1844 conheceu Friedrich Engels (1820-1895) em Paris, e ambos se tornaram amigos inseparáveis por toda a vida. Em 1848, lançaram o célebre *Manifesto comunista*. Seguindo o lema de que a filosofia deve ser também prática, participaram juntos de diversas atividades políticas e escreveram várias obras, que lhes custaram duras perseguições dos governos constituídos. O conjunto de suas ideias foi depois interpretado e desenvolvido por outros pensadores, ficando conhecido como marxismo.

Crítica ao idealismo hegeliano

Marx fez uma crítica radical ao idealismo hegeliano, na qual afirma que Hegel inverte a relação entre o que é determinante - a realidade material - e o que é determinado - as representações e conceitos acerca dessa realidade. A filosofia idealista seria, assim, uma grande mistificação que pretende entender o mundo real, concreto, como manifestação de uma razão absoluta.

Contrapondo sua filosofia ao idealismo hegeliano, Marx afirma na introdução ao livro *A ideologia alemã*:

"As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência [...]". (p. 4).

Marx procurou, portanto, compreender a história real dos seres humanos em sociedade a partir das condições materiais nas quais eles vivem. Essa visão da história foi chamada posteriormente por Engels de materialismo histórico.

Vejamos então os principais pontos do materialismo de Marx, em que destacaremos as concepções contrárias ao idealismo de Hegel.

Materialismo histórico

De acordo com o pensamento de Marx, os seres humanos não podem ser pensados de forma abstrata, como na filosofia de Hegel, nem de forma isolada, como nas filosofias de Feuerbach, Proudhon e tantos outros que Marx criticou, como Schopenhauer e Kierkegaard.

Para Marx, não existe o indivíduo formado fora das relações sociais. Ele enfatiza esse ponto ao afirmar: "A essência humana [...] é o conjunto das relações sociais" (*Teses contra Feuerbach*, p. 52). Isso significa que a forma como os indivíduos se comportam, agem, sentem e pensam vincula-se à forma como se dão as relações sociais. Essas relações sociais, por seu lado, são determinadas pela forma de produção da vida material, ou seja, pela maneira como os seres humanos trabalham e produzem os meios necessários para a sustentação material das sociedades.

Em *A ideologia alemã*, escrita em conjunto com Engels, Marx desenvolve essa reflexão dizendo:

"A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção". (p. 4).

Esse é um ponto fundamental da filosofia de Marx. Ao falar da produção material da vida, ele não se refere apenas à produção das inúmeras coisas necessárias à manutenção física dos indivíduos.

Considera também o fato de que, ao produzirem todas essas coisas, os seres humanos constroem a si mesmos como indivíduos. Isso ocorre porque, segundo o filósofo, "o modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual" (*Para a crítica da economia política, prefácio*).

Capital e trabalho

Compreende-se aí a importância que Marx deu à análise do trabalho. Ele reconhece o trabalho como atividade fundamental do ser humano e analisa os fatores que o tornaram uma atividade massacrante e alienada no capitalismo.



Essa demonstração desenvolve-se em vários textos, mas de forma mais rigorosa em *O capital*, livro em que o filósofo expõe a lógica do modo de produção capitalista, em que a força de trabalho é transformada em uma mercadoria com dupla face: de um lado, é uma mercadoria como outra qualquer, paga pelo salário; de outro, é a única mercadoria que produz valor, ou seja, que reproduz o capital.

Dialética marxista

Marx também entende o desenvolvimento histórico-social como decorrente das transformações ocorridas no modo de produção. Nessa análise, ele se vale dos princípios da dialética, mas, como afirma no pós-fácio da segunda edição de *O capital*, "meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta". Marx reconhece o mérito de Hegel por ter sido o primeiro a expor as formas gerais da dialética, mas alega que é preciso desmistificá-la, evidenciando seu núcleo racional.

Na concepção hegeliana, a dialética torna-se instrumento de legitimação da realidade existente. No pensamento de Marx, a dialética leva ao entendimento da possibilidade de negação dessa realidade "porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório". Ou seja, a dialética em Marx permite compreender a história em seu movimento, em que cada etapa é vista não como algo estático e definitivo, mas como algo transitório, que pode ser transformado pela ação humana.

De acordo com Marx, as grandes transformações históricas deram-se primeiramente no campo da economia, causadas por contradições geradas no interior do próprio modo de produção. Diferentemente de Hegel, no entanto, Marx não concebe uma história que anda sozinha, guiada por uma razão ou um espírito, mas sim uma história feita pelos seres humanos, que interferem no processo histórico e podem, dessa forma, transformar a realidade social, sobretudo se alterarem seu modo de produção.

Modo de produção

Modo de produção é a maneira como se organiza a produção material em um dado estágio de desenvolvimento social. Essa maneira depende do desenvolvimento das forças produtivas (a força de trabalho humano e os meios de produção, tais como máquinas, ferramentas etc.) e da forma das relações de produção.

Embora a definição dos modos de produção seja um aspecto complexo na obra de Marx e entre os seus comentadores, lemos em *A ideologia alemã* a exposição dos seguintes modos de produção dominantes em cada época: o comunismo primitivo, o escravismo na Antiguidade, o feudalismo na Idade Média e o capitalismo na Idade Moderna.

A passagem de um modo de produção a outro, segundo o filósofo, dá-se no momento em que o nível de desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações sociais de produção. Quando isso ocorre, há um sufocamento da produção em virtude da inadequação das relações nas quais ela se dá. Nesse momento, surgem as possibilidades objetivas de transformação desse modo de produção.

Luta de classes

De acordo com Marx, caberia à classe social que possui, nesse momento, um caráter revolucionário intervir por meio de ações concretas, práticas, para que essas transformações ocorram. Foi o que aconteceu, por exemplo, na passagem do feudalismo ao capitalismo, com as revoluções burguesas.

Marx sintetiza essa análise na afirmação de que a luta de classes é o motor da história, isto é, a luta de classes faz a história se mover. Por isso, no *Manifesto comunista* (1848), escrito em parceria com Engels, Marx afirma:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz; numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

De acordo com Marx, o capitalismo também criou uma classe revolucionária que, em virtude de suas condições de existência, deve se organizar para, no momento oportuno, fazer a revolução social rumo ao socialismo. Essa classe revolucionária seria o proletariado.



Praxis

Na filosofia marxista, a palavra grega *praxis* é usada para designar uma relação dialética entre o homem e a natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com seu trabalho, transforma a si mesmo. A filosofia da *praxis* se caracteriza por considerar como problemas centrais para o homem os problemas práticos de sua existência concreta: “Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que dirigem a teoria para o misticismo encontram sua solução na praxis humana e na compreensão dessa práxis” (Marx, Oitava tese sobre *Feuerbach*).

24 JEAN-PAUL SARTRE

Jean-Paul Sartre (1905-1980), nascido em Paris, França, recebeu significativa influência filosófica de Heidegger. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, participou da luta da resistência francesa contra o nazismo. Também aderiu ao marxismo, considerando-o a filosofia de sua época, embora, diante da intervenção soviética na Hungria, em 1956, tenha rompido com o Partido Comunista, acusando-o de se desviar do sentido autêntico do marxismo.

Sartre tornou-se o filósofo mais conhecido da corrente existencialista. No entanto, grande parte de sua fama deve-se não propriamente à sua obra filosófica, mas às suas peças de teatro e romances, dentre os quais se destacam *A náusea*, *O muro*, *A idade da razão*, *O diabo e o bom Deus*.

Ente em-si e ente para-si

A principal obra filosófica de Sartre é *O ser e o nada*, publicada em 1943. Nessa obra, ele ataca duramente a teoria aristotélica da **potência**. Aristóteles explicou as mudanças do ser pela passagem da potência ao ato. Para Sartre, o ser **é o que é**. Trata-se, na linguagem sartriana, do **ente em-si**. Esse ente “não é ativo nem passivo, nem afirmação nem negação, mas simplesmente repousa em si, maciço e rígido” (BOCHENSKI, *A filosofia contemporânea ocidental*, p. 167).

Além do ente em-si, **Sartre concebe a existência do ser especificamente humano, denominando-o ente para-si**. Este se opõe ao ente em-si, que representa a plenitude do ser. O ente para-si é o nada. Ou seja, para Sartre, a característica tipicamente humana é o **nada**, um espaço aberto. Isso não significa que a totalidade do ser humano – que, por exemplo, inclui seu corpo – seja nada. Esse nada é nossa característica típica, singular, aquilo que faz de nos um ente não estático, não compacto, acessível às possibilidades de mudança.

Não-ser e liberdade humana

Se o ser humano fosse um ser cheio, total, pleno, com uma essência definida, não poderia ter nem consciência nem liberdade. Primeiro, porque a consciência é um espaço aberto a múltiplos conteúdos e relações. Segundo, porque a liberdade representa a possibilidade de escolha. Por intermédio de suas escolhas, o indivíduo constrói a si mesmo e torna-se responsável pelo que faz.

Assim, para Sartre, se o ser humano não expressasse esse “vazio de ser”, sua consciência já estaria pronta, fechada. E, nesse caso, não poderia manifestar liberdade, pois estaria preso à realidade estática do ser pleno, do ser em-si.

Outra consequência dessa característica específica do não-ser é que não podemos falar da existência de uma natureza humana previamente determinada. Assim, para Sartre, o que existiria é uma condição humana, isto é, “o conjunto de limites *a priori* que esboçam a sua [do ser humano] situação fundamental no Universo”. E acrescenta:

“As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã - ou senhor feudal ou proletário. Mas o que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal”. (*O existencialismo é um humanismo*, p. 16).

Portanto, um dos valores fundamentais da condição humana é, segundo Sartre, a **liberdade**. É o exercício da liberdade, em situações concretas, que move o ser humano, que gera a incerteza, que leva à produção de sentidos, que impulsiona a ultrapassagem de certos limites.

Quando se tornou mais influenciado pelo marxismo, Sartre reconheceu que era demasiada a extensão da liberdade que atribuía às pessoas, pois tinha exagerado ao desprezar o peso das pressões sociais e os vínculos culturais.



25 KARL POPPER

O austríaco naturalizado britânico Karl Popper (1902-1994), físico, matemático e filósofo da ciência, criticou o critério da verificabilidade e propôs como única possibilidade para o saber científico o **critério da refutabilidade** ou da **falseabilidade**.

De acordo com esse critério, uma teoria mantém-se como verdadeira até que seja **refutada**, isto é, até que seja demonstrada sua **falsidade**, suas brechas, seus limites. Para Popper, nenhuma teoria científica pode ser verificada empiricamente pelo método indutivo. Isso porque,

“[...] do ponto de vista lógico, não é nada óbvio que se justifique inferir assertivas universais a partir de assertivas singulares, por mais numerosas que sejam estas últimas. Com efeito, qualquer conclusão tirada desse modo sempre pode se revelar falsa; por mais numerosos que sejam os casos de cisnes brancos que possamos ter observado, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos”. (REALE e ANTISERI, *História da filosofia*, p. 1022).

Com essa afirmação, Popper indicou a condição **transitória** da validade de uma teoria, ou seja, determinada teoria é válida até o momento em que é refutada, mostrando-se sua falsidade. **Somente a falsidade de uma teoria pode ser provada**, mas nunca sua veracidade absoluta. Isso significa que a ciência possui apenas conjeturas (hipóteses) sobre a realidade, e não certeza definitiva. Mas o conhecimento científico pode progredir em sua busca de explicar o real, sendo necessário, para isso, que as sociedades estejam abertas à liberdade de crítica e de pesquisa.

Outro ponto que Popper destacou em suas reflexões sobre o conhecimento científico foi que a mente não é uma "tabula rasa", como pensam os empiristas. Para ele, **não existe observação pura**, pois todas as observações são sempre realizadas à luz de **pressupostos** e de **teorias prévias** que o cientista traz consigo. E elas se confirmam ou não a partir de sua observação.

Rupturas epistemológicas

Outro filósofo importante no campo da ciência foi o francês **Gaston Bachelard** (1884-1962), que destacou a importância do estudo da **história da ciência** como instrumento de análise da própria racionalidade. Nessa pesquisa, a atividade científica é entendida como parte de um processo histórico amplo e que possui um caráter social.

De acordo com a análise de Bachelard, a ciência progride por **rupturas epistemológicas** quando supera **obstáculos epistemológicos**. Isso quer dizer que caminha por saltos que se caracterizam pela recusa dos pressupostos e métodos que orientavam a pesquisa anterior (sustentando os erros estabelecidos), pois esses pressupostos e métodos atuavam como obstáculos, como entraves ao avanço do conhecimento. Esses obstáculos podem se dever a hábitos socioculturais cristalizados, a dogmatizações de teorias que freiam o desenvolvimento da ciência, entre outros fatores.

Exemplos de ruptura epistemológica são os da física quântica e da teoria da relatividade, que formularam uma nova maneira de conceber o espaço e o tempo, como resposta aos obstáculos representados pela física newtoniana.

Bachelard destacou também o papel da **imaginação** e da **criatividade** como elementos imprescindíveis à prática científica.

26 PARADIGMAS E REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS

27 THOMAS KUHN

Por sua vez, o estado-unidense **Thomas Kuhn** (1922-1996), físico e filósofo da ciência, desenvolveu sua teoria acerca da **história da ciência** entendendo-a não como um processo linear e evolutivo, mas como uma sucessão de paradigmas que se confrontam entre si. **Paradigma**, em sua definição, é um conjunto de normas e tradições dentro do qual a ciência se move, durante um determinado período e em certo contexto cultural.

No seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962), Kuhn sustenta a tese de que a ciência se desenvolve durante certo tempo a partir da aceitação, por parte da comunidade científica, de um conjunto de teses, pressupostos e categorias que formam seu paradigma.

Em determinados momentos, porém, o paradigma se altera, provocando uma **revolução** que abre caminho para um novo tipo de desenvolvimento científico. Foi o que se deu, por exemplo, na passagem da física antiga à física moderna, ou ainda na passagem da física clássica (moderna) à física quântica. De



acordo com Kuhn, é como se ocorresse uma nova reorientação da visão científica, na qual os elementos de um problema são inseridos em novas relações.

Thomas Kuhn também faz a distinção entre ciência normal e ciência extraordinária:

- **ciência normal** - é aquela que se desenvolve dentro de certo paradigma, acumulando dados e instrumentos em seu interior;

- **ciência extraordinária** - é aquela que surge nos momentos de crise de um paradigma. Surge como nova ciência, questionando os fundamentos e pressupostos da ciência anterior e propondo um novo paradigma.

28. REFERÊNCIA

CHAUÍ, Marilene. **Filosofia: ensino médio**. São Paulo: Ática, 2005.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FRANCA, Pe Leonel. **Noções de história da filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

JAPIASSU, Hilton. MARCONDES Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LARA, Tiago Adão. **A filosofia nas suas origens gregas**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MONDIM, Battista. **Curso de filosofia**. São Paulo: Paulinas, 1983.

MORRA, G. **Filosofia para todos**. São Paulo: Paulus, 2002.

RUSS, Jacqueline. **Filosofia: os autores, as obras**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.